



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
INCRA
SR 6 12 / MARANHÃO

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

São Luís ó MA, Março/2011



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
INCRA
SR 6 12 / MARANHÃO

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011
apresentado aos órgãos de controle interno
e externo como prestação de contas anual a
que esta Unidade está obrigada nos termos
do art. 70 da Constituição Federal,
elaborado de acordo com as disposições da
IN TCU nº 63/2010, da **DN TCU nº
108/2010**, da **Portaria TCU nº 123/2011** e
das orientações do órgão de controle
interno (especificar o número do ato do
órgão de controle interno, se houver)

São Luís ó MA, Março/2011

Missão

Implementar a política de Reforma Agrária e realizar o Ordenamento da Estrutura Fundiária nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

Visão de Futuro

Ser referência internacional de soluções de inclusão social.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES.....	7
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	9
Figura I ó Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067.....	13
INTRODUÇÃO	24
PARTE ãA" ó CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	24
PARTE ãA" ó CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	25
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	26
2. Objetivos e metas institucionais.....	27
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade ó Papel da unidade na execução das políticas públicas. (alínea a, I e II)	27
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	28
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	28
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	29
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	34
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	35
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	37
2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	37
2.3.2 Programa 0137 ó Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	57
2.3.3 Programa 0138 ó Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	86
2.3.4 Programa 0139 ó Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	101
2.3.5 Programa 1120 ó Paz no Campo.....	106
2.3.6 Programa 1336 ó Brasil Quilombola.....	109
2.3.7 Programa 1350 ó Educação no Campo.....	118
2.3.8 Programa 1427 ó Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	126
2.3.9 Programa 0750 ó Apoio Administrativo.....	133
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	137
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	137
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	138
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	139
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	139

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	141
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	142
2.5 Indicadores Institucionais.....	146
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	157
3.1 Análise Crítica.....	157
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	159
4.1 Análise Crítica.....	160
5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade	160
5.1 Composição do Quadro de servidores ativos	160
5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas	163
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	164
5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	164
5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada	165
5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	166
5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	168
6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência	169
6.1 Transferências efetuadas no exercício.....	169
6.2 Análise Crítica.....	172
7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv	176
8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	177
Análise Crítica	177
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	178
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.	180
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como ãBens de Uso Especialõ, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	183
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	183
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	186
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.	187
14. Informações sobre Renúncia Tributária.....	187

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)	188
Parte B - Informações Contábeis da Gestão	223
17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	225
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão ó Superintendências Regionais do INCRA.....	232
18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:	232
19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	233

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ ó Relatório de Gestão Individual	26
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado.....	136
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias.....	137
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes'	138
Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.....	139
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência. ¹¹	139
Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa	141
Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	142
Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	143
Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	144
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	157
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	159
Quadro A.5.1 ó Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011	160
Quadro A.5.2 ó Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011.....	160
Quadro A.5.3 ó Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	161
Quadro A.5.4 ó Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	162
Quadro A.5.5 ó Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011	162
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011.....	163
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011.....	163
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários.....	164
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.....	164
Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada	165
Quadro A.5.11 ó Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados	166
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	166
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	167

_Toc320795946

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	169_Toc320795948_Toc320795949
Quadro A.6.2 ó Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	171
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	171
Quadro A.7.1 ó Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.	176
Quadro A.8.1 ó Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	177
Quadro A.9.1 ó Estrutura de controles internos da UJ.....	178
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	180
Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.	183
Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	184
Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	184
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	186
Quadro A.13.1 ó Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador..	187
Quadro A.13.2 ó Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica).....	187
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	193
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	193
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	196
Quadro A.16.1 ó Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício:	196
Quadro A.16.2 ó Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.....	216
Quadro B.1.1 ó Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	223
Quadro B.1.2 ó Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	223

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CAR ó Cadastro Ambiental Rural

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB ó Associação Crédito do Brasil

CDR ó Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ ó Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC ó Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF ó Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

DFQ ó Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)

GT ó Grupo de Trabalho

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio ó Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MAB ó Movimento dos Atingidos por Barragem

MAS ó Microssistema de Abastecimento de Água

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS ó Ministério do Desenvolvimento Social

MMA ó Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

MPF ó Ministério Público Federal

MTE ó Ministério do Trabalho e Emprego

NE - Norma de Execução

NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal

OCI ó Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB ó Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI ó Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGE - Plano Geral de Estatísticas

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB ó Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC ó Sistema de Documento

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT ó Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet ó Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT ó Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

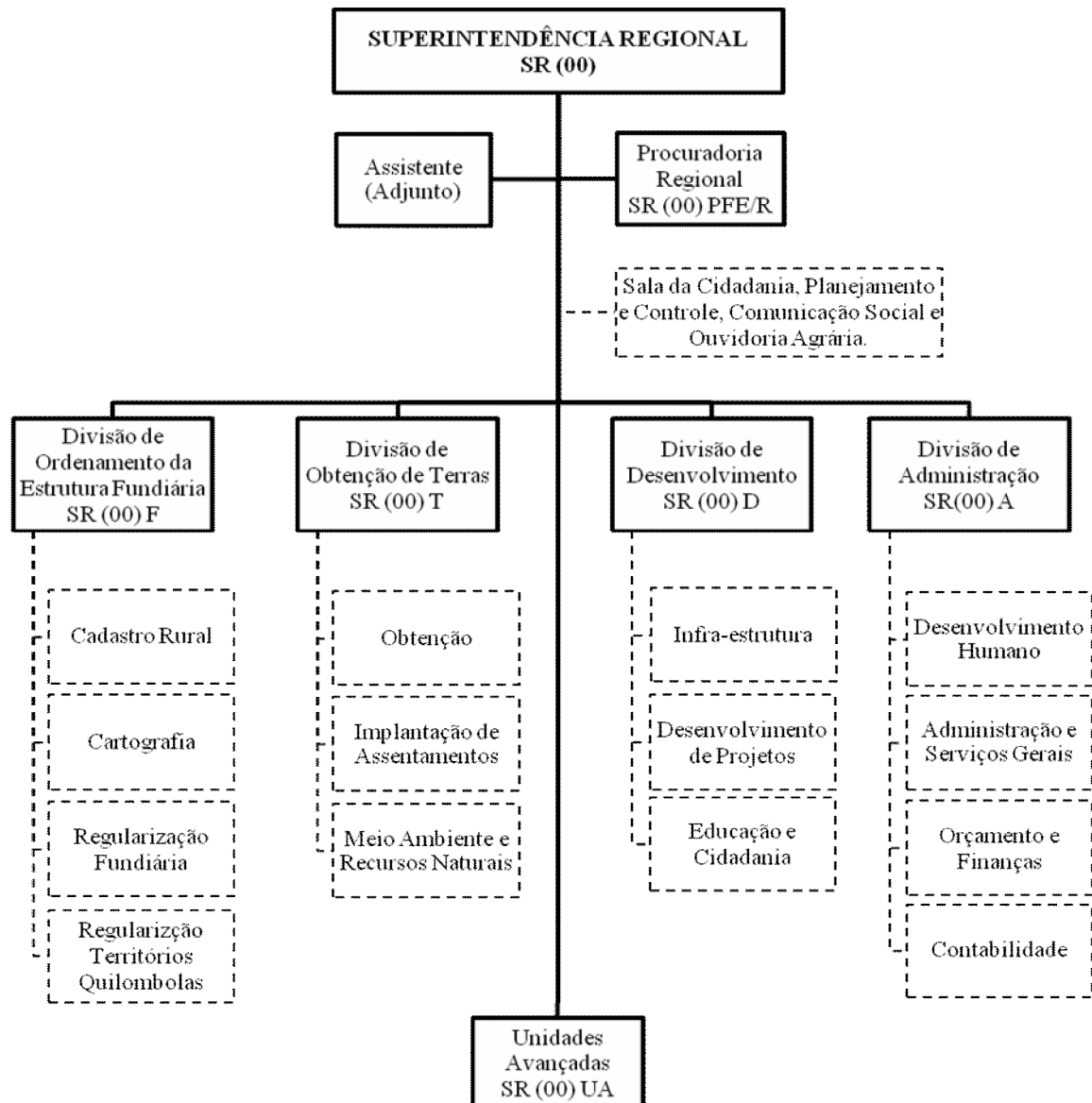
UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

**Figura I ó Organograma Funcional conforme Decretos nº
5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067**



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima **foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009**, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(12) ó Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (12)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação

das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico

de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(12)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(12)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em

conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas

remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintração; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(12)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintração de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de

assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(12)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e

econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental ó ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) À Divisão de Administração - SR(12)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e

supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI) À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(12)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) Ao Serviço Técnico (SRFA(02)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas;

Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Ao Serviço Administrativo (SRFA(02)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII) Às Unidades Avançadas - SR(12)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa do TCU Nº 108 de novembro de 2010, o Relatório de Gestão 2011 Individual do INCRA apresenta-se devidamente estruturado constituído das seguintes peças:

Parte A contém os itens: Conteúdo Geral; Identificação; Objetivos e Metas Institucionais; Informações sobre Recursos Humanos da Unidade; Informações sobre as Transferências Vigentes no Exercício; Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV; Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93; Assim como Informações sobre: O funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ; Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição da tecnologia da informação (TI); Gestão do Patrimônio Imobiliário sob a responsabilidade da SR(12), Parte A, Item 11 do ANEXO II); Gestão de Tecnologia da Informação (TI); Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal; Renúncia Tributária e Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações de acórdão do TCU.

Parte B contém Informações Contábeis da Gestão; e Demonstrações Contábeis prevista na Lei nº 4.320/64.

Parte C encontra-se Informações Específicas desta SR(12), Cronograma de levantamento de documentação cartorária de imóveis rurais de acordo com a Portaria /Incra/nº 12/2006, bem como as dificuldades a serem geridas no próximo exercício

A principal causa dos itens que apresentam o texto "Não se aplica à natureza jurídica da UJ" decorre do fato de esta Superintendência Regional do INCRA no Maranhão SR nº 12 não ser unidade orçamentária.

PARTE ãA" 6 CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ ó Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA			
Código SIORG: 4037	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 37.201	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Judiciário			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(098)32459394	(098) 32447957	(098) 32459791
E-mail: http://www.incra.gov.br			
E-mail: joseinaciorodrigues@slsl.incra.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Santos Dumont, 18 ó Anil			
Cidade: São Luís			
UF: Maranhão			
CEP: 65046-660			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
DECRETO-LEI Nº 1 .110, DE 09 DE JULHO DE 1970,Decreto nº 5.735(27/03/2006)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133085	Unidade Avançada da Imperatriz		
133086	Unidade Avançada de Açailândia		
373042	Unidade Avançada de Bacabal		
373043	Unidade Avançada de Pindaré		
373041	Unidade Avançada de Barra do Corda		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
373040	37201		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade ó Papel da unidade na execução das políticas públicas. (alínea a, I e II)

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 09 de julho de 1970 com a missão prioritária de promover e executar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

Dentre os principais programas e ações de governo que lhe cabe executar, vale destacar os seguintes programas:

É Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais: assentar famílias de trabalhadores rurais em atendimento ao modelo de desenvolvimento do meio rural e a inclusão social.

É Desenvolvimento Sustentável de Projeto de Assentamento ó Garantir infraestrutura e serviços para as famílias assentadas nos projetos de assentamento;

É Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária ó Ordenar e fiscalizar a estrutura fundiária, permitindo verificar a ocupação do território e priorizando a função social do uso da terra;

É Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário ó Ações voltadas para capacitação dos servidores públicos federais envolvidos na reforma agrária;

É Brasil Quilombola ó Reconhecer e assegurar titulação dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos.

É Administração da Unidade ó Promover a superintendência dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos;

É Educação no Campo ó Promover a inclusão social por meio da democratização do acesso à educação formal, respeitando a diversidade cultural, étnica, social e política nas área de Reforma Agrária;

É Paz no Campo ó Prover as necessidades básicas das famílias acampadas até o assentamento definitivo, acrescido dos serviços de assistência jurídica, social e técnica.

A missão institucional do INCRA, portanto, perpassa pela execução de programas e ações de fundamental importância para o desenvolvimento de suas atribuições, em especial

o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento de reforma agrária com o assentamento de famílias.

Cumpra lembrar, que na análise da execução das metas estabelecidas, deve-se considerar que o INCRA vem, ao longo do tempo, incorporando novas ações à sua missão institucional. Ações essas que, inicialmente, foram verdadeiros desafios, frente à disponibilidade de recursos financeiros, orçamentários e humanos que o INCRA possui. Os avanços, entretanto, podem ser percebidos à medida que se encontram melhores maneiras de realização do trabalho, superando os desafios com o aperfeiçoamento contínuo das atividades. Assim, em termos gerais, podemos ressaltar o trabalho realizado na tentativa de cumprir as metas dos programas e ações atinentes à competência do INCRA no exercício financeiro de 2011 no estado do Maranhão, conforme se verá no detalhamento a seguir exposto.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Compete à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária coordenar e supervisionar a execução dos trabalhos de Cadastro Rural, Cartografia, Regularização Fundiária e Regularização de Territórios Quilombolas, com a participação de 46 (quarenta e seis) servidores. Para cada um dos Serviços é designado pela superintendência, através de Ordem de Serviço (sem gratificação), um responsável pelas atividades.

Na atividade de Cadastro Rural, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, mantém atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. No exercício de 2011, mesmo com a carência de pessoal, foram executadas 12.167 (doze mil cento e sessenta e sete) atualizações cadastrais.

Ainda como atribuição do Gestor do Cadastro Rural: a) a manutenção e a supervisão dos dados cadastrais de áreas declaradas em um banco de dados, Sistema Nacional de Cadastro Rural ó SNCR, que armazena as informações de todos os imóveis rurais do País, que estão cadastrados no Incra e as pessoas que possuem algum tipo de vínculo com esses imóveis, seja na condição de detenção (proprietários ou posseiros), ou de uso temporário (parceiro, arrendatário, comodatário).

b) o controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por pessoa natural estrangeira residente no país ou por pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil..

c) Fiscalização Cadastral, mantém o controle de grandes propriedades, cujos dados são armazenados em um banco de dados que ajudam no conhecimento e correção da estrutura fundiária. Em fase de análise, existem nesta Divisão, 109 (cento e nove) processos de Fiscalização Cadastral (controlados por um só servidor), de áreas a partir de 5.000,0000ha (cinco mil hectares).

d) 10 (dez) pedidos de desmembramentos de áreas abaixo da fração mínima de parcelamento para fins não agrícolas, fim atender interesses de Ordem Pública na zona rural, amparados pelo Decreto nº 62.504/68.

e) celebrados termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento ó UMC, que, no intuito de descentralizar os serviços os Chefes das UMC'S, podem digitar o cadastro de áreas com dimensão até 4 (quatro) Módulos Fiscais no município de localização do imóvel. Assim foi solucionado, em parte, o problema da demora pela emissão do certificado de Cadastro de imóvel Rural..

A Divisão supervisiona, também, a certificação de imóveis rurais, identificando e impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis. Foram analisados e finalizados 381 (trezentos e oitenta e um) processos de certificação Cadastral, assim como fiscaliza a execução dos serviços de medição e demarcação dos projetos de assentamento. Além disso, coordena a execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento da Superintendência Regional do Maranhão abrange as atividades regimentais, se estruturando a partir do Serviço de Obtenção de Terras, do Serviço de Implantação de Assentamentos e do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

A Divisão de Obtenção intensificou a estratégia adotada em exercícios anteriores focando nas áreas com maior mobilização social, maior densidade de acampamentos, quantidade de solicitações de vistorias de imóveis rurais e assentamentos já criados que necessitam de licenças ambientais. Na ocorrência de dificuldades para tramitar com processos de desapropriação nas áreas indicadas, por apresentar alguma restrição jurídica ou técnica, buscou-se gerar alternativas de expropriar outros imóveis nas imediações, conseguindo minimizar assim os focos de conflito.

2.2.2.1 Estratégias para alcance das metas

Serviço de Obtenção de Terras:

- **Obtenção de Imóveis Rurais**

Na Superintendência Regional do Maranhão, existe preferência na obtenção de imóveis para a implantação de projetos de assentamento através da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

As poucas tentativas de obtenção utilizando a opção da aquisição por compra e venda, como prevê o Decreto nº433/ 92, não tem demonstrado atratividade aos proprietários rurais, principalmente em virtude do pagamento ser feito em Títulos da Dívida Agrária.

A principal estratégia adotada pela SR12 é a de formação de estoque de terras de um exercício para atender a demanda do exercício seguinte. Esta estratégia decorre da própria natureza contenciosa e em função das várias etapas que envolvem o processo de obtenção de terras: instrução processual para elaboração do kit decreto, edição do decreto, lançamento de TDA, descentralização de recursos para indenização dos imóveis, ajuizamento e imissão na posse.

Quanto as principais limitações internas da regional, que diretamente afetaram o alcance da eficiência nos trabalhos, podemos destacar:

- A complexidade da Vistoria de Avaliação, que demanda maior permanência do técnico no imóvel avaliando, para realização de pesquisa preço do mercado de terras da região, levantamento das benfeitorias, cotação dos custos do material de reposição, levantamento do passivo ambiental;
- Morosidade da DTO para a revisão e aprovação do Kit TDA para a descentralização de recursos.
- Ao arquivamento de processos em fase de avaliação por serem julgados inviáveis economicamente e ambientalmente para a criação de Projetos de Assentamentos, considerando o elevado custo por família, áreas localizadas na Amazônia Legal, passivo ambiental maior que a indenização do imóvel, existência de posses definidas e ocupadas por pequenos e médios produtores, dentre outros;
- Entraves Judiciais na obtenção de áreas por desapropriação e arrecadação de Terras Públicas da União: expedientes procrastinadores dos proprietários rurais que se valem de recursos administrativos ou judiciais no intuito de impedir ou adiar a desapropriação.
- Não liberação dos recursos financeiros para pagamento dos imóveis viabilizados para desapropriação em 2011 em tempo hábil para a contabilização da meta física;

- **Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais**

O INCRA, na condição de órgão executor da reforma agrária, adota como estratégia de planejamento a eleição de áreas para o implemento de ações fundiárias visando à obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais. Desta forma, para a realização dos trabalhos de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação, a Superintendência Regional prioriza como medidas:

1. Realizar vistorias nas áreas demandadas pelas famílias acampadas e pelos Movimentos Sociais. Há atualmente na SR-12, 306 pedidos de vistoria para desapropriação de imóveis, perfazendo um total de 721.466,3986ha. Existem 27 acampamentos de trabalhadores rurais, perfazendo um total de 2.594 famílias (áreas com imissão de posse/sem LP, ajuizadas/sem imissão de posse, com decreto - em avaliação ou avaliada, Kit em Brasília para decreto, áreas vistoriadas - Laudo em elaboração, a vistoriar - processos formalizados, áreas da União, área com liminar).

2. Atuar nas Avaliações de áreas decretadas. No dia 23 de dezembro de 2011, 15 imóveis (34.072,2416 ha) foram declarados de interesse social. Portanto, gerando um estoque de terras a ser adquirido pela União.

3. Modificar a metodologia da estimativa da capacidade de assentamento, incluindo a Reserva Legal como fonte de renda.

Além disso, a Diretoria de Obtenção de Terras, através do MEMO/CIRCULAR/INCRA/DT/Nº22/11, bloqueou o prosseguimento dos conjuntos-decretos e conjuntos-avaliação, afetando diretamente na eleição das áreas a ser vistoriadas e avaliadas, nas seguintes situações:

- Capacidade de assentamento do imóvel menor do que 15 famílias;
- Custo por família superior a R\$ 100.000,00
- Imóveis cuja proposta de parcelamento prevê parcelas com área superior a 75 hectares por família.

Quanto as principais limitações internas da regional, que diretamente afetaram o alcance da eficiência nos trabalhos, podemos destacar: número insuficiente de servidores responsáveis pela elaboração e análise da Cadeia Dominial dos imóveis (o que ocasiona demora na identificação e notificação ao proprietário); defasagem do Sistema Nacional de Cadastro Rural, que não apresenta atualização dos dados do imóvel e endereço do proprietário; concentração atípica de tarefas que ocupam a equipe técnica (como mediação de conflitos agrários, entrega de ofícios as prefeituras e secretarias municipais, levantamento da certidão dominial atualizada do imóvel, etc.) e dificuldade no andamento do processo, que o

torna cada vez mais dependente de inúmeras etapas burocráticas, postergando as saídas das equipes técnicas a campo.

Serviço de Implantação de Assentamentos:

Nos últimos anos, a estratégia para a complementação da meta da SR/MA tem sido a investigação no SIPRA de vagas existentes em assentamentos antigos devido à evasão de beneficiários. Observou-se que em alguns assentamentos federais (PA) e do Estado (PE) reconhecidos pelo INCRA existem vagas que precisam ser preenchidas por trabalhadores rurais que atendam os requisitos do Programa de Reforma Agrária

Existem casos em que a capacidade de assentamento é maior do que realmente comporta o projeto, sendo necessário que o INCRA providencie a redução da capacidade de assentamento (atestado por um estudo agrônomo do imóvel) para que seja retificada a portaria de criação, e assim, não sejam geradas falsas vagas ociosas nos assentamento.

Contudo, é necessário dar continuidade a tentativa de retificação das portarias de criação dos projetos, adequando a capacidade do assentamento ao nº de beneficiários existentes para que a meta proposta para o próximo ano não seja superior a capacidade real dos assentamentos.

Assim, foram assentadas 1.676 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais nos assentamentos criados em exercícios anteriores o que representou 71,56% e 666 famílias em projetos criados em 2011, representando 28,44 % da meta alcançada.

Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais

O Licenciamento Ambiental é uma etapa do processo de desapropriação que influencia diretamente no alcance das metas de outras ações. Assim, para solucionar problemas relacionados ao licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento do INCRA junto ao órgão ambiental do estado do Maranhão e àqueles inerentes ao próprio INCRA, têm-se as seguintes estratégias de ação:

1. Efetivar parceria com o Órgão Estadual de Meio Ambiente o OEMA a fim de obter efeitos mais satisfatórios, ampliando a capacidade de trabalho das instituições envolvidas e dando maior celeridade no desenvolvimento das ações de licenciamento ambiental. Para isso, algumas ações serão imprescindíveis:

- Ratificar consulta à Procuradoria-Geral do INCRA, à Diretoria de Administração e Gestão em Brasília e à Coordenação Geral de Meio Ambiente sobre uso adequado de

recurso público, mais especificamente sobre instrumentos legais possíveis de serem firmados com órgãos estaduais, com ênfase ao uso de diárias;

- Definir os termos do acordo de cooperação técnica para o enquadramento legal a fim de agilizar o procedimento de licenciamento ambiental;

- Criar um instrumento legal para nortear e agilizar a análise e a emissão das licenças ambientais de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA no Estado do Maranhão: assinatura de Portaria Conjunta INCRA/SEMA, estabelecendo os procedimentos a serem adotados no licenciamento ambiental dos PAs do INCRA/MA. Dentre os procedimentos deverão constar as vistorias em conjunto nos Projetos de Assentamentos do INCRA para análise e adequação das exigências ambientais; sugestão de que, para os casos de complementação de informações do estudo ambiental apresentado, quando a falta das complementações exigidas não causar danos ao meio ambiente, haver a expedição da licença, com a obrigatoriedade do INCRA apresentar a complementação como condicionante, com prazo a ser fixado pela SEMA;

- Manter um dos servidores do Serviço de Meio Ambiente desta SR acompanhando os trâmites dos processos de licenciamento no OEMA, buscando constantemente sanar pendências dos processos de licenciamento, bem como dar maior celeridade ao andamento dos processos.

2. Realizar reunião de planejamento entre os setores do INCRA, especialmente o Meio Ambiente, SIPRA, Obtenção de Terras, Engenharia, Comunicação e ATES;

3. Ratificar a necessidade de ampliar o quadro de servidores lotados no Serviço de Meio Ambiente (solicitar engenheiro agrimensor, engenheiro agrônomo e engenheiro florestal);

4. Com a ampliação do quadro de profissionais no setor será possível atender parte das condicionantes exigidas nas licenças ambientais.

Além das questões relativas ao licenciamento, deve ser atendida a solicitação de recursos para pagamento de convênio celebrado entre o INCRA e a ONG Associação em Educação e Meio Ambiente a fim de cumprir com as obrigações legais e dar andamento ao projeto de recuperação de áreas degradadas nos oito projetos de assentamento.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Inicialmente deve-se priorizar um levantamento das ações de responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos, identificando as pendências apontadas pelos Órgãos de Controle, bem como adotar as medidas, que contribuem para melhorar as condições de vida do público beneficiário do Programa Nacional de Reforma Agrária o PNRA. Em seguida, dar continuidade aos trabalhos da Autarquia, objetivando dar mais celeridades aos processos que tramitam nesta casa, sem deixar de lado as questões da legalidade, da ética e dos princípios que norteiam a Administração Pública.

Para isso, esta divisão tem com principal missão coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

I é no campo da assistência técnica dos assentamentos, por meio do núcleo de ATES, o serviço de infraestrutura vai acompanhar a execução física e orçamentária do programa de ATER, por meio dos convênios firmados com entidades sem fins lucrativos e adoção da chamada pública para novos acordos com o mesmo objeto e alcançando um número maior de assentados. Também nesta área de atuação serão acompanhadas a execução das atividades do programa terra sol.

II é em atenção aos créditos de instalações concedidos aos assentados, especialmente os de apoio inicial, aquisição de material de construção e recuperação de casas, estão previstos implantações de procedimentos e rotinas para melhorar o controle e a fiscalização das aplicações desses recursos. Portanto, através da aplicação das normas já existentes que ainda não foram adotadas, bem como a criação de banco de dados para gerenciar os processos de aplicação de crédito, ampliar o controle e facilitar os gestores nas tomadas de decisões.

III é em relação a infraestrutura básica nos projetos de assentamento a superintendência vai concentrar esforços para acelerar as análises de prestação de contas dos convênios firmados com prefeituras para implantação e recuperação de estradas de acesso aos centros produtivos. Também nesta mesma linha de atuação a superintendência pretende firmar novos convênios para atender a maior quantidade possível de assentados. Cabe esclarecer que as questões de acesso a água e energia para os assentamentos serão resolvidas por outros

programas do governo federal, sendo que a primeira demanda ficou sob a responsabilidade da FUNASA e a segunda será atendida pelo Programa Nacional Luz para Todos executada pela Eletronorte.

IV é o serviço de desenvolvimento de projetos adotar medidas saneadoras dos processos individuais dos assentados para cobrança de títulos e formalizar os processos de concessão de crédito instalação deve-se priorizar a expedição dos Contratos de Concessão de Uso do CCU.

V é Os serviços de educação e cidadania que abrangem os beneficiários do programa nacional de reforma agrária devem ser aprimorados com a promoção de parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais ou sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA e o programa nacional de documentação da trabalhadora rural;

Portanto, para que a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento alcance seus objetivos é necessário que os trabalhos sejam coordenados pela Divisão em harmonia com os serviços de Assistência Técnica, Educação e Cidadania, Desenvolvimento de Projetos, Infraestrutura Básica e os outros setores para desenvolver e fortalecer economicamente os assentamentos.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A principal estratégia de atuação é garantir as perfeitas funcionalidades da máquina administrativa, com ênfase no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização de mão-de-obra para serviços de apoio administrativos, bem como os contratos de manutenção, vigilância, limpeza e conservação. Para isso, buscamos formar uma comissão e capacitar seus membros para acompanhar e gerenciar dos processos contratuais, tornando mais eficiente a aplicação dos recursos.

Tal comissão tem como principais atribuições:

- Efetuar levantamento da necessidade de aquisição de materiais de consumo e permanente;

- Identificar e relacionar os serviços que ocorrem como mais frequência na superintendência do INCRA MA para elaboração de projeto básico ou termo de referencia;
- Efetuar o planejamento, execução e acompanhamento das licitações de compras de materiais de consumo e permanente, visando evitar excesso ou falta desses bens.

No decorrer do exercício tivemos dificuldades para compor esse grupo, porque boa parte dos servidores não tem interesse em trabalhar na área de licitações e contratos. Visto que essa atividade acumula muita responsabilidade e não traz nenhum benefício financeiro.

Outra estratégia adotado foi criar um grupo de trabalho para estudar a implantação de um sistema de rodízio de funcionários da Divisão de Gestão Administrativa com o objetivo de melhorar o desempenho e a produtividade desses servidores, e consequentemente otimizar os resultados da divisão.

Principais Vantagens

- O servidor passará a conhecer todas das funcionalidades do órgão, deixando de limitar-se apenas as atribuições do setor, onde trabalha;
- Evita problemas como a falta de funcionários com conhecimento e pratica de certas atividades para substituir determinados servidores nas suas ausências;
- Aumentar o interesse e a motivação do funcionário pelo trabalho, tirando-o da rotina e aguçando sua capacidade para encarar novos desafios;

Principais Dificuldades

- Necessidade de capacitação de servidores para desempenhar diversas tarefas, aumentando os custos com instrução;
- Rejeição dos servidores que ocupam o mesmo setor há muito tempo e que não estão dispostos a mudanças;

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Lucílio Costa Araújo

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária Área em hectares vistoriada ó Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

Principais ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 ó Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	Família Assentada (un.)	2.050	2.342	-	2.342	114%	0

Fonte: Caderno de Metas_PO/2011 e SIPRA, 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
213.431,00	213.774,40	185.878,28	86,95%	150.173,73	70,25%	150.173,73	70,25%

Fonte: SIAFI, 2011 e Caderno de Metas_PO/2011.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
46.366,79	-16.896,50	26.470,29	3.000,00

Fonte: SIAFI 2011

Principais resultados e problemas obtidos na Ação:

A meta física proposta na PO 2011 para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais foi prevista em 2.050 famílias, ressaltamos que foi ultrapassada a meta em 114% referente a 2.342 famílias assentadas, sendo que 666 famílias em projetos criados no exercício (2011) e 1.676 assentadas em projetos criados em exercícios anteriores, englobando

projetos de assentamentos federais, estaduais, municípios e agro extrativistas. Portanto, considerou-se o alcance do objetivo da ação satisfatório.

Para execução da PO 2011, o empenho liquidado na ação foi de R\$ 150.173,73, correspondente a 70,25% da provisão recebida. Convém ressaltar que os principais gastos na execução desta ação se referem ao deslocamento de servidores às áreas de assentamento, concentrando as despesas em diárias (pessoal civil), material de consumo (combustível) e passagens e despesas com locomoção.

2.3.1.2 Ação 8387 6 Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schimidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0135.838	A	3	Hectare	140.000	63.022,0607*	**	63.022,0607	45,02	76.977,9393

7							
---	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: LOA 2011, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011, com alterações.

*Para a determinação da meta física realizada em 2011, foram consideradas as vistorias que se encontravam na 2ª fase iniciada no escritório, ou seja, no momento em que a equipe de vistoria retorna do campo com a área medida do imóvel. Existem alguns imóveis cujas vistorias não foram concluídas, não gerando assim a área medida (imóvel flagrante produtivo, não possui demanda para assentamento, área em processo judicial, impossibilidade de adentrar ao imóvel), considerando-se nestes casos a área registrada, conforme dados da SIGPLAN 2011. Também foram consideradas outras vistorias, cujos objetivos influenciam indiretamente a obtenção de imóveis rurais, tais como: materialização de área requerida para mineração, fiscalização de imóveis com características quilombola, vistorias para elaboração de relatórios de viabilidade ambiental (RVA) e expedição de licença prévia (LP), etc.

**Na execução total da meta realizada, não foi contabilizada a execução física dos exercícios anteriores, pois esta coleta dos dados era feita de maneira diferenciada no ano anterior.

Execução Orçamentário-Financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
342.000	516.105,51	483.455,01	93,67	446.845,74	86,58	445.927,51	86,40

Fonte: SIAFI 2011 e Caderno de Metas 2011.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
284.937,60	37.991,19	183.303,47	63.642,94

Fonte: SIAFI 2011

Análise da Execução Física da Ação

a. Cumprimento da meta física:

A Ação 8387 ÷Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Ruraisö tem como objetivo realizar vistorias preliminares com o intuito de promover o levantamento de dados e informações, apuração de produtividade e fiscalização do cumprimento da função social do imóvel. Além disso, são feitas vistorias de avaliação dos imóveis rurais que foram declarados de interesse social para fins de Reforma Agrária e vistorias preliminares e avaliação em conjunto mediante oferta de particulares por Compra e Venda de acordo com o Decreto 433/92, formando a base de trabalho para os próximos exercícios.

No cumprimento dos objetivos e metas da Ação 8387 ÷Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Ruraisö, a Superintendência Regional do Maranhão realizou 35 vistorias, equivalente a um total de 63.022,0607hectares, com margem de execução física de 45,02%.

Para o alcance da meta de área vistoriada, as atividades distribuíram-se na fiscalização preliminar de 27 imóveis (51.158,1178 ha), vistorias de avaliação em 1.967,0648 hectares (1 imóvel), vistoria preliminar e de avaliação em conjunto em 3 imóveis, que correspondem a 1.188,7522 hectares e foram realizadas ÷outras vistoriasö em 4 imóveis com área total de 8.708,1259 hectares., conforme o Quadro I abaixo.

Quadro I: Vistorias Preliminares, Vistoria de Avaliação, Vistoria e Avaliação em conjunto e outras vistorias, realizada em 2011.

N	Nº. DO PROCESSO	VISTORIAS PRELIMINARES	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
1	54232.000061/2005-95	Faz. Pimenta	Tufilândia	1.191,9672
2	54230.011505/2010-03	Faz. Ouro	Balsas	2.529,0013
3	54230.011506/2010-40	Faz. Retiro	Balsas	4.662,3504
4	54230.011504/2010-51	Faz. Dois Irmãos/Vale Rico	Balsas	6.496,4991
5	54230.001033/2009-39	Gleba Buriti Ou Boa Mina	Presidente Vargas	325,4000
6	54230.001799/2009-13	Faz. Diamantina	Alto Alegre do MA	1.359,5304
7	54230.000633/2008-07	Faz. Invernada\Jabuti Quebrado	Itapecuru Mirim	922,7826
8	54230.001267/2011-09	Faz. Guaribas	Cantanhede	1.027,8206
9	54230.001852/2006-33	Faz. Olho D'água/Data Munim do Mato	S. Benedito do Rio Preto	2.953,0600
10	54230.004256/2006-13	Data São João/Alegria do Raú	S. Benedito do Rio Preto	2.298,4660
11	54230.001764/2007-12	Faz São Benedito e Outros	Governador Newton Bello	1.021,4118
12	54230.002153/2010-97	Faz San Maria	Imperatriz	999,8704 ¹
13	54230.001958/2011-02	Faz Caldeirão	Chapadinha	942,2404
14	54230.012262/2010-12	Ipixuna Assu	Lago Verde	717,0795
15	54230.004410/2006-49	Patis/Gostoso	Aldeias Altas	997,2487
16	54230.006110/2003-51	Jaburu/Rumo/Lagoa do Mato	Aldeias Altas	1.255,9000 ¹
17	54230.004588/2005-17	São Joaquim/ Data Jose Domingos	São João do Sóter	1.520,8148
18	54234.000266/2010-18	Faz São Manoel/ Data Boa Vista/ Mangabeira/ Riacho Seco	Carolina	1.494,4757

19	54230.001476/2010-63	Baixão da Coceira	Santa Quitéria	313,1033
20	54230.001477/2010-16	Coceira	Santa Quitéria	1.348,6580
21	54230.001478-2010-52	Lagoa das Caraíbas	Santa Quitéria	931,7847
22	54234.001032/2009-54	Fazenda Novo Anajá	Riachão	430,0000 ¹
23	54230.007166/2011-33	Mangueira e Outros	Chapadinha	1.975,9240 ¹
24	54230.007302/2005-47	Faz. Alto Bonito / Araguaia	Santa Luzia	5.229,9959
25	54230.002639/2007-20	Bom Principio	Urbano Santos	2.373,6017
26	*	Faz Panela	Fortaleza dos Nogueiras	1.529,0000 ¹
27	54234.000427/2011-54	Faz Bonfin/ Data Malhada Redonda	Riachão	4.310,1313
			Total (ha)	51.158,1178

N	Nº. DO PROCESSO	VISTORIAS DE AVALIAÇÃO	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
1	54230.007753/2001-51	Faz. São Gregório	Grajaú	1.967,0648
			Total (ha)	1.967,0648

N	Nº. DO PROCESSO	VISTORIA E AVALIAÇÃO EM CONJUNTO	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
1	54230.001098/2011-07	Faz. São Joaquim	Bacuri	531,3797
2	54230.001034/2009-83	Faz. Higienópolis	Presidente Vargas	457,3725
3	54234.000264/2011-18	PA São Raimundo	Porto Franco	200,0000 ¹
			Total (ha)	1.188,7522

N	Nº. DO PROCESSO	OUTRAS VISTORIAS	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
1	54000/000766/2010-01	PA's Água Azul e Sabiá	Centro Novo do Ma	2.650,0000 ¹
2	54230.003980/2002-98	Faz Roque	São Luiz Gonzaga/ Alto Alegre do Ma/ Codó	4.092,4560
3	54230.012808/2010-35	Faz Haras Ponta D'areia	Itapecuru Mirim	620,5644
4	54230.001072/99-11	PA Laranjeira	Chapadinha	1.345,1055 ¹
			Total (ha)	8.708,1259

35		TOTAL (ha)		63.022,0607
-----------	--	-------------------	--	--------------------

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras SR/12 (MA), 2011.

¹ Imóveis cujas vistorias não foram concluídas, não gerando assim a área medida, considerando-se nestes casos a área registrada, conforme dados da SIGPLAN 2011

No que se refere aos resultados alcançados na ação, pode-se destacar:

- Atendimento a solicitação dos movimentos sociais (MST, CPT, FETAEMA, Sindicatos) através de vistorias e avaliações em 24 municípios;
- Formalização de ação preparatória para a obtenção de imóveis rurais, com envio de 18 kits para emissão de decreto à Diretoria de Obtenção e Implantação em Brasília, perfazendo um total de 51.943,3913 hectares com capacidade estimada em beneficiar 1.301 famílias;
- Encaminhamento a Coordenação Geral de Obtenção de Terras - DTO de 9 kits avaliação (correspondente a 16.568,1691 hectares) para instrução dos procedimentos necessários à descentralização de recursos para pagamento de imóveis; e

- Ocorrência de 22 vistorias dentro do conjunto de municípios inseridos nos territórios da cidadania (Território do Baixo Parnaíba, Baixada Ocidental, Alto Turi e Gurupi, Médio Mearim, Cocais e Vale do Itapecuru).

b. Apresentação dos problemas de execução:

Dentre os principais problemas observados na execução da ação, cita-se:

- O aumento das exigências técnicas do Manual de Obtenção de Terras e Perícias, quanto ao processo de levantamento preliminar, principalmente na questão ambiental, que força o técnico a despendar maior tempo de medição por área vistoriada, principalmente, na definição de áreas de Preservação Permanente (APP);
- A diminuição nos últimos anos da área média dos imóveis que compõem as demandas para vistorias;
- Concentração atípica de tarefas que ocupam a equipe técnica como: mediação de conflitos agrários, entrega de ofícios as prefeituras e secretarias municipais, levantamento da certidão dominial atualizada do imóvel, etc.;
- A dificuldade no andamento do processo, que o torna cada vez mais dependente de inúmeras etapas burocráticas, postergando as saídas das equipes técnicas a campo;
- Número insuficiente de servidores responsáveis pela elaboração e análise da cadeia dominial dos imóveis, o que ocasiona demora na identificação e notificação ao proprietário;
- Defasagem do Sistema Nacional de Cadastro Rural, que não apresenta atualização dos dados do imóvel e endereço do proprietário (que facilitaria a formalização da comunicação prévia);
- Demora na publicação dos decretos que declaram os imóveis de interesse para a Reforma Agrária;
- Resistência de alguns proprietários em receberem as notificações de vistoria, o que obriga a utilização de recurso para publicação de editais de notificações, influenciando diretamente no andamento do processo.

Análise da Execução Financeiro-Orçamentária da Ação

Segundo dados SIAFI (2011), o empenho liquidado pela SR12/MA foi de R\$ 446.845,74 (quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), correspondendo a 86,58% da provisão recebida. Justifica-se a discrepância entre os valores inicialmente previstos e o efetivamente liquidado, ao fato da despesa corrente programada no Caderno de Metas (PO/2010), Jurisdição SR(12)/MA, no valor de R\$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais) está bem abaixo da necessidade operacional

da Superintendência e de suas Unidades Avançadas (Projeto Fundiário Imperatriz, PIC Barra do Corda, Projeto Fundiário Vale do Pindaré e Projeto Fundiário Bacabal).

Ressalta-se, que os recursos da ação atendem não somente os trabalhos de campo referentes ao processo de desapropriação (Vistoria Preliminar e de Avaliação), como também, despesas com outras Vistorias, custos com levantamentos cartoriais (importante para as qualificações das demandas), despesas com ações judiciais (incluindo as 14 perícias judiciais em 52.046,0119 ha) e imissão de posse (5 imóveis que correspondem a 8.823,6435 ha).

Desta forma, as despesas em sua grande maioria são oriundas:

1. Diárias (pessoa civil): Justifica-se estas despesas no deslocamento de técnicos do INCRA à campo para realizações de vistorias preliminares, avaliações, outras vistorias, imissões de posse, levantamento de cadeia dominial e assistência técnica do INCRA para perícias judiciais. Em média, o custo em diária por vistoria preliminar é de aproximadamente R\$ 5.644,50 (com equipe técnica composta por 3 servidores e tempo estimado de trabalho de 9,5 dias);
2. Material de Consumo: aquisição de peças para manutenção e reparo das viaturas oficiais do INCRA/MA pela empresa San Peças e Serviços LTDA, etc.
3. Passagens e despesas com locomoção: referente ao custo com empresas para locação de meios de transporte, compra de passagens aéreas, recolhimento de imposto da INFRAERO. O percentual significativo é devido ao pagamento do contrato da empresa de locação de veículos, distribuído percentualmente entre todas as divisões da superintendência. Os principais favorecidos são: Abril Tour Viagens e Turismo LTDA, Arribatur Viagens e Turismo LTDA, Gol Transportes Aéreos S.A., Locamil Serviços LTDA, Tam Linhas Aéreas S/A, Vrg Linhas Aéreas S.A., etc.
4. Outros serviços de terceiros/pessoa jurídica: inclui o ônus arcado pelo INCRA por determinação judicial para pagamento de honorários periciais, contratação de serviço de rastreamento e monitoramento nas viaturas desta SR pela empresa Radionet LTDA, prestação de serviços de telefonia (TELEMAR Norte Leste S/A), etc.
5. Outros serviços de terceiros/pessoa jurídica/op. intra-orc: Trata-se de recursos repassado para outros órgãos do governo (gastos diretos do governo federal), como ao Fundo de Imprensa Nacional por serviços prestados de publicação de extratos e similares no Diário Oficial da União para esta SR e unidades avançadas.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução CONAMA 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8374	A	3	Licença protocolada	46	47	0	47	102,17%	0

Fonte: Caderno de Metas_PO/2010, Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011, com alterações

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.498.180,00	201.281,77	150.515,74	74,78	130.693,91	64,93	130.693,91	64,93

Fonte: SIAFI 2011

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
486.078,65	5.448,28	258.237,41	222.392,96

Fonte: SIAFI 2011

Análise Crítica dos Resultados Obtidos

Cumprimento das metas físicas:

As atividades planejadas no início do ano foram baseadas em uma meta estipulada de 121 (cento e vinte e uma) licenças ambientais a serem protocoladas junto ao órgão estadual de meio ambiente. Entretanto, em razão do Decreto de 01/07/11 ó LOA 2011 houve uma alteração nessa meta, reduzindo o número para 46 licenças ambientais a serem protocoladas. Dessa forma, com essa nova meta, houve o cumprimento além do estabelecido, pois a meta foi superada, totalizando 102,17%, com otimização dos recursos.

Problemas de execução:

A ação de Licenciamento Ambiental, que compete ao Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA, está vinculada à atuação efetiva do Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA. O trabalho divide-se em duas vertentes principais, quais sejam: solicitação de Licença Prévia para imóveis a serem desapropriados e Licença de Instalação e Operação ó LIO para projetos de assentamento de reforma agrária já criados e, conforme entendimento da própria SEMA, para áreas com ocupação antiga, consideradas assim populações tradicionais, em que estas sejam as únicas beneficiárias.

Apesar do alcance da meta, alguns entraves têm impactado os resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazos, ou seja, tem-se conseguido protocolizar as licenças dentro do desejado, porém, não se tem conseguido a obtenção de grande parte das licenças protocoladas. Em termos numéricos, de 2008 a 2011, foram protocoladas 478 licenças ambientais, incluindo 16 renovações, obtendo-se apenas 104 licenças, ou seja, somente 21,76% das licenças protocoladas foram emitidas.

Nesse sentido, os entraves que têm limitado as ações no Serviço de Meio Ambiente, referente ao Licenciamento são:

1. Falta de definição do Termo de Cooperação Técnica INCRA e SEMA: o INCRA precisa firmar ou renovar uma parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, pois, embora seja da competência dessa Secretaria a vistoria, análise e emissão de parecer técnico e de licença

ambiental das áreas de assentamento, alega que não há recursos para viabilizar diárias para os analistas atenderem à grande demanda do INCRA, o que torna moroso o processo e inviabiliza as ações do Serviço de Meio Ambiente.

Ressalta-se que, desde o ano de 2007, o INCRA vem buscando manter com o OEMA uma parceria efetiva, no sentido de obter resultados mais satisfatórios, inclusive com a celebração de um Termo de Cooperação Técnica Operacional, firmado entre as duas instituições no dia 27 de setembro de 2007, tendo estabelecida uma vigência de 03 (três) anos. Atualmente, o referido Termo não está em vigor, e ainda não se tem definição de qual instrumento legal deverá ser utilizado em razão da falta de entendimento sobre instrumentos legais possíveis de serem firmados com órgãos estaduais, com ênfase ao uso de diárias aos analistas ambientais desses órgãos e disponibilidade de veículos e combustível para as viagens de fiscalização e licenciamento.

Torna-se importante enfatizar que, mesmo não estando mais em vigor o Termo de Cooperação Técnica, o INCRA não tem realizado despesas relativas ao pagamento de taxas com a emissão das licenças por entendimentos verbais com o órgão ambiental.

2. Falta de entendimento quanto à definição do Termo de Compromisso de averbação de reserva legal ou Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal ó TRAL. Alguns PA's só dependem dessa definição para a expedição da LIO. Até dezembro de 2011, existiam 637 assentamentos do INCRA no Maranhão. Desse total, 142 possuem Projeto Básico de Reserva Legal elaborado, sendo que 62 assentamentos já possuem Reserva Legal Demarcada, entretanto, por falta do entendimento sobre o Termo, ainda não se fez nenhuma averbação. Por isso não foi realizado pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

3. Falta de definição da aplicação do § 1º do Artigo 12 da Lei Estadual nº 8.149/04 *Independem de outorga pelo Poder Público Estadual: I ó o uso de recursos hídricos para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural; II ó as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes.*

4. Indefinição da situação da relação capacidade de assentamento e número de famílias residentes com a finalidade de aferir o impacto ambiental que o PA poderá causar.

Além das dificuldades encontradas dentro do OEMA para realizar o licenciamento ambiental dos PA's, boa parte dos entraves parte do próprio INCRA:

- a) Dificuldade do INCRA no atendimento às complementações dos estudos ambientais protocolados com informações insuficientes ou desatualizadas (por ocasião da vistoria a situação do PA já não é a mesma do período em que o estudo foi elaborado).
- b) Falta de entrosamento entre os setores do INCRA, em relação: ao SIPRA, à Obtenção de Terras, à Engenharia, à Comunicação e ao Meio Ambiente.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.013 5.4460	A	3	Hectare	30.668	17.609,266 0	0	17.609,26 60	57,42	13.058,734 0

Fonte: LOA 2011, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011, com alterações.

Execução Orçamentário-Financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
4.412.000	3.900.298,09	3.899.746,69	99,99	1.238.379,52	31,76	1.238.379,52	31,76

Fonte: SIAFI 2011 e Caderno de Metas 2011, SR12(MA)

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
394.657,91	394.656,60	0	1,31

Fonte: SIAFI 2011, SR12(MA)

Análise da Execução Física da Ação

A Obtenção de Imóveis Rurais é uma Ação essencial para a concretização do Plano Nacional de Reforma Agrária e tem como objetivo adquirir áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais.

A meta física desta Ação é alcançada quando ocorre a emissão de TDA. **No entanto, a Superintendência Regional não tem como controlar esta fase da Obtenção de Terras, por isso considera-se ôimóveis obtidosô aqueles cujos recursos para indenização é efetivamente pago e descentralizado na SR.** Este entendimento poderá ser divergente do controle da Sede INCRA, no entanto se entende que somente poderemos contar para a nossa meta imóveis cujas despesas estão discriminadas no SIAF gerencial da SR.

Considerando isso, no exercício de 2011 a Superintendência Regional do Maranhão realizou a obtenção de 10 imóveis rurais para o Programa Nacional de Reforma Agrária, perfazendo uma área total de 17.609,2660 ha, abrangendo os seguintes Territórios da Cidadania: Alto Turi e Gurupi, Baixada Ocidental, Campos e Lagos, Cocaís, Vale do Itapecuru, conforme a Quadro III abaixo.

Quadro III: Demonstrativo dos imóveis obtidos por desapropriação em 2011 na SR 12(MA)

N	IMÓVEL	MUNICÍPIO	TERRITORIOS DA CIDADANIA	ÁREA (HA)
1	Faz. Boa Esperança - Data Calabouço	Arari	Campos e Lagos	1.536,3159
2	Faz. Curisco	Boa Vista do Gurupi/ Junco do MA	Alto Turi e Gurupi	2.032,5286

3	Faz. Massapé	Boa Vista do Gurupi/ Junco do MA	Alto Turi e Gurupi	1.503,3740
4	Cana Brava e outras	Caxias	Cocais	2.261,4320
5	Gleba Poção	Caxias	Cocais	748,0000
6	Faz. Retiro	Colinas	-	2.300,0000
7	Faz. Barreirinhas	Coroatá	Cocais	1.891,1033
8	Faz. Brejinho e Vargem Grande	Passagem Franca	-	616,0528
9	Faz. Altos da Bela Vista	Presidente Vargas	Vale do Itapecuru	1.096,5980
10	Gleba Canadá	Santa Helena	Baixada Ocidental	3.623,8614
TOTAL				17.609,2660

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras-SR12(MA), 2011

A margem de execução física da SR foi de 57,42%, com relação a Programação Operacional de 30.668,00 hectares. Mesmo não atingindo a meta estipulada pela PO 2011, evidenciamos que os objetivos alcançados poderão trazer resultados a médio e longo prazo, pois a área obtida de 17.609,2660 ha poderá potencialmente assentar 337 famílias. Se considerarmos a execução física de acordo com o INCRA Sede, o percentual da Meta realizada foi de 140,98% (43.235,4763 ha), ultrapassando assim, a programação operacional estipulada.

Esta diferença de dados é devido à forma da execução orçamentária, pois o controle do recurso financeiro para a indenização de benfeitorias é gerido pela Superintendência Regional e o pagamento da Terra Nua em Títulos da Dívida Agrária (TDA) é executado pela Administração Central (INCRA Sede/DF). Justifica-se estas pendências pelas seguintes situações: a) Existe 1 imóvel cujo os TDA's foram descentralizados, mas que, por decisão judicial, não está efetivamente pago (Fazenda Imperial ó Coroatá ó CNPJ da empresa é inconsistente); b) Ainda temos 7 imóveis cujos TDA's foram descentralizados pela Sede no final do exercício de 2011 e tiveram a despesa liquidada pela SR somente em 12/01/2012 (Faz. Canaveral, Faz. Veredão, Faz. Bacuri/Magu, São Miguel e outros, Buriti Corrente, Monte Líbano e Matos Novos e Laranjo).

Apesar de não contabilizar na execução física, esta Ação desenvolve outros trabalhos que poderiam contribuir para o alcance da meta estabelecida. Prova disso é que a SR(12)MA encaminhou 18 imóveis, com área de 51.943,3913 ha, a fim de aprovar o oKIT Decreto com vistas à obtenção de terras para fins de reforma agrária. No entanto, apenas no

dia 23 de dezembro de 2011, 15 imóveis (34.072,2416 ha) foram declarados de interesse social. Em razão disso, o alcance da meta ficou prejudicado, pois nenhum dos imóveis decretados teve a descentralização dos TDA e recursos para pagamento de benfeitorias. Mesmo com a morosidade administrativa, a SR demonstra eficiência no desenvolvimento das suas ações, pois dos imóveis obtidos em 2011, foram ajuizadas 07 propriedades, de um total de 10 ajuizamentos de imóveis rurais para fins de desapropriação, com área de 22.763,0399 ha. Finalizou-se a Ação com um total de 5 imissões de posse, significando 8.823,6431 ha incorporados ao Patrimônio Público da União.

Destacamos que o grande entrave no exercício de 2011 para esta Ação se deve ao atraso na publicação de decretos declaratórios de interesse social, atrasando assim as Vistorias de Avaliação dos imóveis desapropriados. Aliado a isso, a complexidade da Vistoria de Avaliação que demanda maior permanência do técnico no imóvel avaliando para realização de pesquisa preço do mercado de terras da região, levantamento das benfeitorias, cotação dos custos do material de reposição, além do aumento das exigências na elaboração dos Laudos de Vistoria de Avaliação, principalmente quanto ao levantamento do passivo ambiental. Outra dificuldade encontrada na execução dessa ação deve-se a não liberação de recursos orçamentários e financeiros para a indenização de imóveis rurais, que aguardam somente descentralização de recursos. Não obstante a isso, parte dos recursos oriundos do exercício de 2011 foi descentralizada somente no mês de julho, contribuindo negativamente para os resultados dessa Ação.

Análise da Execução Financeiro-Orçamentária da Ação

- *Análise das despesas na SR (12) / MA*

No que tange à execução financeiro-orçamentária da SR, esta Ação possui despesas administradas pela Superintendência Regional no elemento de despesa aquisições de imóveis rurais. Este desempenho financeiro consiste nas indenizações de benfeitorias e sobras do pagamento de Título da Dívida Agrária ó TDA, em moeda corrente.

As Despesas Liquidadas pela SR foram de **R\$ 1.238.379,52** (hum milhão, duzentos e trinta e oito mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), correspondendo a apenas 31,76% da Provisão Recebida. Comparando-se ao valor programado (PO 2011), de R\$ 4.412.000 (quatro milhões, quatrocentos e doze mil reais), percebemos que as despesas executadas pela SR(12) foram inferior ao que foi programado, justificando-se assim, a baixa

eficiência na execução da meta física prevista para 2011. Portanto, a disponibilidade dos recursos foi insuficiente para o atendimento da meta física.

Esclarecemos que, nos valores para Empenho Liquidado estão incluídos os pagamentos de sobras dos TDA's retroativos, em cumprimento de decisões judiciais de áreas ajuizadas em exercícios anteriores. Apesar de esse valor representar despesa para a Superintendência, não poderá ser contabilizado como ãÁrea Obtida com destinação para o Plano Nacional de Reforma Agrária.

- *Análise das despesas realizadas pela Sede (DF)*

Na Ação 4460 ãObtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, os recursos relativos ao pagamento em TDA que indeniza o proprietário pelo pagamento da Terra Nua, são feitos diretamente pela Sede da autarquia, não tendo esta Superintendência nenhum envolvimento com tal procedimento. Entretanto, a dotação orçamentária para tal é especificada para cada Regional do INCRA, tendo a Superintendência que justificar os gastos mesmo não tendo controle destes e, que por isso, foram detalhadas na execução financeira, conforme dados fornecidos pela Sede.

O empenho liquidado pela Sede (DF) no exercício de 2011 foi considerado os valores dos TDA's baseados em uma planilha ãTDA's por município dez-2001-SIAFI em 17-02-2012, enviados pelo DEA2/INCRA, cujos valores devem ser verificados posteriormente (Quadro IV). Portanto, o pagamento do VTN dos imóveis obtidos em 2011, considerando os dados da Sede, foi de **R\$ 53.290.022,41** (cinquenta e três milhões, duzentos e noventa mil e vinte e dois reais e quarenta e um centavos).

Quadro IV: TDA's por município dez-2001-SIAFI em 17-02-2012

ÁREAS OBTIDAS EM 2011				
N	Imóvel	Município	Área Avaliada (ha)	Em TDAs (VTN)
1	Faz. Canaveral	Montes Altos	1.459,13	1.170.999,76
2	Monte Líbano	Balsas	2.012,53	1.266.926,47
3	Faz. Barreirinhas	Coroatá	1.891,10	698.661,01
4	São Miguel e Outra	Caxias	395,58	142.342,86
5	Matos Novos e Laranjo	Passagem Franca	4.339,95	2.848.169,98
6	Faz. Bacuri, Magú	São Bernardo	2.699,39	1.242.546,27
7	Gleba Poção	Caxias	748,00	237.747,20
8	Faz. Brejinho e Vargem Grande	Passagem Franca	616,05	231.524,91
9	Faz. Massapê	Boa Vista do Gurupi	1.503,37	484.409,92
10	Faz. Veredão	Chapadinha	3.150,84	2.840.105,76
11	Faz. Retiro	Colinas	2.300,00	951.638,89
12	Faz. Altos da Bela Vista	Presidente Vargas	1.096,60	513.633,35

13	Faz. Boa Esperança ó Data Calabouço	Arari	1.536,32	927.771,30
14	Faz. Imperial	Codó	7.004,04	1.716.897,05
15	Faz. Curisco	Boa Vista do Gurupi	2.032,53	644.796,41
16	Cana Brava e outras	Caxias	2.261,43	770.728,13
17	Buriti Corrente	Codó	2.670,00	1.001.651,14
18	São Gregório	Grajaú	1.894,76	1.674.732,20
19	Gleba Canadá	Santa Helena	3.623,86	1.148.585,37
			43.235,48	20.513.867,98

DECISÕES JUDICIAIS DE ÁREAS AJUIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

N	Imóvel	Município	Área Avaliada (ha)	Em TDAs (VTN)
1	Faz. Criminosa	Imperatriz	5.023,96	10.242.254,00
2	Faz. Santa Maria dos Matões, Sossego	Codó	2.028,00	228.182,25
3	Glebas Boca Seca Lauro	Vitória do Mearim	1.302,73	689.117,60
4	Bom Princípio e Outros	Esperantinópolis	2.576,00	1.048.995,20
5	Santana	Coroatá	16.764,00	82.860,18
6	Faz. Três Lagoas	Cândido Mendes	3.338,40	331.019,70
7	Faz. Comagel	Turiação	1.500,00	71.420,40
8	Gleba Santana	Coroatá	16.764,00	3.889,25
9	Datas Leite, Mato Grosso e Ladeira	Itapecuru Mirim	9.357,12	17.736,84
10	São João - Data Pedra	Mirador	907,67	69.400,80
11	Faz. Uberlândia	Buriticupu	1.145,19	10.808,28
12	Gleba Santo Antônio e Outras	Santa Rita	6.225,55	1.612.806,00
13	Faz. Jatobá	Santa Luzia	2.478,13	145.086,66
14	Faz. Timbaúba	São Mateus do Maranhão	1.277,27	522.535,86
15	Data Santa Rosa II, Data Cana Brava	Caxias	41.146,30	166.535,00
16	Sit - Soc. de Inst. Tecnicas S/A	Santa Luzia	16.174,69	1.462.147,68
17	Faz. Flexas, Gleba Juriti	Bom Jardim	2.160,87	31.356,26
18	Gleba Sapucaia	Santa Luzia	14.566,80	4.418.436,50
19	Canafístula e Outros	Esperantinópolis	28.500,00	95.021,28
20	Faz. Babilônia	Santa Luzia	2.078,86	7.477.705,69
21	Faz. Faísa	Santa Luzia	15.846,60	4.048.839,00
				32.776.154,43

	TOTAL = 40			53.290.022,41
--	-------------------	--	--	----------------------

Fonte: Planilha óTDA's por município dez-2001-SIAFI em 17-02-2012ó - DEA2/INCRA

Portanto, após o detalhamento das despesas da Sede-DF (R\$ 53.290.022,41) e da SR(12)MA (R\$ 1.238.379,52), referente ao pagamento de TDAs e indenização de benfeitorias (43.235,48 ha), verificamos que o **Empenho Liquidado Total foi de R\$ 54.528.401,93** (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil quatrocentos e um reais e noventa e três centavos), indicando assim, que o valor médio do hectare de terra adquirido pelo INCRA Sede, com gastos na Superintendência do Maranhão no exercício de 2011, de R\$ 1.261,20 / ha. (não sendo computado as áreas ajuizadas em anos anteriores, mas considerando-se as complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial pagos por estas áreas).

Analisando somente o detalhamento das despesas da SR(12)MA, referentes ao pagamento de indenização de benfeitorias e sobras de TDA's (43.235,4763 ha), o Empenho Liquidado Total foi de R\$ 1.238.379,52, indicando assim, que o índice de obtenção de terras no INCRA/MA no exercício de 2011, foi de R\$70,32 / ha. (não sendo computado as áreas ajuizadas em anos anteriores, mas considera-se as complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial pagos por estas áreas).

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo Afonso Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de	Tipo	Prioridade	Unidade	Meta	Meta realizada	Percentual	Meta a
-------------	------	------------	---------	------	----------------	------------	--------

Trabalho	da Ação		de Medida	prevista PO 2011 (a)	Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)	da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Ser realizada em 2012 (f) = (a- d)
21.122.0135.2272	A	3	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas - PO/2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.300.000,00	388.996,14	220.372,90	56,65	62.860,96	16,16	62.860,96	16,16

Fonte: SIAFI 2011 - SR/12.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
106.628,37	4.233,00	102.395,37	0,00

Fonte: SIAFI 2011 - SR/12.

Os recursos da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, visam o atendimento da execução das metas das Ações que compõem o Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.

Esta ação não possui unidade física de medida, logo não há como avaliar, de forma direta, o desempenho de sua meta física, apenas a financeira.

O valor liquidado nesta Ação foi de R\$ 62.860,96 (sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e seis centavos), correspondendo a 16,16% da provisão recebida. Em relação ao ano anterior, houve uma redução na ordem de 74,45%, uma vez que naquele ano havia sido liquidado R\$ 246.056,35 (duzentos e quarenta e seis mil e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

Comparando-se os valores empenhados e os liquidados, constatamos um saldo de R\$ 157.511,94 (cento e cinquenta mil, quinhentos e onze reais e noventa e quatro centavos), ou seja, existem despesas que foram comprometidas no exercício anterior e estão aguardando pagamento.

Segundo o SIAFI 2011, as principais despesas efetuadas nesta ação consistiram no pagamento de diárias, material de consumo (combustível e lubrificante), passagens e despesas com locomoção, contratação de serviços de terceiros de pessoa física e jurídica, locação de mão-de-obra e despesas de exercícios anteriores.

Levando-se em consideração que não houve interrupção brusca na execução das ações finalísticas por escassez de meios administrativos, pode-se concluir como suficiente o alcance do objetivo da ação.

2.3.2 Programa 0137 ó Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: .

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
0137	A	3	Doc. de Tit. exp (unid.)	432	4.114	0	4.114	952,31 %	-----

Fonte: LOA 2011, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
60.447	86.613,28	71.373,34	82,40	71.373,34	82,40	71.373,34	82,40

Fonte: : LOA 2011/ Caderno de Metas 2011 e SIAFI

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Avaliação de Resultados na execução físico-financeira

Foi programada para o exercício 2011 a expedição de 432 (quatrocentos e trinta e dois) documentos de *Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento*, porém foram expedidos 4.114 (quatro mil, cento e quatorze) documentos no modelo de **Contrato de Concessão de Uso** para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, atingindo um percentual em relação à meta física de 2011 de 952,31 %. Justifica-se tal desempenho em relação à meta pelo tipo de documento emitido, CCU, que para sua emissão necessita que as informações dos beneficiários da reforma agrária, estejam atualizadas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária ó SIPRA, atualização está que é realizada por todas as comissões de aplicação de crédito instalação, que necessitam da emissão dos CCU's para aplicar os créditos destinados aos beneficiários da reforma agrária.

Embora a SR-12/MA tenha obtido um excelente resultado na expedição de documentos em relação à meta estabelecida pela Sede do INCRA para 2011, faz-se necessário uma atenção maior para essa Ação do Programa 0137, visto que até o final de 2011 apenas 26,98 % do total de famílias assentadas tiveram acesso a Título Provisório (concessão de uso) ou Definitivo (título de domínio). A fim de melhorar o desempenho nesta ação em 2012 a SR-12(MA) aumentou o número de servidores lotados no Serviço Titulação e estabeleceu uma meta de emissão de 15.000 documentos de Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, ou seja, 25,15 % dos documentos que faltam ser emitidos. Entretanto, para que isso se concretize é necessário que os recursos destinados à ao Setor de Titulação sejam de fato utilizados para essa finalidade evitando a transferência de recursos para outras ações.

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.8396	A	3	Famílias	12.017	6172	0	6172	51,36	12.017

Fonte: LOA 2011, Caderno de Metas 2011 e Módulo Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
9.000.000,00	34.924.421,95	34.924.421,95	100	12.265.692,56	35,12	12.265.692,56	35,12

Fonte: SIAFI 2010 e Caderno de Metas 2011.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
16.657.011,30	2.130.241,21	10.055.675,57	19.290.321,23

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica

A Superintendência Regional do INCRA no Maranhão teve no ano de 2011 o comprometimento de suas atividades operacionais em decorrência demora da descentralização dos recursos e da deflagração da operação da Polícia Federal, os sucessíveis cortes na Programação Operacional, as restrições para concessão de diárias a servidores, e por fim, o êxodo dos servidores para outros órgãos.

O INCRA que é um órgão que atua diretamente no campo, teve suas atividades seriamente comprometidas, praticamente o primeiro semestre do ano foi ocioso, tendo somente no segundo semestre suas atividades retomadas, mesmo de forma reduzida e minguada foi possível alcançarmos certo êxito. Estes entraves comprometeram os trabalhos e as atividades de campo para acompanhamento e fiscalização das obras conveniadas. Porém, apesar do pouco tempo a Superintendência mais uma vez não teve outra opção, devido ao pouco prazo disponível, celebrou-se onze Convênios que foram assinados e publicados somente no final do exercício financeiro, ficando a execução para o ano de 2012. Apesar de tudo isso, o número de famílias beneficiadas foi relativamente considerável atingindo um percentual 51,36% da meta prevista.

Mediante exposto, os recursos orçamentários somente foram empenhados no final do ano, não sendo possível o início e conclusão das obras no mesmo exercício, isso tem ocorrido nos últimos anos. Os recursos empenhados em 2011 atingiram 100%, do previsto, entretanto, o volume liquidado foi irrisório atingindo o percentual de 35,12% da despesa empenhada, que devido aos entraves ocorridos podemos considerar como um índice positivo.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8398	A	3	familia	1.999	1.174	2.221	3.395	169,83	4.955

Fonte: : LOA 2011, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.613,688	2.659.161,30	2.656.103,50	99,89	563.009,60	21,17	563.009,60	21,17

Fonte: SIAFI 2011 e Caderno de Metas 2011

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.427.825,21	-20,00	503.755,81	924.049,40

Fonte: SIAFI 2011

As execuções referentes a demarcação de Projetos de Assentamento no ano de 2011 são decorrentes, em sua maioria, da realização dos pregoes 08, 09 e 10 da SR(12) ainda no ano de 2009 e o Pregão 19/2011. O objetivo de contratar desses serviços é levantar as áreas reais destes imóveis, garantindo a segurança da posse por parte dos clientes da reforma agrária em relação a pessoas que possam tentar se apossar ilegalmente de áreas sob gestão do INCRA.

O Pregão 19/2011, foi o ultimo realizado no ano de 2010 e beneficia as famílias do Projeto de Assentamento em diversos municípios do Maranhão, sendo que além da demarcação do perímetro, engloba também o parcelamento do mesmo e a demarcação da Reserva Legal individualizada no interior de cada lote, sendo que esta demanda foi justificada pelos problemas de invasão do projeto por pessoas alheias Reforma Agrária.

Segue abaixo a identificação das empresas vencedoras dos pregões licitados em 2009/2010 e executados em 2011 bem como o número dos contratos e seus valores.

TABELA IV - PAGAMENTO DA EMPRESA 3A Rural Engenharia Ltda. Pregão Eletrônico 08/2009 e PE10/2009 CNPJ 02.813.119/0001-09

LOTES	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE III Contrato 30.000/2009			R\$ 51.400,00			R\$ 51.400,00
LOTE IV Contrato 40.000/2009				R\$ 73.699,60		R\$ 73.699,60
LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
PE 10/2009 54230.003210/2009-11 Contrato 94.000/2009					R\$ 51.446,70	R\$ 51.446,70

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos Referente a ultima parcela do Contrato 23 de agosto de 2011

*Valores em reais.

TABELA VII - PAGAMENTO DA EMPRESA AEM LINDOSO Pregão Eletrônico 08/2009 CNPJ 07.092.595/0001-00

LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE I Contrato 90.000/2009					R\$ 62.400,00	R\$ 62.400,00

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos

*Valores em reais.

**TABELA VIII - PAGAMENTO DA EMPRESA PROJETO P É Topografia e Geodésia Ltda
Pregão Eletrônico 09/2009 CNPJ 05.551.339/0001-08**

LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE I Contrato 91.000/2009					R\$ 59.535,00	R\$ 59.535,00

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos

*Valores em reais.

Referente a ultima parcela do contrato pago em 15 de abril de 2011.

**TABELA IX - PAGAMENTO DA EMPRESA ENGPLAGRI É Industria e Comercio
Agropecuário Engenharia Planejamento e Agrimensura Pregão Eletrônico 09/2009 CNPJ
07.149.420/0001-83**

LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE III Contrato 93.000/2009					R\$ 52.530,00	R\$ 52.530,00

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos

*Valores em reais.

Referente a ultima parcela do contrato 15 de abril de 2011.

**TABELA X - PAGAMENTO DA EMPRESA IMEDIATA Topografia e Geodésia Ltda Pregão
Eletrônico 09/2009 CNPJ 07.403.378/0001-85**

LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	20%	20%	30%	*VALOR TOTAL
LOTE II Contrato 92.000/2009					R\$ 77.550,00	R\$ 77.550,00

Fonte: Relatório de Acompanhamento dos Contratos

*Valores em reais.

Observações:

Os trabalhos de campo dos Pregões eletrônicos 09 e 10/2009 foram concluídos e entregues as peças técnicas para conferências;

Os trabalhos de campo do Pregão eletrônico 08/2009 estão em andamento a parte de conferencia das peças técnicas, ressaltando que os Lotes II e VII já foram concluídos a parte de campo e entregue as peças técnicas;

Falta apenas o recebimento de parte dos trabalhos que ficou para setembro de 2011 data do encerramento dos contratos e a empresa 3ARural conclui apenas 60% dos contratos e a mesma já foi notificada e posteriormente deverá ser inserida no SICAF.

TRABALHOS REFERENTES AOS RECURSOS FINANCEIROS DA PO 2011

PAGAMENTO DA EMPRESA IMEDIATA TOPOGRAFIA E GEODESIA LTDA PREGÃO 19/2010 CNPJ 07.403.378/0001-85

LOTE	MOBILIZAÇÃO	25%	TOTAL
LOTE I CONTRATO 9.000/2011	R\$ 26.686,88	R\$ 133.434,33	R\$ 160.121,21

Referente a mobilização do contrato em 29 de dezembro de 2011.

Referente a 1 parcela em 29 de dezembro de 2011.

Relação dos Municípios/Assentamento/Famílias

MUNICIPIO	PROJETO	FAMILIAS
AMARANTE DO MARANHÃO	PA FAZENDA ALVORADA IV	74
AMARANTE DO MARANHÃO	PA DEUS É FIEL	40
AMARANTE DO MARANHÃO	PA BOA ESPERANÇA III	109
BOM JESUS DAS SELVAS	PA MAPISA	225
BOM JESUS DAS SELVAS	PA RAIMUNDO PANELADA	199
BOM JESUS DAS SELVAS	PA SÃO BARTOLOMEU	82
ITINGA DO MARANHÃO	PA GURUPI	294
ITINGA DO MARANHÃO	PA HORIZONTE AZUL	52

PAGAMENTO DA EMPRESA AEM LINDOSO LTDA PREGÃO 19/2010 CNPJ 07.092.595/0001-00

LOTE	%	25%	20%	TOTAL
LOTE III CONTRATO 11.000/2011	R\$ 14.797,41	R\$ 73.987,10	R\$ 59.189,68	R\$ 147.974,19

Referente a mobilização do contrato ordenado em 11 de novembro de 2011.

Referente a 1 parcela ordenado em 11 de novembro de 2011.

Referente a 2 parcela ordenado em 09 de dezembro de 2011.

Relação dos Municípios/Assentamento/Famílias

MUNICIPIO	PROJETO	FAMILIAS
BARRA DO CORDA	PA SANTA AMELIA	434
BARRA DO CORDA	PA CACHIMBEIRO	676

PAGAMENTO DA EMPRESA TOPLINE LTDA PREGÃO 19/2010 CNPJ 10.973.087/0001-37

LOTE	%	25%		TOTAL
LOTE II CONTRATO 11.000/2011	R\$ 35.705,21	R\$ 178.526,07		R\$ 214.231,28

Referente à mobilização do contrato ordenado em 27 de dezembro de 2011.

Referente a 1 parcela ordenado em 27 de dezembro de 2011.

Relação dos Municípios/Assentamento/Famílias

MUNICIPIO	PROJETO	FAMILIAS
BOM JESUS DAS SELVAS	PA SÃO FRANCISCO/ BOA VIAGEM	70
SANTA LUZIA	PA FLECHAL	509

PAGAMENTO DA EMPRESA DRENATEC LTDA PREGÃO 19/2010 CNPJ 66.519.331/0001-40

LOTE	MOBILIZAÇÃO			TOTAL
LOTE IV e V CONTRATO 17.000/2011	R\$ 21.864,84			R\$ 21.864,84

Referente à mobilização do contrato ordenado em 20 de dezembro de 2011.

Relação dos Municípios/Assentamento/Famílias

MUNICIPIO	PROJETO	FAMILIAS
EDSON LOBÃO	PA GAMELEIRA	69
	PA PALMARES I	96
DAVINOPOLIS	PA ALEGRIA	72

	PA PRIMEIRO DE MAIO	62
GOVERN. LA ROQUE	PA TABOLEIRÃO	98
CIDELANDIA	PA SOL BRILHANTE	151
MONTES ALTOS	PA VALE DO JORDÃO	47
JOÃO LISBOA	PA SÃO BENEDITO I	36

Nestas ações foram atendidas 3.395 famílias, mas os trabalhos somente serão concluídos no ano de 2012.

Com a chegada dos 05 novos engenheiros na área de Agrimensura e Cartografia teremos uma melhora na força de trabalho para confecção dos Projetos Básicos para demarcação.

A maioria dos servidores que eram responsáveis pela atividade de fiscalização dos trabalhos topográficos foi cedida para o Programa Terra Legal e os demais acumulam atividades em vistoria para desapropriação, levantamento para Titulação de comunidades Quilombolas e alguns trabalhos de mediação de conflitos de limites.

Caso não seja melhorada questão salarial da categoria dos Engenheiros do INCRA os servidores que ingressaram do concurso de 2010/2011 deixarão o órgão para outros com remuneração maior tais como: Petrobrás, Tribunal de Justiça, Marinha, Codevasf, MAPA e outros.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização ó Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa

de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.691.0137.4320	A	3	Famílias beneficiadas	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI (2011)

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
R\$ 199.998,40	0	0	R\$ 199.998,40

Fonte: SIAFI.

Cumprimento das metas físicas: A Ação Terra Sol tem descentralização de recursos a partir de programação orçamentária e posterior apresentação de demandas na UJ. A Capacidade Declarada para 2011, previa a implantação de agroindústrias, ações de inserção mercadológica e capacitação de assentados e técnicos, beneficiando diretamente 1.480 famílias.

Adotou-se, inicialmente, a confirmação das demandas de implantação de agroindústria, sendo definido que 05 entes públicos (Prefeituras) cadastrariam as propostas no SICONV. Isso não aconteceu e essas demandas foram reprogramadas. O corte no orçamento promovido pelo Governo Federal (PO 2011 com meta zero), foi decisivo para a não execução das ações programadas na Capacidade Declarada.

Ações que apresentaram problemas de execução: A divulgação da Ação Terra Sol tem motivado discussão sobre apropriação dessa Ação, assim como a verificação de viabilidade de demandas. No entanto, a capacidade operacional da UJ continua sendo uma dificuldade para a execução desse serviço da Reforma Agrária. Além disso, os entes públicos continuam apresentando relativa dificuldade na apropriação da Ação, além de apresentarem limitação, especialmente inadimplência.

Foi realizado, então, empenho e posterior convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Rita, no valor de R\$ 199.998,40 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), resultantes de recursos destacados através da Emenda Parlamentar nº 23880004/2010, para implantação de agroindústria de coco babaçu, beneficiando diretamente 30 famílias do P. A. Santo Antonio/Sefans/Carema, cujos recursos foram inscritos em RAP, não repassados até o momento devido pendências não saneadas (Licença Ambiental).

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
0137	A	3	Doc. de Tit. exp (unid.)	432	4.114	0	4.114	952,31 %	-----

Fonte: : LOA 2011, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
60.447	86.613,28	71.373,34	82,40	71.373,34	82,40	71.373,34	82,40

Fonte: Caderno de Metas 2011 e SIAFI 2011

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
-----------------------------	---------------------------	----------------------	---------------------------

-	-	-	-
---	---	---	---

Fonte: SIAFI.

Avaliação de Resultados na execução físico-financeira

Foi programada para o exercício 2011 a expedição de 432 (quatrocentos e trinta e dois) documentos de *Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento*, porém foram expedidos 4.114 (quatro mil, cento e quatorze) documentos no modelo de **Contrato de Concessão de Uso** para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, atingindo um percentual em relação à meta física de 2011 de 952,31 %. Justifica-se tal desempenho em relação à meta pelo tipo de documento emitido, CCU, que para sua emissão necessita que as informações dos beneficiários da reforma agrária, estejam atualizadas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária ó SIPRA, atualização está que é realizada por todas as comissões de aplicação de crédito instalação, que necessitam da emissão dos CCU's para aplicar os créditos destinados aos beneficiários da reforma agrária.

Embora a SR-12/MA tenha obtido um excelente resultado na expedição de documentos em relação à meta estabelecida pela Sede do INCRA para 2011, faz-se necessário uma atenção maior para essa Ação do Programa 0137, visto que até o final de 2011 apenas 26,98 % do total de famílias assentadas tiveram acesso a Título Provisório (concessão de uso) ou Definitivo (título de domínio). A fim de melhorar o desempenho nesta ação em 2012 a SR-12(MA) aumentou o número de servidores lotados no Serviço Titulação e estabeleceu uma meta de emissão de 15.000 documentos de Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, ou seja, 25,15 % dos documentos que faltam ser emitidos. Entretanto, para que isso se concretize é necessário que os recursos destinados à ao Setor de Titulação sejam de fato utilizados para essa finalidade evitando a transferência de recursos para outras ações.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21631013710YN	P	1	Projeto consolidado	0	0	1	1	0	1

Fonte: SIAFI GERENCIAL E PO 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
35.000,00	252.781,00	252.123,32	99,73%	21.342,32	8,44%	21.342,32	8,44%

Fonte: SIAFI GERENCIAL E PO 2011

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
230.781,00	0	0	230.781,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Cumprimento das metas físicas:

Apesar de não haver metas prevista para o ano de 2011, destacamos que ações do PAC em São João das Neves são continuadas o que justifica apresentação de Meta Realizada com 350 (trezentas e cinquenta) famílias. A meta apresentada para 2012, juntamente que presta assistência Técnica aos assentados no referido Projeto de Assentamento São João das Neves, revendo a quantidade de produtos da matéria prima para a fabricação do produto (farinha) e a necessidade de demarcação dos lotes (individuais ou coletivos ó associações).

Já foi feita pelo INCRA, a demarcação da área de Reserva Legal do referido projeto, esperando que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado libera a Licença Ambiental para o Projeto de Assentamento São João das Neves (MA).

Execução Orçamentária-financeira:

OBS: os recursos no valor de R\$ 252.123,32(duzentos e cinquenta e dois mil cento e vinte e três reais e trinta e dois centavos), sendo que o valor de R\$ 230.781,00(duzentos e trinta mil setecentos e oitenta e um reais), ficou em resto a pagar e ate agora, Sede do INCRA não liberou o financeiro para que este valor seja depositado na conta da Associação Santa Luzia dos Pequenos Produtores Rurais, o restante do valor se refere a diárias.

Ações que apresentaram problema de execução:

Ações que apresentaram problemas na execução, em decorrência de problemas ocorridos durante o exercício de financeiro de 2011 em relação ao Programa de Consolidação e emancipação(auto-suficiência) de Assentamentos Resultante da Reforma Agrária, no PA São João das Neves, podemos destacar a insuficiência dotação orçamentária e consenquente

de pagamento aos contratados para executar as obras de estradas de penetração, bem como, a realização da segunda etapa da correção de solo por parte da assistência técnica.

Outro motivo que retardou a emancipação do projeto em comento foi a não obtenção da licença ambiental no prazo previsto, impedindo que outras ações fossem executadas, com por exemplo acesso ao créditos disponibilizados pela rede bancaria e a elaboração de projetos de produções em maior escala.

Cabe ressaltar que durante o exercício de 2011 não houve pagamento às contratada por conta do processo original ter sido apreendido na operação donatário, realizada pela policia federal no dia 25 de fevereiro de 2011.

Na melhorias habitacionais dos 350 dos assentados.

A necessidade de demarcação dos lotes/parcela dos referido assentamento.

Falta de iluminação publica em alguns povoados no referido assentamento que executados pelas Prefeituras, são fatores externos que não depende do INCRA.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.2B06	A	3	família	0	0	783	783	0	783*

Fonte: Caderno de Metas_PO/2011

* a meta a ser realizada em 2012 se refere a continuação do convênio celebrado em 2009

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	69.108,00	19.168,36	27,74	19.168,36	27,74	19.168,36	27,74

Fonte: SIAFI, 2011.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
2.882.907,91	8.690,83	2.874.217,08	0

Fonte: SIAFI, 2011.

Análise Crítica dos Resultados Obtidos

Cumprimento das metas físicas:

No ano de 2011 houve apenas a continuação do convênio celebrado em 2009 para execução de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Implantação e Manejo de Sistemas Agroflorestais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA no estado do Maranhão, abrangendo 08 (oito) PA's, em 05 (cinco) municípios do referido estado, conforme Quadro IV.

Quadro IV: Projetos de Assentamento beneficiados

NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	Nº. FAMÍLIAS
DEUS É FIEL	Amarante do Maranhão	40
EL SHADAY	Amarante do Maranhão	31
OLGA BENÁRIO	Amarante do Maranhão	57
ÁRVORES VERDES	Brejo	133
ABELARDO RIBEIRO	Central do Maranhão	333
LIVRAMENTO	Mirinzal	67
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	Pirapemas	43
PAE BACURI	S. Raimundo das Mangabeiras	79
TOTAL		783

Fonte: Serviço de Meio ambiente e Recursos Naturais - SR12(MA), 2011

O referido convênio tem como objetivo a promoção de ações de caráter técnico, educativo e científico por meio da implantação e do manejo de sistemas agroflorestais, da introdução de apicultura e meliponicultura como alternativa de produção associada à conservação do ambiente; e da recuperação de áreas degradadas com espécies nativas e/ou adaptadas oriundas da produção nos viveiros florestais dos assentamentos, beneficiando famílias em Projetos de Assentamento do INCRA, situados no estado do Maranhão.

Problemas de execução:

- O primeiro problema diz respeito ao atraso e à falta de pagamento das parcelas do convênio celebrado em 2009 (processo nº 54230.006944/2009-52, siconv ó 720515/2009).

Os recursos para fazer face à cobertura das despesas do Convênio tiveram sua liberação realizada da seguinte forma: a 1ª parcela, no valor de R\$ 970.260,00, **referente ao ano de 2009**, foi liberada em 28 de abril de 2010; a 2ª parcela, no valor de R\$ 2.863.819,50, **referente ao ano de 2010**, foi liberada em **2011**, em cinco pagamentos, nas seguintes datas: 24 de março (R\$ 500.000,00), 20 de abril (R\$ 500.000,00), 16 de maio (R\$ 500.000,00), 17 de junho (R\$500.000,00) e 06 de outubro (R\$ 863.819,50). O restante, no valor de **R\$ 1.393.548,75**, que seria liberado em 2011, espera-se que seja liberado em 2012, em parcela única. Cabe ressaltar que esse valor da última parcela foi solicitado no ano de 2011, entretanto, mesmo com a resposta positiva da Coordenação de que estaria na programação,

não foi possível o atendimento, o que resultou na falta de empenho em 2011 do valor da última parcela.

O cronograma físico com as especificações das metas pode ser observado no Quadro V a seguir:

Quadro V: Especificação das metas

Numero da Meta	Especificação	Valor (R\$)	Data do Início	Data do Término
1	Apresentação do projeto para 50 jovens e adultos em cada PA - Palestra de apresentação, formação de grupos e aplicação de questionário com duração de 08 horas em cada PA.	R\$ 32.903,20	16/12/2009	31/12/2009
2	Apresentação do projeto para 50 jovens e adultos em cada PA - Bingo ambiental ou jogo ambiental com os grupos formados com duração de 08 horas em cada PA.	R\$ 26.083,20	16/12/2009	31/12/2009
3	Promoção de evento de caráter ambiental para crianças e adolescentes Gincana ambiental - etapa I, com duração de 08 horas em cada PA	R\$ 19.483,20	16/12/2009	31/12/2009
4	Promoção de evento de caráter ambiental para crianças e adolescentes Gincana ambiental - etapa II, com duração de 08 horas em cada PA.	R\$ 19.483,20	01/11/2010	31/12/2010
5	Oficina de produção de mudas em viveiros com 20 participantes por PA e duração de 48 horas por evento	R\$ 118.527,20	16/12/2009	31/12/2010
6	Oficina de Recuperação de áreas de Preservação Permanente com 20 participantes por PA e duração de 24 horas por evento	R\$ 72.749,60	01/11/2010	30/04/2011
7	Oficina de Implantação e manejo de sistemas agroflorestais - Etapa I com 20 participantes por PA e duração de 24 horas por evento, envolvendo despesas com material de consumo para técnicas de plantios em escala como (perfurador do solo, substrato, Fosfato, ferramentas, barbante etc.)	R\$ 72.749,60	01/11/2010	30/04/2011
8	Oficina de Implantação e manejo de sistemas agroflorestais - Etapa II com 20 participantes por PA e duração de 24 horas por evento, utilizando equipamentos disponíveis nos PA's.	R\$ 55.325,60	01/11/2010	30/04/2011
9	Oficina de Criação de abelhas etapa I com 20 participantes por PA e duração de 48 horas por evento com fornecimento de todo material apícola necessário para o desenvolvimento do trabalho no valor de R\$ 13.032,00 por PA totalizando em R\$ 104.256,00 nos 08 PAs e uma apostila para cada participante.	R\$ 217.896,80	01/11/2010	31/03/2011
10	Oficina de Criação de abelhas etapa II com 20 participantes por PA e duração de 48 horas por evento	R\$ 98.947,20	01/05/2011	31/12/2011

Numero da Meta	Especificação	Valor (R\$)	Data do Início	Data do Término
11	Capacitação técnica dos assentados por meio de curso: Sistemas alternativos e segurança alimentar com 20 participantes por PA e duração de 40 horas por evento	R\$ 87.252,00	01/11/2010	28/02/2011
12	Capacitação técnica dos assentados por meio de curso: Planejamento e organização do PA com 20 participantes por PA e duração de 24 horas por evento	R\$ 55.325,60	01/01/2011	31/05/2011
13	Aplicação do segundo questionário com 25 participantes por PA e duração de 8 horas por evento	R\$ 17.451,20	01/09/2011	31/12/2011
14	Construção de seis viveiros com 240 m² de area nos Projetos de assentamentos Abelardo Ribeiro, Livramento, Deus é Fiel, El shaday, Olga Benário, PAE Bacuri	R\$ 40.926,60	16/12/2009	31/12/2009
15	Instalação de sistemas de irrigação nos oito viveiros, utilizando uma caixa de 10.000 litros com distribuição por gravidade para os sistema de irrigação com microaspesores nos oito PAs	R\$ 300.696,00	16/12/2009	31/01/2010
16	Instalação de sistemas energia solar para 8 viveiros com bombas DC, para abastecimento da caixa d'água de 10.000 litros durante o dia para utilização da água durante o final da tarde e da noite nos oito PAs	R\$ 392.311,20	16/12/2009	30/04/2010
17	Produção de Mudanças durante 21 meses, totalizando 64.000 mudas frutíferas, 80.000 mudas de mata ciliar e 80.000 para áreas de Reservas Legal nos 8 PA's e produção de 480.000 mudas de sabiá para os PA's Arvores Verdes e São José da Vitória, sendo 240.000 para cada PA, com um aumento de no mínimo 20 % da produção para replantios, gerando um total de mudas produzidas de $704.000 + 140.820 (20\%) = 844.820$	R\$ 760.338,00	16/12/2009	31/08/2011
18	Plantio de 16.000 mudas de espécies nativas nas nascentes dos 8 PAs por meio das atividades de abertura de covas, plantio e tratos culturais.	R\$ 223.936,80	01/11/2010	31/08/2011
19	Plantio de 32.000 mudas de espécies nativas nos 8 PAs por meio de atividades de abertura de covas, plantios de mudas e tratos culturais nos igarapés ou córregos pertencentes aos PAs	R\$ 254.420,00	01/11/2010	31/08/2011
20	Plantio de 32.000 mudas de espécies nativas nos 8 PA's por meio de atividades de abertura de covas, plantios de mudas e tratos culturais nos rios ou em outras APPs não contemplada na meta 19	R\$ 256.576,00	01/11/2010	31/08/2011
21	Reflorestar 128ha de Reserva Legal em 8 PA's por meio do plantio de 80.000 mudas produzidas nos viveiros e cercamento das áreas reflorestadas da RL	R\$ 529.772,00	01/11/2010	30/04/2011
22	Implantação de quintais agroflorestais e arborização de áreas publicas do assentamento com plantios de 64.000 mudas frutíferas diversas	R\$ 323.324,00	01/11/2010	30/04/2011

Numero da Meta	Especificação	Valor (R\$)	Data do Início	Data do Término
23	Implantação de sistema de aléias com Sabiá (M. caesalpiniaefolia Benth) através de plantio de 160.000 mudas em 40 ha nos PA Arvores Verde, São Jose da Vitória no ano 1	R\$ 424.572,40	01/11/2010	28/02/2011
24	Implantação de sistema de aléias com Sabiá (M. caesalpiniaefolia Benth) através de plantio de 160.000 mudas em 40 ha nos PA Arvores Verde, São Jose da Vitória no ano 2 e tratos culturais nas áreas (40 há) do ano anterior	R\$ 504.428,00	01/11/2010	31/08/2011
25	Implantação de sistema de aléias com Sabiá (M. caesalpiniaefolia Benth) através de plantio de 160.000 mudas em 40 ha nos PA Arvores Verde, São Jose da Vitória no ano 3 e tratos culturais nas áreas (80 há) dos anos anteriores	R\$ 488.372,40	01/05/2011	31/12/2011

Fonte: Serviço de Meio ambiente e Recursos Naturais - SR12(MA), 2011

As metas associadas ao terceiro empenho, que será efetuado em 2012 (metas 8, 10, 12, 13, 18, 21, 22, 24 e 25) dependem do calendário agrícola, e por estarem atreladas a esse calendário devem ser executadas conforme as estações do ano, permitindo maior flexibilidade da execução de cada meta conforme as práticas agrícolas no estado do Maranhão. Por isso, o convênio teve um aditivo de prazo no final de 2011.

- O segundo problema diz respeito à grande deficiência, em termos quantitativos, de recursos humanos no setor frente ao grande número de atividades exercidas.

O setor já estava com poucos servidores e, em 2011, houve outra redução no número de técnicos no Serviço de Meio Ambiente, com isso, o acompanhamento e a fiscalização das atividades ficaram comprometidas, pois tiveram também de ser reduzidas. Atualmente o Serviço de Meio Ambiente conta com uma engenheira florestal, uma engenheira agrônoma, um técnico agrícola e uma assistente administrativa.

Apesar dos problemas, foi inserido no SICONV um relatório que ainda não contempla a totalidade do objeto executado, mas que mostra a execução das ações de forma clara. A segunda parcela ainda encontra-se em execução, mas já nos permite informar o êxito do projeto.

As metas executadas pela conveniente e descritas no referido relatório são as seguintes: **Meta 01** - Apresentação do projeto para 50 jovens e adultos - Palestra de apresentação, formação de grupos e aplicação de questionário; **Meta 02**: Apresentação do projeto para 50 jovens e adultos em cada PA - Bingo ambiental ou jogo ambiental com os grupos formados; **Meta 03**: Promoção de evento de caráter ambiental para crianças e adolescentes Gincana ambiental - etapa I; **Meta 05** - Oficina de produção de mudas em viveiros; **Meta 14** - Construção de seis viveiros com 240 m² de área nos Projetos de Assentamento Abelardo Ribeiro, Livramento, Deus é Fiel, El Shaday, Olga Benário e PAE Bacuri; **Meta 15** - Instalação de sistemas de irrigação nos oito viveiros; **Meta 16** - Instalação de energia solar para 8 viveiros; **Meta 17** - Produção de Mudas. Da segunda parcela já foram concluídas as metas **5, 6 e 7** e as demais estão sendo executadas, com ênfase para este período nas metas **17 a 25**.

Os resultados parciais do convênio são: oito viveiros de mudas florestais com 240m² de área foram construídos nos Projetos de Assentamento Abelardo Ribeiro (Central do Maranhão); Livramento (Mirinzal); Deus é Fiel, El Shaday e Olga Benário (Amarante do Maranhão), Árvores Verdes (Brejo), São José da Vitória (Pirapemas) e PAE Bacuri (São Raimundo das Mangabeiras), todos com sistemas de irrigação movidos à energia solar e com caixas d'água com capacidade para 10 mil litros de água, alguns com capacidade maior (11 mil). Foram realizadas também diversas capacitações para que as famílias se apropriassem de conhecimentos e habilidades e, até o momento, foram produzidas cerca de 600 mil mudas, que estão sendo utilizadas para recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal, além de quintais e áreas onde estão sendo implantados Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Até o final de 2012 serão produzidas e plantadas 844.820 mudas, que incluem espécies nativas da mata ciliar, frutíferas e madeiráveis. A produção de mudas feita com a irrigação movida à energia solar, além de estar facilitando o trabalho dos agricultores, tem a possibilidade de agregar renda, pois está permitindo a adoção de práticas sustentáveis, como os sistemas agroflorestais que contribuirão para a segurança alimentar e para o incremento de renda das famílias.

O convênio trouxe, ainda, novas perspectivas, pois está possibilitando às famílias não só o desejo de melhorar suas condições, mas a certeza de que, para eles, vale à pena produzir e preservar, pois estão mais conscientes e sensíveis às novas práticas, especialmente no que se refere ao uso da reserva legal, que, para os assentados, o projeto possibilitou uma

mudança de conceito substancial. Também, pôde-se constatar a credibilidade das famílias assentadas junto ao INCRA. Esse fato é atribuído, especialmente, às grandes possibilidades de melhoria não só no aspecto ambiental, mas também nos aspectos social e econômico, uma vez que o convênio tem metas quantitativas e qualitativas.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
137	OE	3	Família Assent.	973	954	5.334	6.288	646,25	*

Fonte: Divisão de Desenvolvimento

Obs. O n.º de famílias inserido na coluna (c) é composto dos seguintes Créditos: **Apoio Inicial** = 2.107 fam. **Aquisição Material de Construção** = 1.419 fam. e **Recuperação Material de Construção** = 1.808

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
15.468.474,00	17.956.800,00	17.956.800,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Divisão de Desenvolvimento, Caderno de Metas 2011, SIAFI 2011

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
189.571.800,00	-15.298.400,00	62.917.200,00	111.356.200,00

Fonte: SIAFI 2011

I 6 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA EXECUÇÃO FÍSICA

Tomando-se por base a meta física prevista na Programação Operacional / 2011, visando contemplar **973** famílias com o Crédito Instalação, comparada à meta realizada, no mesmo exercício de **954** famílias, conclui-se que o alcance foi bastante significativo (**98,05%**). Entretanto se fizermos a mesma confrontação da meta estabelecida para 2011 com metas iniciadas em exercícios anteriores, pode-se constatar que o percentual (**548%**) foi extremamente relevante. Tal fato se explica em razão da meta estabelecida em 2011 ser bastante diminuta em comparação às estabelecidas em exercícios anteriores.

Vale salientar, para uma melhor compreensão do relato acima citado, que a Superintendência do INCRA, no Estado do Maranhão, a partir do exercício de 2011, decidiu declarar a sua capacidade de famílias a serem beneficiadas com o Crédito Instalação, levando em consideração os seguintes aspectos:

1. O elevado número de Projetos de Assentamento, incluindo os Projetos Federais, Estaduais e Municipais;
2. O número de famílias a serem beneficiadas;
3. A sua capacidade operacional, extremamente deficitária; e
4. Finalmente, o grande volume de recursos financeiros que foram sendo depositados, ao longo da existência do Crédito Instalação, nas contas correntes das associações dos Projetos de Assentamento, e que contribuíram para a formação de um passivo girando em torno de R\$ **260.000.000,00** (duzentos e sessenta milhões de reais) sendo, em muitos casos, impraticável implantá-los nos assentamentos em função da defasagem dos recursos depositados.

II 6 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA EXECUÇÃO FINANCEIRO 6 ORÇAMENTÁRIA

O quadro demonstrativo da execução financeiro-orçamentária nos mostra uma provisão recebida de **R\$ 17.956.800,00** (dezessete milhões, novecentos e cinquenta e seis mil e oitocentos reais) e também um empenho liquidado na ordem de **R\$ 17.956.800,00** (dezessete milhões, novecentos e cinquenta e seis mil e oitocentos reais) enquanto a contrapartida financeira não foi disponibilizada por parte da União, ficando tais empenhos inscritos em restos a pagar.

III 6 ANÁLISE DO ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS

Do ponto de vista orçamentário, quer da provisão recebida, quer das despesas empenhadas relativas aos processos de crédito constantes da Programação Operacional 2011, é notório que os seus objetivos foram alcançados. Entretanto no que concerne aos recursos financeiros pertinentes, lamentavelmente, não foram disponibilizados, gerando assim uma grande frustração no conjunto das famílias de assentados que alimentavam a possibilidade de que com o advento do Crédito Instalação pudessem ter supridas as suas necessidades básicas, como também o fortalecimento de suas atividades produtivas e ainda a grande realização de terem suas unidades habitacionais construídas.

Por outro lado, observa-se que a meta relativa a exercícios anteriores, realizada em 2011, fruto dos processos inscritos em restos a pagar, teve peso relevante no alcance dos objetivos e metas com percentual de 548% em comparação com a meta iniciada no exercício com percentual de 98,05%.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da

União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d)=(a+b)		
21.122.0135.2272	A	3	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.300.000	1.588.673,50	1.574.376	99,10	1.477.919,57	93,03	1.477.919,57	93,03

Fonte: LOA 2011/ Caderno de Metas 2011 e SIAFI

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
26.997,06	13.924,15	10.774,91	2.298,00

Fonte: SIAFI.

Avaliação de Resultado da Execução Físico-Financeira

A Ação 2272 não possui unidade de medida e meta física prevista, não sendo possível uma avaliação de desempenho em relação à meta física. Quanto à execução financeira, segundo dados do SIAFI, o valor liquidado foi de R\$ 1.477.919,57 (um milhão, quatrocentos e setenta e sete mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos), correspondendo a 93,03% da provisão recebida. Em relação ao valor empenhado no ano anterior, houve uma redução na ordem de 12,50%, uma vez que em 2010 foi empenhado R\$ 1.799.293,19 (um milhão, setecentos e noventa e nove mil, duzentos e noventa e três reais e dezenove centavos). O valor excedido na despesa corrente programada, correspondente a R\$ 177.919,57 (cento e setenta e sete mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos), e teve como principal fato gerador o desenvolvimento dos trabalhos de campo realizados pelo Grupo de Trabalho, instituído pelo Presidente do INCRA, que juntamente com servidores da SR-12/MA, realizaram análises nos Processos de Aplicação de Crédito Instalação a beneficiários da reforma agrária, em função da operação denominada "Donatário" deflagrada pela Polícia Federal e Controladoria Geral da União.

As principais despesas efetuadas nesta ação consistiram no pagamento de diárias, material de consumo (como combustível e lubrificante); contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica), referente a transporte de servidores, manutenção e conservação veicular, serviços gráficos, manutenção de software e locação de espaço físico para capacitação dos servidores.

2.3.3 Programa 0138 ó Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente. Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.125.0138.2105	A	3	unidade	8.000	12.167	0	12.167	152,09	10.500

Fonte: LOA 2011, PPA 2008-2011, caderno de Metas 2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
72.000,00	61.541,70	60.377,97	98,11	29.297,02	47,60	28.569,61	46,42

Fonte: SIAFI 2011 e Caderno de Metas 2011.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
2.997,30	0,00	2.997,30	0,00

Fonte: SIAFI.

No exercício de 2011, o Serviço de Cadastro Rural executou **12.167** (doze mil cento e sessenta e sete) atualizações Cadastrais e **44.810** (quarenta e quatro mil oitocentos e dez) CCIRs (Documento de Cadastro Rural, emitido pelo Incra, que constitui prova de cadastramento do imóvel rural, sendo indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender o imóvel e para homologação de partilha amigável ou judicial ó sucessão causa mortis), de acordo com os parágrafos 1º e 2º do Art. 22 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, modificado pelo artigo 1º da Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001. os dados declarados são exclusivamente cadastrais, não legitimando direito de domínio ou posse, conforme determina o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972.

Atualizações Cadastrais e emissão de CCIR, no exercício de 2011

Mês	Quantitativo/Atualiz. Cadastral	Quantitativo/CCIR INTERNET	Quantitativo/CCIR SNCR
Janeiro	636	2.138	893
Fevereiro	853	2.115	948

Março	917	2.468	1.285
Abril	872	2.079	1.114
Maió	1215	3.201	1.375
Junho	979	2.784	1.270
Julho	1030	2.532	510
Agosto	1130	3.152	1.234
Setembro	1356	3.767	1.546
Outubro	1013	2.337	984
Novembro	1195	2.614	1.227
Dezembro	971	921	2.316
TOTAL	12.167	30.108	14.702

Outras atividades desenvolvidas nesta Ação:

Tramita nesta Superintendência 109 (cento e nove) - Processos de Fiscalização Cadastral em fase de análise e temos apenas 1 (um) servidor cuidando dessa atividade. (imóveis com áreas acima de 5.000).

Formalizados e analisados 10 (dez) processos de desmembramentos de áreas abaixo da Fração Mínima de Parcelamento, (para fins não agrícolas) de iniciativa particular que visem a atender interesses de Ordem Pública na zona rural, conforme Decreto nº 62.504/1968.

Objetivando a aferição da produtividade ó GUT (Grau de Utilização da Terra) e do GEE (Grau de Eficiência na Exploração), foram analisados e classificados (manualmente), 41 (quarenta e um) imóveis rurais para fins de desapropriação.

Número de Processos de Certificação Cadastral analisados pelo serviço de Cadastro Rural:
- Lei nº 10.267/2001, exigida para Alteração(ões) de área(s) ou de seu(s) titular(es) em Cartório (de acordo com os prazos estabelecidos no Dec. 5.570/05), que carecem de análise cadastral. Fato que gerou o TCC com o Exército Brasileiro com o envio de aproximadamente 900 processos para Brasília em 3 etapas para que sejam analisados e certificados.

Dez Processos de Cancelamento de cadastro de imóvel rural (Duplicidade, descaracterização de imóvel rural, erro de preenchimento). Sem contar com o elevado nº de expedientes do poder Judiciário e de outros órgãos, solicitando informações cadastrais de imóveis rurais incluídos no SNCR ó Sistema Nacional de Cadastro Rural.

O Serviço de Cadastro Rural da SR(12)MA, vem enfrentando graves problemas, no que se refere à mão de obra. As tarefas sofrem consideráveis atrasos, causando transtornos para o Órgão e para os contribuintes que carecem de atendimento a contento.

Acrescido a isto, as condições de trabalho e descentralização de recursos tardiamente para atendimento nas diárias para deslocamento de servidores efetuarem monitoramento, fiscalização e instalação de Unidades Municipais de Cadastramento- UMCs (funcionam nas Prefeituras Municipais e fazem parte da rede de Cadastro do Incra para fins de manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural ó SNCR, prestando atendimento a detentores ou interessados nas questões ligadas ao Cadastro de Imóveis Rurais.

Com a criação do SNCR-GEO a necessidade do INCRA junto ao Governo Federal disponibilizar verba para as prefeituras de todos os municípios para que seja criado a Unidade Municipal de Cadastro e Cartografia - UMCC com contratação de servidores concursados na área de Cadastro e Cartografia para assim criar o acervo fundiário do Brasil sob a gestão do INCRA.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

A UJ não desenvolveu nenhuma atividade desta ação.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =	Meta a ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios	Execução Total (d) = (b+c)		

						anteriore s (c)		d*100/ a)	
21.127.0138.4426	A	3	hectare	0	691.874,81 74	0	691.874,817 4	0	*

Fonte: LOA 2011, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011

* não há como calcular a meta

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	29.160,89	10.113,80	34,68	10.113,80	34,68	10.113,80	34,68

Fonte: SIAFI 2011 e Caderno de Metas PO/2011

Execução de RAP (Restos a Pagar) no exercício 2011

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
R\$ 4.100,00	R\$ 1.600,00	R\$ 2.500,00	R\$0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Durante o exercício de 2011 a SRFA-02 executou o georreferenciamento, através da contratação de empresas, de 691.874,8174 referentes a poses e glebas públicas federais e estaduais do Estado do Maranhão.

A contratação das empresas responsáveis pela execução dos trabalhos de georreferenciamento foi realizada através de dois Pregões. Um realizado ainda em 2009 e outro no ano de 2010:

- *Pregão 53/2009:*

Este pregão teve por objetivo a medição de parcelas dentro da Gleba Colone localizada no Estado do Maranhão. Através deste pregão foram assinados dois contratos. No contrato nº 12.000/2010, onde foram contratadas 2319 parcelas, onde foram entregues 572 parcelas ainda no exercício de 2010, todo o restante das parcelas foram executadas durante o ano de 2011. Ainda referente a este Pregão foi necessário a contratação de mais 1500 parcelas (contrato nº. 22.400/2010), além de outros dois contratos aditivos, sendo um de 225 parcelas e outro de 138 parcelas. Com exceção das últimas 138 parcelas, todas as outras foram executadas durante o período de 2011. As últimas parcelas contratadas não foi possível a sua execução ainda em 2011 devido a contratação das mesmas ter ocorrido apenas no mês de novembro de 2012. A área georreferenciada dentro da Gleba Colone totaliza 258659,3361 hectares com parcelas espalhadas pelos municípios de Zé Doca, Araguaianã, Pedro do Rosário, Monção, Governador Newton Belo, Penalva, Nova Olinda do Maranhão, Santa Helena, Santa Luzia do Paruá, Presidente Médici, Maranhãozinho, Centro do Guilherme, Centro

Novo do Maranhão, Junco do Maranhão, Maracaçumé, Governador Nunes Freire e Boa Vista do Gurupi;

- *Pregão nº. 06/2010:*

Neste Pregão contratou-se para o Estado do Maranhão 4011Km de poligonais através do contrato nº. 19600/2010, sendo que apenas 1220Km foram executados em 2010; o restante da quilometragem foi executado no exercício de 2011. Realizou-se o aditivo de 1000Km para o contrato supracitado. Ainda através do referido Pregão contratou-se outros 1989Km de poligonais pelo contrato nº 06/2011, e mais um aditivo de 472,25Km para o referido contrato, sendo que esta última quilometragem não foi possível a execução ainda no exercício de 2011 pelo fato do termo aditivo ter sido assinado apenas em dezembro/2011, ficando sua execução prevista para o exercício de 2012. Através das contratações realizadas pelo pregão nº. 06/2010, executou-se, somente em 2011, um total de 433215,4813 hectares, compostos por posses e glebas públicas federais e estaduais na área do Estado do Maranhão conhecida como Bico do Papagaio, onde o extinto GETAT executava ações de colonização e reforma agrária; compreendendo os seguintes municípios: Amarante do Maranhão, Buritirana, Senador La Roque, João Lisboa, Imperatriz, Governador Edson Lobão, São Francisco do Brejão e Açailândia.

Utilizando os pregões anteriores foram georrefenciadas áreas urbanas consolidadas tanto dentro da Gleba Colone quanto nas Glebas do antigo GETAT. O georreferenciamento dentro da Gleba Colone incluiu os municípios de Zé Doca, Araguaçu, Pedro do Rosário, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá, Presidente Médici, Maranhãozinho, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Maracaçumé e Boa Vista do Gurupi. Já no antigo GETAT, os municípios foram Amarante do Maranhão, Buritirana, Senador La Roque, João Lisboa, Imperatriz, Governador Edson Lobão, São Francisco do Brejão e Açailândia. Os problemas enfrentados no georreferenciamento de áreas urbanas esteve junto às prefeituras, devido estas não possuírem capacidade de acompanhar o andamento dos trabalhos para doação de área urbana, como: não possuir pessoal técnico especializado; não possuir informação cartográfica das áreas solicitadas para doação, a fim de definir o perímetro dessas áreas; documentação para solicitação de doação de área incompleta ou ausente; ausência dos Prefeitos para assinarem os documentos necessários para instrução do processo junto ao Terra Legal etc.

Portando, somando os dois Pregões tem-se 691.874,8174 hectares de área medida com o intuito de possibilitar a regularização de imóveis, tanto os ocupados por posseiros quanto as doações de áreas urbanas consolidadas aos municípios.

Não foi efetuado algum pagamento das empresas contratadas para realizar os trabalhos de georreferenciamento, tendo em vista a execução dessa despesa foi efetivada pela SRFA (sede), juntamente com as despesas com diárias e aquisição de passagem aérea. O recurso recebido foi aplicado na modalidade de suprimento de fundos para cobrir despesas nos deslocamentos em viagem a serviço pela SRFA-02. As despesas com suprimento incluíram aquisição de combustíveis e óleos

lubrificantes, aquisição de passagem com transporte marítimo, aquisição de material de expediente e de suprimento de informática etc.

Não há como calcular a meta 2012, pois a meta 2011 foi levada a zero após os cortes orçamentários e financeiros no exercício de 2011, conforme informações extraídas do Caderno de Metas PO/2011.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.2110	A	3	hectare	0	98,7684	9.063,9163	9.162,6847	0	*

Fonte: LOA 2011, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011

* não há como calcular a meta

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI 2011 E Caderno de Metas PO/2011

Execução de RAP (Restos a Pagar) no exercício 2011

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 0,0

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Terra Legal

O resultado para ação 2110 no exercício de 2011 corresponde ao seguinte, conforme informações extraídas do SISTERLEG:

- 175 títulos rurais emitidos, totalizando 9.015,2859 hectares;
- 7 títulos urbanos emitidos, totalizando 147,3988 hectares.

É importante informar que mesmo com a efetividade comprometida devido aos cortes orçamentários e financeiros para o exercício, esta divisão foi a responsável pelo maior número de emissões de título entre todos os escritórios regionais para o período. Este resultado foi consequência direta do investimento nas ações preparatórias efetuado no exercício anterior.

Não há como calcular a meta 2012, pois a meta 2011 foi levada a zero após os cortes orçamentários e financeiros no exercício de 2011, conforme informações extraídas do Caderno de Metas PO/2011.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.127.0138.8380	A	3	hectare	0	0	0	0	0	0

Fonte: Fonte: LOA 2011, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 2011 e Caderno de Metas PO/2011

Execução de RAP (Restos a Pagar) no exercício 2011

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

A UJ abriu processo administrativo em 2011 para retomada de área pública, mas a impetração da ação de retomada na Justiça Federal ocorreu apenas em 2012. Sendo assim, o resultado da meta realizada ficará alocado no exercício de 2012. O processo administrativo trata de retomada de área de 3.786.0852 hectares situada na Gleba Colone no município de Junco do Maranhão e Boa Vista do Gurupi/MA.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas**Dados gerais da ação**

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.8378	A	3	hectare	0	95.057,8540	0	95.057,8540	0	*

Fonte: LOA 2011, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011

* não há como calcular a meta

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	7.061,65	2.096,76	29,69	2.096,76	29,69	2.096,76	29,69

Fonte: SIAFI 2011 e Caderno de Metas PO/2011.

Execução de RAP (Restos a Pagar) no exercício 2011

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
R\$ 783,97	R\$ 783,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Terra Legal

As metas físicas da ação 8378/2011 foram realizadas com resultados abaixo do esperado, devido aos cortes orçamentários e financeiros para o exercício. Dessa forma, foi prejudicada a estratégia do trabalho que vinha sendo executada, com escritórios avançados junto aos municípios em que ocorriam as ações de georreferenciamento, as quais possibilitavam um melhor esclarecimento aos clientes do Programa e geravam maior procura dos serviços.

Essencial para o melhor desempenho dessas ações, também foram muito prejudicados os trabalhos de levantamento dos livros de registro imobiliário junto aos Cartórios. Esta atividade, apesar de aumentar os custos financeiros da ação, contribui de forma vital para um adequado conhecimento da estrutura jurídica das glebas federais trabalhadas.

Os cortes também foram responsáveis pela diminuição de visitas junto aos clientes do programa. Estas tinham como objetivo o saneamento de pendências de documentação para a correta instrução dos processos de regularização. Fato que comprometeu diretamente o resultado final em outras ações.

Outros trabalhos também foram necessários e onerosos nesta ação, como as audiências públicas junto às prefeituras, sindicatos, empresa contratada para o georreferenciamento e sociedade organizada, com efeito de divulgação e transparência dos trabalhos, bem como busca de parcerias.

Não há como calcular a meta 2012, pois a meta 2011 foi levada a zero após os cortes orçamentários e financeiros no exercício de 2011, conforme informações extraídas do Caderno de Metas PO/2011.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0138.2272	A	3	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2011, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	600.054,63	574.698,16	95,77	202.998,66	33,83	202.998,66	33,83

Fonte: SIAFI 2011 e Caderno de Metas PO/2011.

Execução de RAP (Restos a Pagar) no exercício 2011

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
R\$ 115.005,45	R\$ 8.283,14	R\$ 104.998,31	R\$ 1.724,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Terra Legal

As despesas efetuadas nesta ação consistiram na aplicação de suprimento de fundos e pagamento dos custos para manutenção dos escritórios de da SRFA-02 junto à SR-12.

A aplicação de suprimento de fundos consistiu em sua maioria na aquisição de combustíveis, lubrificantes, material de expediente, confecção de carimbos, suprimentos de informática e a contratação de serviços de terceiros (como aquisição de passagem de ferryboat para transporte marítimo; plotagens de mapas e plantas de imóveis rurais). Os custos para manutenção dos escritórios de da SRFA-02 junto à SR-12 consistem: aluguel de viatura; telefonia fixa e móvel; aluguel de impressora; fornecimento de energia elétrica; fornecimento de água; serviço de rastreamento veicular; fornecimento de combustível, etc.

As despesas citadas acima visaram dar suporte as atividades desenvolvidas pelos servidores da SRFA-02 tanto em viagens a serviço quanto no escritório da SRFA-02, em São Luís-MA e em Imperatriz-MA. As despesas inscritas em restos a pagar são devidas a recursos oriundos no final do exercício e serão destinados para o pagamento de despesas do início do exercício de 2012.

Dentre algumas dificuldades enfrentadas as principais foram: corte orçamentário dos recursos orçamentário e financeiro para o exercício de 2011; dificuldade de aderir a atas de registro de preço para aquisição de móveis e equipamentos, devido a não colaboração das entidades gestoras de ata e também pela falta de recursos orçamentário e financeiro para adesão; dificuldade de reformar e adaptar o escritório a SRFA-02, tanto em São Luis-MA quanto em Imperatriz-MA, devido a falta de corpo técnico para elaboração de projeto básico e falta de recursos orçamentário e financeiro; dificuldade para capacitar os servidores devido a falta de recursos orçamentário e financeiro; e diminuição do quadro de servidores.

2.3.4 Programa 0139 ó Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
211380394572	A	3	Servidor Capacitado	120	152	0	152	126,67	-

Fonte: Caderno de Metas 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
65.512,00	75.878,26	71.542,49	94,29%	66.121,81	87,14%	66.121,81	87,14%

Fonte: SIAFI. Gerencial/Operacional/Caderno de Metas 2011

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
R\$ 29.580,20	R\$ 9.774,00	19.806,20	R\$ 5.420,68

Fonte: SIAFI. Gerencial/Operacional

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES NO EXERCÍCIO 2011

01 6 CURSO GPS-SB/TERRA SGT CARGA HORARIA 48 H/A 07 SERVIDORES

EM SÃO LUÍS-MA PERÍODO 10/01 A 17/01/2011.

02 6 CURSO GPS SB/TERRA SGT CARGA HORÁRIA 20 H/A 07 SERVIDORES EM
SÃO LUÍS-MA

NO PERÍODO DE 28/02 A 11/03/2011.

03 6 CURSO GPS SB/TERRA SGT CARGA HORÁRIA 30 H;A 01 SERVIDOR EM SÃO
LUÍS-MA NO

PERÍODO DE 02/05 A 06/05/2011.

04 6 CAPACITAÇÃO NO SISTEMA DE PROCESSO DISCIPLINARES CGU/PAD
CARGA

HORARIA 8 H/A QUANTIDADE 02 SERVIDORES EM BRASÍLIA-DF PERÍODO
DIA

02/06/2011.

05 6 CURSO PERÍCIA JUDICIAL AMBIENTAL CARGA HORARIA 20 H/A
QUANTIDADE

DE SERVIDORES 01 EM SÃO PAULO-SP PERÍODO 08/11 A 11/11/2011.

06 6 CURSOS DE SISTEMA DE CONVÊNIOS DO GOVERNO FEDERAL 6 SICONV
CARGA HORA-

RIA 24 H/A QUANTIDADE 11 SERVIDOR EM BRASÍLIA PERÍODO 03/08 A
05/08/2011,

07 6 CAPACITAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS COM A
FERRAMENTA

QUANTUM-GIS CARGA HORARIA 40 H/A QUANTIDADE 20 SERVIDORES EM
SÃO LUÍS

PERÍODO 12/09 A 16/09/2011.

08 6 VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS ADVOGADOS 6 DEFESA DA LIBERDADE
E DA DEMO-

CRACIA CARGA HORARIA 20 H/A QUANTIDADE 02 SERVIDORES EM SÃO
LUÍS PERÍODO

08/08 A 10/08;2011.

09 6 ENCONTRO NACIONAL DE COMUNICADORES SOCIAIS DO INCRA CARGA HORARIA

12 H/A QUANTIDADE DE SERVIDORES 03 EM BRASÍLIA PERÍODO 21/11 A 22/11/2012.

10 6 CURSO PRÁTICA DE CERIMONIAL, PROTOCOLO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS NA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 18 H/A 01 SERVIDOR EM RECIFE-PE PERÍODO 14/12/ A

16/12/2011.

11 6 SEMINÁRIO USO, REGULAMENTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS EM ASSEN-

TAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO MARANHÃO 24 H/A 22 SERVIDORES EM SÃO

LUIS PERÍODO 06/11 A 08/11/2011.

12 6 CURSO COMPLETO E PRÁTICA COM TODO PASSO A PASSO DAS FUNCIONALIDADE DO

SICONV: PROPOSIÇÕES, EXECUÇÃO E PRESTAÇÕES DE CONTAS CARGA HORÁRIA 25

H/A 02 SERVIDORES EM JOÃO PESSOA-PB PERÍODO 20/06 A 22/06/2011.

13 6 CURSO CONTRATOS DE REPASSE E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS 6 CURSO PRÁTICO

24 H/A 12 SERVIDORES EM SÃO LUÍS PERÍODO 26 A 28/09/2011.

14 6 GFIP/SEFIP E CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP BRASIL CARGA HORÁRIA 08 H/A 01 SERV-

DOR EM SÃO LUÍS-MA PERÍODO 05/08/2011.

15 6 CURSO DE RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE 11% SOBRE PRESTACÃO DE SERVIÇOS

CARGA HORÁRIA 08 H/A 03 SERVIDOR EM SÃO LUÍS PERÍODO 15/09/2011.

16 6 II ENCONTRAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS CARGA HORÁRIA 24

H/A 01 SERVIDOR EM BRASÍLIA-DF PERÍODO 16/11 A 18/11/2011.

17 6 OFICINA PARA CONSTRUCAO DO REFERENCIAL METODOLÓGICO PARA ANÁLISE DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E DE RECUPERAÇÃO DE ASSENTAMENTOS CARGA

HORÁRIA 40 H/A 01 SERVIDORES PORTO VELO/RO PERÍODO DE 27/06 A 01/07/2011.

18 6 VI CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS CARGA HORÁRIA 26 H/A 01 SERVIDOR EM

CURITIBA/PA- PERÍODO DE 21/03 A 24/03/2011.

19 6 OFICINA NACIONAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZACAO DE ATER CARGA HORÁRIA

16 H/A EM BRASÍLIA/DF NO PERÍODO DE 14 E 15/04/2011.

TOTAL DE CARGA HORÁRIA: 435

TOTAL DE SERVIDORE TREINADOS: 100 Servidores

PRINCIPAIS PROBLEMAS DA CAPACITAÇÃO 2011

- Os recursos descentralizados para capacitação dos servidores da SR(12)MA foram insuficientes. Tivemos servidores interessados em alguns cursos e não tinha mais recurso disponível.
- Falta ser aplicado com mais eficiência o Plano Nacional de Capacitação dos Servidores do INCRA. Não há um planejamento estratégico para por em prática o mesmo.
- Não há um programa de educação continuada para os servidores(principalmente os mais antigos) do INCRA/MA, para proporcionar uma melhor qualificação, como: incentivo a fazer cursos de nível superior e concluir o nível médio.
- Falta uma política concreta de valorização do servidor do INCRA.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Não houve problemas no cumprimento do cronograma quanto a dotação orçamentária e financeira.

2.3.5 Programa 1120 ó Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista a PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.1120.2109	A	3	FAMÍLIA ACAMPADA ASSISTIDA	-	26.239	-	26.239	*	-

Fonte:

* Não há como calcular o percentual da meta realizada, pois não houve previsão de meta no caderno de metas/2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
*	78.576,80	71.176,80	90,58 %	71.176,80	90,58 %	71.176,80	90,58 %

Fonte: Caderno de Metas 2011, SIAFI 2011.

* Não houve previsão orçamentária para o ano de 2011.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2011.

No ano de 2011, a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Maranhão, através da Ouvidoria Agrária Regional, promoveu as seguintes ações em ações em prol dos trabalhadores rurais desta Unidade da Federação:

1. Assistência social a famílias acampadas nesta Unidade da Federação, por meio da participação em audiências públicas, em reuniões com acampados, com trabalhadores rurais e com lideranças de movimentos sociais em áreas de tensão e de conflitos agrários;
2. Distribuição de cestas de alimentos disponibilizadas pelo Programa Fome Zero para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional;
3. Diligências da Delegacia de Polícia Civil Agrária, objetivando solucionar conflitos agrários no meio rural no Estado do Maranhão;
4. Intervenções junto ao Poder Judiciário visando proteger os direitos de trabalhadores rurais ameaçados de expulsão de terras tradicionalmente por eles ocupadas.

2.3.6 Programa 1336 ó Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.1336.1642	A	3	Ha	808	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2011, Setor Quilombolas

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
269.282	312.992,30	219.772,00	70%	213.630,43	68%	213.630,43	68%

Fonte: Caderno de Metas 2011, SIAFI 2011

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
327.432,12	-1.851,72	5.144,40	320.436,00

Fonte: SIAFI 2011

Consta na programação orçamentária referente ao exercício 2011 o planejamento de trabalhos de identificação e reconhecimento em 05 comunidades quilombolas na jurisdição da Superintendência Regional do Maranhão, mediante a elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação-RTID, sendo 03 referente a exercícios anteriores, e 2 iniciados no presente exercício de 2011, gerando publicação em 2012. E, concluiu-se a vistoria e avaliação de uma propriedade incidente no território de Santa Maria dos Pinheiros, por fim, através de gestão da Sede do INCRA deu-se andamento ao procedimento de licitação nacional de relatórios antropológicos, que contemplará 34 comunidades quilombolas no Estado do Maranhão, importante providência do órgão em prol do prosseguimento da titulação de territórios quilombolas, todavia, entretanto, frente a grande demanda reprimida de mais de 300 processos de regularização autuados no Estado, a referida contratação não atende com a eficiência necessária e a urgência da resposta institucional. Apenas em 2011 foram autuados 60 procedimentos de regularização fundiária de quilombolas, com grande concentração na região da Baixada Maranhense.

Outra demanda crescente e antiga no presente exercício são os casos de conflito possessórios judicializados ou não, associados à grave condição de vulnerabilidade e ameaça a segurança alimentar das comunidades quilombolas, exigindo a intervenção judicial do órgão e mediação dos conflitos com celeridade e fundamentação devida.

Em decorrência do conflito fundiário, em alguns casos, procedemos a um levantamento cartorial preliminar e/ou averiguação do conflito em campo em subsídio a intervenção institucional nos casos, nas seguintes comunidades: Quilombo Lacral/Espírito Santo, município de Pinheiro; Quilombo Açude, em Serrano do Maranhão; Quilombo Aldeia Velha, em Pirapemas; Quilombo Piratininga, em Bacabal; quilombo Santarém/Santana e São Pedro, localizados em São Luiz Gonzaga; Quilombo Amapá dos Catarinos, em Nina Rodrigues; quilombo Peixes, município de Colinas e no quilombo Santarém/Santana, município de São Luiz Gonzaga; providenciado-se um levantamentos prévio da situação fundiária na área como medida de minimizar os conflitos fundiários até que o INCRA possa dar andamento no processo de titulação destas comunidades.

Destacamos que os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação/RTID iniciados em exercícios anteriores, iniciados e não concluídos em 2011, são das seguintes comunidades: Quilombo Cariongo, município de Santa Rita; Quilombo Cruzeiro, município de Palmeirândia; Quilombo Jacaré dos Pretos, município de Icatu; Quilombo Alto Bonito, município de Brejo; e Quilombo Charco, município de São Vicente Férrer, sendo os dois

últimos iniciados em 2011.

Considerando a gravidades dos conflitos nestas comunidades esta Superintendência Regional em ação conjunta à Diretoria de Ordenamento e Coordenação Geral de Regularização Fundiária de Quilombos, designou dois antropólogos lotados em outras Superintendências Regionais para elaboração dos relatórios antropológicos das comunidades Charco e Alto Bonito e, contamos ainda com um historiado nos trabalhos de identificação com execução direta.

Informamos que os RTIDs das comunidades Charco, Jacaré dos Pretos, Alto Bonito estão em fase de finalização com previsão de publicação no primeiro semestre de 2012, os demais com previsão de conclusão no segundo semestre do próximo exercício.

A Superintendência Regional priorizou as referidas comunidades considerando os processos judiciais decorrentes de ações civis públicas de autoria do Ministério Público Federal em desfavor do INCRA, com prazos judiciais estabelecidos para a conclusão do trabalho de elaboração do RTID, bem como por serem áreas de grave conflito fundiário.

Outra meta importante em 2011 foi a conclusão dos trabalhos de vistoria da fazenda Haras Ponta D'Areia, imóvel incidente do quilombo Santa Maria dos Pinheiros, localizado no município de Itapecuru-Mirim, para possibilitar posterior propositura de ação desapropriatória do imóvel, sendo que no Estado do Maranhão foram 06 decretos declaratórios de interesse social, 5 em 2009 e 1 em 2010, totalizando 12 imóveis em procedimento desapropriatório pela Superintendência, com ajuizamento de 11 ações desapropriatórias em 2011.

No presente exercício o movimento quilombola do Estado do Maranhão mobilizou-se exigindo a execução da titulação de suas terras, e várias agendas de mobilização e com os órgãos federais de governo foram consolidadas em 2011, com estabelecimento de compromissos e ações para o posterior exercício, o que impõe ao governo federal os ajustes necessários para atendimento dos pleitos.

Em exercícios anteriores persistia a impossibilidade de contratação de relatório antropológico pelo INCRA, a partir de subsídios técnicos e jurídicos construídos e gestão da Direção do INCRA tal entrave foi superado em 2011 permitindo o prosseguimento dos procedimentos de regularização.

Contudo, reconhecemos que diante da crescente e complexa demanda de regularização fundiária das comunidades quilombolas no Estado do Maranhão e da importância estratégica que a política de regularização de territórios quilombolas adquire no cenário

brasileiro, o INCRA não dispõe hoje de estrutura suficiente para desenvolver suas ações com celeridade. Os resultados de execução da política quilombola, no Maranhão e no restante do país, é pífio frente à grande demanda, expectativas das comunidades de titulação dos territórios. Em que pese os esforços institucionais, os avanços conquistados e as alternativas buscadas na execução da regularização territorial, não dispomos de dados razoáveis de execução desta ação. Reconhecemos e reafirmamos a incumbência funcional desta Autarquia como responsável pela regularização destas terras tradicionais, todavia, o fato é que os números não correspondem à expectativa e demandas das comunidades quilombolas a partir da inclusão do Artigo 68 do ADCT na Constituição de 1988. Não obstante, estes dados servem para demonstrar ao Estado brasileiro a necessidade de adequação institucional para possibilitar condições mais favoráveis ao desenvolvimento da política de regularização de quilombos, que tem interfaces fortes com os diversos temas afetos aos direitos humanos no Brasil.

Por fim, destacamos como principal ação institucional e desafio neste exercício a licitação de 158 relatórios antropológicos no país, destes sendo 34 no Maranhão, bem como o ajuizamento de todas as ações desapropriatórias dos imóveis incidentes nos territórios quilombolas decretados que gerarão imissão de posse em 2012, possibilitando a demarcação e titulação coletiva destas áreas, as primeiras a serem tituladas pelo órgão diretamente. Além disso, destacamos ainda, a designação de antropólogos de outros Estados para elaboração dos relatórios antropológicos diretamente pelo INCRA e a possibilidade de nomeação de novos servidores concursados no INCRA.

Todavia, frente à grande demanda urgente de regularização fundiária dos quilombos que é exponencialmente superior à capacidade estrutural da Autarquia, tais medidas são percebidas como insuficientes pelas comunidades quilombolas e pelos órgãos de fiscalização e controle, como as Defensorias Públicas da União e do Estado e, Ministério Público Federal INCRA.

Ações que apresentaram problemas de execução:

As dificuldades de execução dos trabalhos programados e atendimento da demanda de titulação no Estado decorrem da falta de estruturação institucional e insuficiência de técnicos para execução da política de regularização de quilombos que resulta na atuação morosa do INCRA e por consequência gera o agravamento dos conflitos fundiários nos territórios quilombolas e a vulnerabilidades destes grupos no Estado, levando o órgão e o governo brasileiro a receber questionamentos de atuação pelos organismos internacionais de direitos

humanos, como por exemplo, a Anistia Internacional, como ocorreu no Maranhão.

No presente exercício houve excessiva burocratização no procedimento de concessão de diárias aos servidores que resultou em retardamento de cronogramas de trabalhos acordados judicialmente e objeto de decisão judicial, com riscos de aplicação de multa ao órgão por descumprimento. As exigências do Executivo estabelecidas no Decreto nº 7446 que suspendeu todos os deslocamentos de servidores envolvendo a concessão de diárias e passagens no INCRA, restringiu e limitou os trabalhos de campo programados e gerou dificuldades de cumprimento dos cronogramas.

Esta restrição imposta pelo Decreto referenciado associado ao contingenciamento de recurso na ação e outros fatores estruturantes, resultou em baixa execução da Meta.

Destacamos outra dificuldade de execução dos trabalhos, que é a condição de conflito e insegurança nas áreas trabalhadas, e em muitos casos com necessidade de acompanhamento da Polícia Federal que prestou durante todos os trabalhos de campo seguranças às equipes técnicas de servidores, com necessidade de aporte de recurso para pagamento de diárias dos agentes federais destacados para a missão.

A insuficiência de quadro de pessoal para atendimento e gestão das ações sob responsabilidade da Superintendência persiste no presente exercício, sendo necessário à estruturação do Serviço de Regularização Fundiária para melhor atendimento das demandas. Da forma como as atribuições e execução da política esta disposta no regimento interno do órgão, percebe-se que tanto do ponto de vista do volume da demanda crescente, como da importância estratégica e social que a política de regularização de territórios quilombolas tem no país, as tarefas que estão colocadas para o INCRA em relação a esta política não encontram espaço para se desenvolverem em uma estrutura tão simples e tão destituída de meios.

Outra dificuldade em atendimento da demanda é a dificuldade de disponibilização de servidores de outros setores do órgão e, de recursos e condições de trabalhos necessários, como veículos, equipamentos de escritório, como computadores de mesa, notebook, espaço físico insuficiente, gravadores, tonner de impressora colorida, isto de certa forma implica em baixo cumprimento de metas desta Superintendência Regional, associado ao corpo técnico insuficiente. Situação que esperamos superar no próximo exercício.

Considerando o planejamento para o próximo exercício e diante da possibilidade de nomeação de 04 antropólogos via concurso público para lotação nesta Superintendência Regional e de aprovados com outras formações, temos perspectivas de uma maior capacidade de

produção. Da mesma forma entendemos ser necessário igualmente servidores com outras qualificações e, para além disto, disponibilização de estrutura e equipamentos para que os mesmos possam produzir.

A responsabilidade de titulação de quilombos cabe também ao governo do Estado do Maranhão, que possui legislação própria cujo órgão de terras apresenta problemas maiores do que os acima relatados. E, na tentativa de efetivação da regularização das comunidades quilombolas visando potencializar a capilaridade da política, o INCRA tem buscado estabelecer parceria com o governo do Maranhão. Neste sentido, foi assinado convênio com o Instituto de Terra no Maranhão em 2009 e em decorrência da não execução físico-financeira e condição de inadimplência do Estado decidiu-se conjuntamente ao governo Estadual e à Direção do INCRA pelo cancelamento do convênio no exercício de 2011, e perspectiva de estabelecimento de nova parceria com esta finalidade para o próximo exercício. Nestes casos, o INCRA repassa recursos e apoio técnico a seus parceiros, de modo a agilizar a regularização de territórios quilombolas em terras públicas estaduais.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.1336.0859	A	3	Área indenizada (há)	11.912	600	12.466,88	13.066,8800	109,7	600

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.786.747,00	116.221,44	116.221,44	6,5%	116.221,44	6,5%	116.221,44	6,5%

Fonte:

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
3.960.480,08	-	3.960.480,08	-

Fonte: SIAFI.

A referida ação tem sido executada com celeridade e eficiência na Superintendência Regional e pelo INCRA/Sede, sem entraves administrativos e estruturais, pois, contamos com a colaboração da Divisão de Obtenção de Terras e Procuradoria Regional aliada à gestão da Direção para efetivação do pagamento das indenizações devidas aos proprietários.

Apontamos a garantia e liberação dos recursos financeiros para cumprimento da ação através da Direção do INCRA, Diretoria Fundiária e Coordenação Geral DF/DFQ como importante medida institucional para o prosseguimento dos processos.

No presente exercício todas as ações desapropriatórias foram ajuizadas, referente aos imóveis incidentes em territórios quilombolas decretados, ficando apenas um imóvel para o próximo exercício pelo estágio do procedimento administrativo de desapropriação que teve vistoria realizada em 2011 ficando para o exercício de 2012 as providências de ajuizamento da ação, superadas as etapas administrativas internas ao INCRA.

Tais áreas aguardam a decisão judicial referente à ação desapropriatória e mandado de imissão de posse nas áreas para prosseguimento para as etapas finais do procedimento de titulação das comunidades, demarcação e emissão de título de reconhecimento de domínio.

Após cumprimento de imissão na posse em todas as áreas a Superintendência Regional promoverá a titulação nas comunidades, objetivo da política de regularização fundiária, nas seguintes comunidades:

|

3. Quilombo Santa Maria dos Pretos- Itapecuru-mirim: (04 imóveis) Área total: 5.584.1620 ha

4. Quilombo Santa Joana-Codó - Itapecuru-mirim (01 imóvel) Área total: 1.196,8424 ha
5. Quilombo Aliança e Santa Joana - Cururupu-(01 imóvel) Área total: 7.741,6035 ha
6. Quilombo São Francisco Malaquias- Itapecuru/Mirim(01 imóvel) Área total: 1.089,1620 ha
7. ÉQuilombo Mata de São Benedito - Itapecuru-mirim (04 imóveis) Área total: 1.114,3978
8. Quilombo Santa Maria dos Pinheiros- Vargem Grande (01 imóvel) área Total: 1000 ha

2.3.7 Programa 1350 é Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarisse Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2136613504474	A	3	Trab.	-	-	-	-	-	-

			Rural Escolari- zado						
--	--	--	----------------------------	--	--	--	--	--	--

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-	-	-	-

Fonte: SIAFI.

A meta física prevista por essa Superintendência Regional para o exercício de 2011 era de atendimento a 1000 (mil) novos alunos a serem beneficiados através de Termo de Cooperação firmado com o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão(IFMA). No entanto, como já estava em desenvolvimento um curso iniciado em exercícios anteriores para 1.120 (mil cento e vinte) educandos, a SR totalizou uma execução física de 2.120 (dois mil cento e vinte) alunos atendidos.

Quanto à meta orçamentária, cabe informar que houve descentralização direta do Incra-sede para a instituição executara no valor de R\$ 467.209,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil, duzentos e nove reais), repassados no final do mês de dezembro. Deste montante, apenas R\$ 385.452,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais) puderam ser empenhados e liquidados, restando devolução ao INCRA de R\$ 81.757,00 (oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e sete reais).

Ressalta-se que a oferta de cursos de ensino fundamental às áreas de reforma agrária constitui-se uma importante política para a universalização da educação básica no estado do Maranhão, cujos índices ainda são bastante desfavoráveis. Reafirma-se a relevância do Pronera e seu compromisso com a escolarização e capacitação de professores através de parcerias com as Instituições públicas de ensino, primando-se pela oferta de educação pública e de qualidade.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-	-	-	-

Fonte: SIAFI.

A ação para Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social fica centralizada em Brasília. O pagamento das bolsas previstas na ação é pago através de Convênio firmado entre o INCRA-sede e o CNPq.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que

considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2136313508370	A	3	Profissional formado	124	460	100	560	-	560

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
646.503,00	1.196.159,30	484.665,16	41%	484.665,16	41%	484.665,16	41%

Fonte: PO 2011, SIAFI 2011

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2011

Nesta ação já vinha sendo executado um curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra beneficiando 100 alunos através de Termo de Cooperação celebrado em parceria com a Universidade Federal do Maranhão-UFMA. No mês de setembro de 2011 um novo curso de Pedagogia da Terra foi iniciado através da mesma parceria, visando o atendimento a mais 100(cem) educandos.

Tivemos ainda um terceiro Termo de Cooperação assinado visando a oferta de

curso Técnico de Agroecologia para 360 (trezentos e sessenta) jovens e adultos do campo, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), totalizando assim execução física de 560 (quinhentos e sessenta) educandos.

Quanto à execução financeira havia previsão na PO/2011 de R\$ 646.503,00 (seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e três reais). No entanto, houve descentralização direta para as instituições executoras dos três (03) cursos acima citados de R\$ 1.196.159,30 (um milhão, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta centavos).

Cabe informar ainda que a descentralização de recursos para o curso Técnico em Agroecologia deu-se apenas no final do mês de dezembro, não restando tempo hábil para o empenho total dos valores cabendo devolução ao INCRA de R\$ 121.630,00 (cento e vinte e um mil, seiscentos e trinta reais), conforme detalhamento abaixo:

<i>Curso</i>	<i>Previsão recebida(R\$)</i>	<i>Despesa empenhada(R\$)</i>	<i>Despesa devolvida(R\$)</i>
Técnico em Agroecologia	483.997,00	362.367,00	121.630,00
Pedagogia da Terra	484.665,16	484.665,16	-
Pedagogia da Terra	227.497,14	227.497,14	-

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de

serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2112213502272	A	3	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2011, SIAFI 2011, SIR 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
8.600,00	23.252,92	23.252,92	100%	22.252,92	0,95%	22.252,92	0,95%

Fonte: PO 2011, SIAFI 2011

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.000,00	-	-	1.000,00

Fonte: SIAFI.

Informamos que parte dos recursos destinados á gestão administrativa do Programa, especialmente os valores destinados a material de consumo e outros serviços de terceiros, foram utilizados em conjunto com outras ações desta Superintendência Regional.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de	Tipo da	Prioridade	Unidade	Meta	Meta realizada	Percentual	Meta a
-------------	---------	------------	---------	------	----------------	------------	--------

Trabalho	Ação		de Medida	prevista PO 2011 (a)	Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)	da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
21.606.1427.4470	A	3	Famílias Assistidas	12.094	0	12.094	12.104	100,08	12.104

Fonte: Caderno de Metas 2011, SIR 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
4.447.000,00	4.050.484,40	4.050.484,40	100%	2.870.274,37	70,86%	2.870.274,37	70,86%

Fonte: Relatório de Execução financeira (SIAFI) acessado em 7/03/2012

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
R\$5.538.990,83	R\$ 628.082,78	R\$ 4.096.010,60	R\$ 814.897,45

Fonte: SIAFI acessado em 07/03/2012.

Para o exercício de 2011, a ação *Assistência Técnica e Capacitação de Assentados*, no âmbito da jurisdição da Superintendência Regional do Maranhão (SR/12), teve Programação Orçamentária com previsão de R\$ 4.447.000,00 (Quatro milhões quatrocentos e quarenta e sete mil reais), com vistas à continuidade do atendimento às 12.094 famílias atendidas pelos sete convênios firmados em 2008. Em 2010 uma conveniente passou a atender 10 famílias a mais, por meio de ajuste de Plano de Trabalho e conseqüente Termo Aditivo. Assim sendo, no ano de 2011 foram atendidas ao todo 12.104 famílias, em continuidade ao serviço pactuado nos instrumentos de convênios.

Observa-se que no Caderno de Metas, a meta prevista para 2011 não foi ajustada de 12.094 famílias para 12.104 famílias. Portanto, levando-se em consideração a meta física programada, o executado foi de 100,08%.

Já em relação à execução orçamentário-financeiro, observa-se que em decorrência dos sucessivos atrasos, ocorridos no repasse das parcelas programadas nos convênios firmados pela UJ, por indisponibilidade financeira a tempo, o programado para o exercício de 2011 foi inscrito em restos a pagar.

A partir da perspectiva demonstrada entre Execução Física e Execução Físico-orçamentário, pode-se apresentar a seguinte avaliação:

Cumprimento das metas físicas

Embora em 2011 tenha havido constantes atrasos na liberação dos recursos, a UI teve cumprimento de meta, considerando a continuidade dos instrumentos firmados em 2008, atendendo 100 projetos de assentamentos e 12.104 famílias beneficiadas em quatro territórios da cidadania.

A continuidade de serviço às famílias assentadas garantiu a implementação das ações iniciadas nos anos anteriores, além de possibilitar o sistemático acompanhamento às famílias na perspectiva de estruturar as unidades de produção e fortalecer a organização sócio-institucional dos assentamentos de reforma agrária contemplados. Assim, têm-se os seguintes resultados:

1. Assessoramento técnico às unidades de produção familiar e à coletividade;
2. Fomento a comercialização por meio de promoção de feiras da agricultura familiar, visando a inserção mercadológica a partir dos princípios da economia solidária;
3. Acesso das famílias aos programas PAA e PNAE na condição de fornecedores;
4. Acesso a crédito produtivo (PRONAF) por meio de elaboração de projetos técnicos e sua respectiva implantação e acompanhamento;
5. Assessoria técnica e acompanhamento às famílias na aplicação do crédito instalação, modalidade Apoio, a partir do fomento às atividades de produção agropecuária e gestão de recurso;
6. Incentivo ao resgate e fortalecimento das potencialidades e dos valores socioculturais;
7. Organização dos sistemas produtivos, potencializando os recursos e saberes locais;
8. Participação dos assentados em experiências promovidas por outras instituições.
9. Assessoria técnica e acompanhamento às famílias na aplicação do crédito instalação, modalidade Apoio, a partir do fomento às atividades de produção agropecuária e gestão de recurso.

Ações que apresentaram problemas de execução

O descompasso entre o cronograma de desembolso e a efetiva liberação das parcelas, cujo atraso é motivado, na maioria das vezes por falta de financeiro, continuou

sendo um dos grandes problemas na execução da Assistência Técnica no ano de 2011, com reflexo direto no atendimento às famílias, uma vez que impacta diretamente no cumprimento das ações/atividades previstas no Plano de Trabalho, na insatisfação dos parceiros e, sobretudo na descontinuidade do acompanhamento, pois em alguns momentos tal atraso gerou interrupção dos serviços em campo.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Ressalta-se que não houve dificuldade atender a meta estabelecida na PO 2011, uma vez que foi apenas dada continuidade a execução da assessoria técnica iniciada em 2008, por meio dos convênios plurianuais estabelecidos com vistas a atender o universo de 12.104 famílias distribuídas em 100 projetos de assentamentos localizados em quatro Territórios da Cidadania.

Ações Prioritárias na LDO

A ação 4470 é definida como demais ações prioritárias dentro da LDO. Porém, a execução desta no Maranhão ainda carece de muita atenção e investimentos por parte do poder público, na medida em que os recursos orçados e posteriormente disponibilizados ainda são insuficientes para atender um enorme contingente de famílias assentadas. Segundo os dados oficiais do INCRA (SIPRA/março de 2012) constam a existência no Maranhão de 954 projetos de assentamentos, com 124.289 beneficiários da reforma agrária. Assim, a universalização dos serviços de assistência técnica, que tanto se busca, além de exigir recursos vultosos para custeio das famílias exigiria também profissionais capacitados e diretamente comprometidos com a agricultura familiar. E não se pode esquecer que essa universalização exigiria também por parte do INCRA mais recursos humanos e materiais para acompanhar as ações desenvolvidas.

Destaca-se que em 2012 está prevista a realização de Chamada Pública para contratação de serviços de assessoria técnica para atendimento de 30.000 famílias em 235 assentamentos do Maranhão com vistas a atender aproximadamente 25.000 famílias.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1427.2272	A	3	-	139.858,00	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas/2011, SIR 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
139.858,00	89.003,82	86.856,16	97,59	75.856,16	85,23	75.856,16	85,23

Fonte: SIAFI acessado em 07/03/2011

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
------------------	----------------	-----------	-------------

R\$ 31.670,81	R\$ 9.121,06	R\$ 22.549,75	0,00
---------------	--------------	---------------	------

Fonte: SIAFI acessado em 07/03/2011.

Cumprimento da meta Física

Com a garantia de recurso para gestão do programa foi possível subsidiar custos de diárias aos servidores, apoio ao pagamento de locação de viaturas e suprimento para material de consumo e serviços de terceiros necessários para atender parcialmente a programação de acompanhamento e fiscalização dos convênios.

Foi possível no ano de 2011 realizar acompanhamento a 86 projetos de assentamentos em 17 roteiros de viagens, contemplando todos os instrumentos em execução.

Ações que apresentaram problemas de execução:

A programação de acompanhamento aos convênios é feita incluindo os meses iniciais do ano, porém a insuficiência e a descentralização de forma não sistemática, comprometeu o alcance em 100% do acompanhamento necessário a gestão do programa. Em 2011 os acompanhamentos só foram iniciados a partir de junho, uma vez que a descentralização orçamentária não havia ocorrido. Além disso, o uso do recurso de Gestão desse Programa sofreu influencia de demandas de outras ações da Divisão de Desenvolvimento desta UJ.

2.3.9 Programa 0750 ó Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.2272.2000	A	3	R\$	1.448.458,32	2.479.556,14	-	2.479.556,14 -	171,19%	-
21.122.0750.2000	A	3	R\$	3.193.370,00	4.302.028,36	-	4.302.028,36	134,72%	
TOTAL				4.641.828,32	6.781.584,50	-	6.781.584,50	146.10%	

Fonte: SIAFI GERENCIAL/CADERNO DE METAS 2011

Execução Orçamentária-Financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
3.193.370,00	4.616.850,10	4.309.128,36	93,33%	3.994.883,37	86,53%	3.992.566,80	86,48%

Fonte: SIAFI GERENCIAL/CADERNO DE METAS 2011

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
R\$ 852.917,15	R\$ 151.461,20	R\$ 628.519,04	R\$ 387.181,90

Fonte: SIAFI.

A Divisão Administrativa manteve o mesmo desempenho dos anos anteriores, cumprindo com seu principal objetivo que é manter o pleno funcionamento da Superintendência e fornecer apoio administrativo às áreas operacionais, firmando e mantendo contratos de terceirização de serviços de apoio administrativo como limpeza e conservação de imóveis, locação de central telefônica e manutenção de rede de informática tecnologia da informação, vigilância armada, serviço de digitação, locação de máquina reprográfica,

despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins). A manutenção das funcionalidades desta Superintendência foi obtida através de aplicação de recurso de financeiros, materiais e a dedicação dos poucos servidores trabalham que setor.

Principais problemas

O avançado tempo existência do prédio da sede do Incra-Ma e a falta de recursos para uma reforma geral no edifício trazem uma série de problemas estruturais e de instalações, como goteiras, infiltrações e queda de reboco, congestionamento da rede de informática e saturação da rede elétrica. Observamos uma carência de servidores qualificados nas áreas de administração, finanças, planejamento, convênios e principalmente licitação, culminando com falta de interesse dos próprios servidores para capacitarem-se nessas áreas. Acredita-se que o desinteresse por parte dos servidores nessas áreas se dá pela falta retorno financeiro seja de forma direta, como gratificações e adicionais ou de forma indireta como indenizações de diárias e outras indenizações.

Também podemos destacar uma redução no quadro de funcionários provocada pela saída de servidores, principalmente os aprovados nos últimos concursos, uns por motivo de remoção para suas cidades natal, outros pelas aprovações em outros concursos. Como também a grande quantidade de servidores se aposentando e/ou em fase de aposentadoria

Destacamos ainda, a falta de regularidade nas descentralizações de recursos para o cumprimento das obrigações contratuais, fato que causou atrasos de até três meses para adimplementos dos serviços prestados. E, a concentração de recursos descentralizados próximo ao final do exercício prejudicou a realização de novas contratações, porque os prazos eram curtos para efetuar o empenho da despesa.

Dos recursos recebidos pelo Programa, 93,33% foram empenhados sendo que 86,53% destes empenhos foram liquidados ainda em 2011 e, 8,99% % foram inscritos em restos a pagar. Esta inscrição destes valores em restos a pagar está associada, principalmente a insuficiência de repasses de recursos financeiros (problema recorrente durante todo o exercício de 2011) e à despesas de contratos continuados referentes ao mês de dezembro/2011 que serão pagos logo no início do exercício seguinte.

QUADRO A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado

										R\$ 1,00
Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO2011	Meta realizada			Percentual da Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
						Iniciada no Exercício	Iniciadas em exerc. Anteriores	Eexecução total		
21122013522720001	0135	A	3	R\$	-	220372,90	-	220372,90	100,00%	-
21122013722720001	0137	A	3	R\$	1.300.000,00	1.574.376,00	-	1.574.376,00	121,11%	-
21122013822720001	0138	A	3	R\$	-	574.688,16	-	574.688,16	100,00%	-
21122135022720001	1350	A	3	R\$	860,00	23.252,92	-	23.252,92	270,38%	-
21122142722720001	0142	A	3	R\$	139.858,32	86.856,16	-	86.856,16	62,10%	-
21122075200020001	0750	A	3	R\$	3.198.370,00	430208,36	-	430208,36	134,72%	-
TOTAL		-		-	4641.828,32	6.781.584,50	-	6.781.584,50	146,10%	-

Fonte: Salfi Gerencial/Salfi Operacional

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INCRA 6 SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MARANHÃO SR-12 UG 373040	49201	373001

Fonte:

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - Programação de despesas correntes¹⁰

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 ó Pessoal e Encargos Sociais		2 ó Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
	Outras Operações							
Total		0	0	0	0	0	0	

Fonte:

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - Programação de despesas de capital.¹¹

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 ó Investimentos		5 ó Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

QUADRO A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.¹¹

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 ó Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total		0	0	0	0	0

Fonte:

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

				Valores em R\$ 1,00		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos da Dívida	3 ó Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	09272008901810001.	19.958,31	-	-
			21122013522720001.	-	-	292.072,60
			21122013583740001.			201.281,77
			21122013583870001.			516.105,51
			21122013583840001.			213.774,40
			21122013722720001.	-	-	1.765.934,24
			21631013710YN0001.			62.560,00
			2112201372B060001.			69.108,00
			21122013743580001.			89.613,28
			21122013783980001.			2.661.661,30
			21122013822720001.	-	-	600.054,63
			21122075020000001.	-	-	4.611.750,10
			21125013821050001.	-	-	73.049,98
			21127013844260001.	-	-	29.160,89
			21127013883780001.	-	-	7.061,65
			21127013945720001.	-	-	75.878,26
			21631112021090001.	-	-	78.576,80
			21631112042840001.	-	-	8.017,64
			21122112043040001.	-	-	19.887,41
			21122112016420001.	-	-	312.992,30
			21122135022720001.	-	-	26.705,00
			21122142722720001.	-	-	95.663,80
			21122143384020001.	-	-	54.999,39
			21606142744700001.	-	-	4.050.484,40
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 ó Investimentos	5 ó Inversões Financeiras	6 ó Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	21631013544600001.	3.900.298,09	-	
			21631013704270001.	-	17.956.800,00	
			21631013783960001.	34.924.421,95	-	
			21631133608590001.		116.221,44	
			21631013710YN0001.	190.221,00		
			21122075020000001.	7.100,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Siafi Gerencial2011

Todos os recursos recebidos na Superintendência Regional do Maranhão são de origem interna e descentralizados pela Sede em Brasília-DF. Os montantes são definidos de acordo com a capacidade de execução das metas físicas de cada Regional e constam nos documentos internos intitulados "Programação Operacional do INCRA - PO 2011" e "Caderno de Metas - Execução da PO 2011".

No geral, houve uma redução nas descentralizações recebidas no exercício de 2011, em relação ao exercício de 2010, principalmente em virtude do Decreto 7.446/2011, de 04/03/2011, onde houve um contingenciamento nas despesas com diárias, passagens e locações, como também em investimentos de capital.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de	6.395.249,28	7.792.097,34	4.767.841,04	4.979.176,99
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	1.678.651,78	463.480,97	1.131.119,98	384.489,28
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	4.716.597,50	7.328.616,37	3.636.721,06	4.594.687,71
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações	1.041.341,39	874.436,01	1.013.043,96	703.668,91
Diretas				
Dispensa	202.476,25	130.321,47	202.476,25	130.321,47
Inexigibilidade	703.551,05	700.669,43	675.253,62	529.902,33
Regime de Execução	135.314,09	43.445,11	135.314,09	43.445,11
Especial				
Suprimento de Fundos	135.314,09	43.445,11	135.314,09	43.445,11
Pagamento de	3.774.606,39	1.056.966,17	3.774.606,39	1.056.966,17
Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	3.774.606,39	1.056.966,17	3.774.606,39	1.056.966,17
Outros	208.085.001,53	62.851.199,41	19.110.443,04	8.248.675,22
Total geral	219.296.198,59	72.574.698,93	28.665.934,43	14.988.487,29
Fonte: siafi gerencial/siafi operacional				

QUADRO A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Valores em R\$ 1,00							
	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 ó Despesas de Pessoal	198.000,00	236.463,63	198.000,00	216.463,63	24.932,20	20.000,00	346.135,60	216.463,63
08- Out Benefícios Assistencial	-	23.431,34	-	23.431,34	-	-	173.067,80	23.431,34
13 - Obrigações Patronais	198.000,00	213.032,29	198.000,00	193.032,29	24.932,20	20.000,00	173.067,80	193.032,29
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 ó Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 ó Outras Despesas Correntes	20.230.685,17	14.740.602,07	20.230.685,17	10.345.046,43	7.024.735,93	4.395.555,64	13.205.949,24	10.341.084,22
14 - Diárias	3.774.606,39	1.148.422,49	3.774.606,39	1.148.422,49	-	-	3.774.606,39	1.146.776,85
30 - Material de Consumo	965.248,07	671.489,73	965.248,07	451.953,75	197.886,92	219.535,98	767.361,15	451.953,75
33 - Passagens e despesa de Locação	1.700.584,72	1.160.911,33	1.700.584,72	1.081.573,54	307.030,65	79.337,79	1.393.554,07	1.081.573,54
36 - Serviços de terceiros -PF	42.000,00	91.141,90	42.000,00	91.141,90	-	-	42.000,00	91.141,90
37 - Locação de Mao de obras	2.705.257,17	2.645.781,31	2.705.257,17	2.361.422,25	569.846,95	284.359,06	2.135.410,22	2.361.422,25
39 - Serviços de Terceiros-PJ	2.731.384,24	4.798.072,56	2.731.384,24	2.165.959,78	1.037.285,38	2.632.112,78	1.694.098,86	2.165.959,78
41 - Contribuições	8.059.177,68	4.050.484,40	8.059.177,68	2.870.274,37	4.910.908,05	1.180.210,03	3.148.269,63	2.870.274,37
47 - Obrigações Trib e Cont.	9.620,97	7.596,58	9.620,97	7.596,58	1.777,98	-	7.842,99	7.596,58
92 - Desp Exerc. Anteriores	151.428,13	149.593,75	151.428,13	149.593,75	-	-	151.428,13	147.277,18
93 - Indenizações e Restituições	91.377,80	17.108,02	91.377,80	17.108,02	-	-	91.377,80	17.108,02
TOTAL GERAL (1+2+3)	20.428.685,17	14.977.065,70	20.428.685,17	10.561.510,06	7.049.668,13	4.415.555,64	13.552.084,84	10.557.547,85
Fonte: Siafi Gerencial								

QUADRO A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Valores em R\$ 1,00							
	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	25.075.494,89	39.172.227,35	25.075.494,89	5.143.066,93	19.406.091,15	34.029.160,42	669.403,74	5.143.066,93
41 - Contribuições (transferências)	24.842.172,29	34.974.906,35	24.842.172,29	5.135.966,93	19.361.258,87	29.838.939,42	480.913,42	5.135.966,93
51 - Obras e Instalações	59.816,78	4.165.593,40	59.816,78	-	44.832,28	4.165.593,40	14.984,50	-
52 - Equip. e Mat. Permanente	173.505,82	31.727,60	173.505,82	7.100,00	-	24.627,60	173.505,82	7.100,00
5 - inversões financeiras	170.627.224,21	21.972.768,13	170.627.224,21	1.354.600,96	164.462.881,39	20.618.167,17	3.164.342,82	1.238.379,52
61 - Aquisições de Imóveis	7.278.424,21	4.015.968,13	7.278.424,21	1.354.600,96	3.960.481,39	2.661.367,17	317.942,82	1.238.379,52
66 - Concessões de Empréstimos e Financiamentos	163.348.800,00	17.956.800,00	163.348.800,00	-	160.502.400,00	17.956.800,00	2.846.400,00	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL (4+5+6)	195.702.719,10	61.144.995,48	195.702.719,10	6.497.667,89	183.868.972,54	54.647.327,59	3.833.746,56	6.381.446,45
Fonte: Siafi Gerencial								

A principal alteração na execução orçamentária no exercício de 2011 foi a grande redução de recursos orçamentários recebidos por força do Decreto 7.446/2011. Isto foi refletida no montante de despesas empenhadas no Quadro de Despesa de Capital que teve uma redução de 69% se comparando com o exercício de 2010, e com uma redução de 27% nas despesas correntes em relação ao exercício anterior e inexistência de novos empenhos para despesas de capital no elemento de equipamentos e material Permanente ó ND:52..

Observa-se também que houve um acréscimo de 56% no volume de recursos empenhados em 2011 na modalidade ãInvestimentosö - Os valores efetivamente empenhados neste exercício fazem referências a parcelas de convênios assinados no exercício 2010 e 2011.

Em virtude do Decreto 7.446/2011, houve uma redução de 70% no recursos descentralizado para pagamentos de diárias, em 2010 R\$ foi empenhado R\$ 3.774.606,39 e em 2011 foi empenhado apenas R\$ 1.148.422,49. Uma diferença de R\$ 2.626.183,90. Comprometendo substancialmente o cumprimento de metas estabelecidas para o exercício 2011.

Percebe-se ainda que o valor pago para despesas correntes caiu 22% em relação ao exercício de 2010 o que evidencia o principal problema enfrentado no ano passado: o contingenciamento financeiro/orçamentário. O reflexo da ausência de recursos financeiros foi o elevado montante inscrito em restos a pagar, tanto nas Despesas corrente como nas despesas de capital.

2.5 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br. 	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. 	80,2
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. 	20,18%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
A) Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA. 	R\$ 54.528.401,93 <div>÷</div> 43.235,48 = R\$ 1.261,20 / há
B) Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. 	47 ÷ 15 x 100 = 313,33
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade total de PA(s) federais – Sipra. 	55 ÷ 637 x 100 = 8,63

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra. 	0,49%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra. 	0
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra. 	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra. 	0
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	933

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	9,7%
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	Sem informação disponível
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	0

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006. 	6
---	---	----------------------------------	-----------	---------------	---------	---	--	----------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. 	24,38%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. 	7,38
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e Lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> SIAFI e SICONV 	0
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD. 	

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados e ainda não finalizados).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas óavaliadas dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças óSimilares deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos óAssentamentos Federais, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças óSimilares deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

A) Índice de gastos com Obtenção de Terras

Para a determinação do Índice de gastos com Obtenção de Terras, foi considerado o recurso financeiro para a indenização de benfeitorias e sobra do pagamento da Terra Nua em Títulos da Dívida Agrária (TDA), gerida pela Superintendência Regional, somando-se aos valores pagos em TDA's, pagos pela SEDE, baseados em uma planilha óTDA's por município dez-2001-SIAFI em 17-02-2012 enviadas pelo DEA2/INCRA, cujos valores devem ser verificados posteriormente.

Portanto, somando-se os valores pagos pela SR referente ao pagamento de benfeitorias e sobras de TDA dos imóveis rurais obtidos em 2011 (R\$ 1.238.379,52), aos valores pagos em TDA's pela SEDE (R\$ 53.290.022,41), totalizam uma quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras no Maranhão de **R\$ 54.528.401,93**.

No que tange a quantidade de terras obtidas no nível de agregação em 2011, a Superintendência Regional do Maranhão e o INCRA Sede realizou a obtenção de imóveis rurais para o Programa Nacional de Reforma Agrária, perfazendo uma área total de **43.235,48 ha**.

Tendo estes dados, o Índice de gastos com Obtenção de Terras alcançado é de R\$ 1.238.379,52 / ha, indicando o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA no Maranhão por hectares, em 2011.

B) Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento

Neste item, cabem alguns esclarecimentos:

Pela fórmula tem-se: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício. Na fonte consta Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada dividido pela Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida.

Daí o questionamento:

Se considerarmos pela fórmula (número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício), e observarmos no Quadro VI abaixo os valores referentes ao ano de 2011, teremos: 47 licenças (7 LPs + 40 LIOs) dividido por 15 (5 LPs + 10 LIOs).

Se considerarmos pela fonte, (Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada dividido pela Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida) e observarmos no Quadro VI abaixo os valores referentes ao ano de 2011, de LIOs, teremos: 35 licenças de PAs dividido por zero (não houve expedição de nenhuma licença de Projeto de Assentamento criado, foram expedidas 10 LIOs de imóveis, pois no Maranhão, o órgão ambiental emite LIO de imóvel que tenha ocupação antiga por considerar a população como população tradicional).

Portanto, não está claro o que deverá ser levado em consideração: Número de Licenças ou quantidade de PAs. Se é pela fórmula ou pela fonte.

Ressaltamos que, de acordo com o Quadro VII, de 104 licenças emitidas de 2008 a 2011 (73 LPs e 31 LIOs) ó 96 licenças estão em vigor (sendo 65 LPs e 31 LIOs). Dentre as 96 licenças em vigor, 55 já são PAø (sendo 38 LPs e 17 LIOs) e 41 faltam ser criados os PAø.

Quadro VI: Resumo do Licenciamento até o ano de 2011

Nº DE LPs PROTOCOLADAS E EXPEDIDAS						
	LP					
	PROTOCOLADAS			EXPEDIDA		
	Nova	Renovação	Total	Nova	Renovação	Total
ATÉ 2008	107	-	107	38	-	38
2009	40	14	54	23	-	23
2010	28	02	30	06	01	07
2011	07	-	07	05	-	05
TOTAL	182	16	198	72	01	73
Nº DE LIOs PROTOCOLADAS E EXPEDIDAS						
	LIO de PAø e Imóveis com ocupação antiga					
	PROTOCOLADAS			EXPEDIDA		
	De PAs	De Imóveis	Total	De PAs	De Imóveis	Total
ATÉ 2008	87	0	87	0	0	0
2009	70	0	70	02	01	3
2010	75	08	83	0	18	18
2011	35	05	40	0	10	10
TOTAL	267	13	280	02	29	31**

Fonte: Serviço de Meio ambiente e Recursos Naturais - SR12(MA), 2011

Quadro VII ó Licenças em vigor (41) que não foram criados PAs

PERÍODO	LPs	LIOs	LPs + LIOs
Até 2008	1	-	1
2009	16	-	16
Renovada 2009	1	-	1
2010	4	6	10
2011	5	8	13
TOTAL	27	14	41

Fonte: Serviço de Meio ambiente e Recursos Naturais - SR12(MA), 2011

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
		21211.11-00 - FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
373040	63.586.770/0001-88-MC	0,00	49.312,68		49.312,68
373040	72.609.829/0001-05BSI	0,00	17.814,98		17.814,98
373040	02.449.992/0211-61vivo	0,00	2.316,57		2.316,57
Razões e Justificativas:					
<ul style="list-style-type: none">• O reconhecimento da dívida no valor de R\$ 17.814,98, em favor da empresa BSI, se deu em virtude da não conclusão do pregão eletrônico de nº 10/2010, que só fora concluído no mês de novembro/2010 e que o contrato com a empresa findaria no dia 15/10/2010, e a empresa prestou o serviço até o dia 11/11/2010, permanecendo inalterado o valor, até a conclusão do referido pregão, e que os serviços foram prestados em favor da Superintendência, não havendo dano ao erário.• O reconhecimento da dívida no valor de R\$ 49.312,68, em favor da MC Ar condicionado, se deu em virtude do atraso na conclusão do pregão eletrônico de nº 05/2011, que trata da manutenção e correção preventiva do sistema de ar condicionado central e individuais desta SR-12, e a empresa prestou o serviço sem aumentar o preço praticado no mercado, permanecendo com os mesmos preços praticados durante a vigência do contrato, e como se trata de serviços contínuo, não podendo ser interrompido por isso adotamos o termos de reconhecimento de dívida, e que os serviços foram prestados em favor da Superintendência, não havendo dano ao erário.• O reconhecimento de dívida no valor de R\$ 2.316,57, em favor da Vivo, trata de contrato para telefonia celular, e se deu em razão da conta do mês de dezembro/2010 não ter sido provisionada e deixado em restos a pagar para o exercício de 2011, ou seja, não foi empenhada por falta de recursos orçamentários, o que ocasionou o termo de reconhecimento de despesa, porém existia a cobertura contratual.					

Fonte:
Siafi/Administração

3.1 Análise Crítica

Não houve impacto nas contas do exercício, tendo em vista que foram valores pequenos e que os serviços foram prestados para atender demandas da Superintendência, e que as despesas refere-se contratos de licitações na modalidade Pregão Eletrônico.

A Superintendência está tomando as devidas providências para não ocorrer tais reconhecimentos de dívidas.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	-	-	-	-
2010	96.087.435,33	-	45.612.200,00	50.475.235,33
2009	14.036.883,56	-	9.478.400,00	4.558.483,56
2008	186.493,40	-	-	186.493,40
2007	-	-	-	-
2006	228.600,00	-	-	228.600,00
TOTAL	110.539.412,29	-	55.090.600,00	55.448.812,29
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	57.853.270,23	-	-	57.853.270,23
2010	94.831.205,34	410.257,01	25.746.639,62	68.674.308,71
2009	23.779.120,95	11.096.853,73	3.071.119,29	9.611.147,93
2008	71.078.568,64	8.520.864,00	62.557.704,64	-
2007	52.757.746,27	10.463.203,28	42.294.542,99	-
2006	-	-	-	-
Total	300.299.911,43	30.491.178,02	133.670.006,54	136.138.726,87
<p>Observações:DECRETO Nº 7.418, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010, Prorroga a validade dos restos a pagar não-processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 até 30/04/2011 E Dec. 7.468/11, Mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que especifica, altera o parágrafo único do art. 68 do Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e dá outras providências, e o Dec. 7.511/11,Altera a redação do inciso III do art. 1o do Decreto no 7.468, de 28 de abril de 2011</p>				

Fonte: SIAFI OPERACIONAL/SIAFI GERENCIAL e contas 1951/52 e 29511

4.1 Análise Crítica

Do total dos valores inscritos e executados em restos a pagar nos exercícios de 2009/2010 e 2011, a maior parte refere-se a obras de infraestrutura em projetos de assentamentos, crédito instalação em suas diversas modalidades e serviços de assessoria técnica a famílias assentadas. Registramos que os valores constantes na coluna "Saldo a Pagar em 31/12/2011" estão relacionados, em sua maioria, a problemas como: insuficiência de recursos financeiros, formalização dos convênios de infraestrutura no segundo semestre e execução plurianual dos convênios de assessoria técnica e Infra estrutura básica.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 ó Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	301	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	301	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	298	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	3	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores Anistiados CLT	-	73	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	-	374	-	-

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)/RH-Sr-12

QUADRO A.5.2 ó Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	3

1.3. Outras situações previstas em leis específicas(Le 6.999/82TREi)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	4
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
2.5. Servidores em exercício em outros órgãos (§ 7º, art. 93, Lei 8.112/90)	3
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
4.3 - Licença p/Tratamento da Saúde	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	4
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	13

Fonte: SIAPE/Extrator de dados/ RH SR-12

QUADRO A.5.3 ó Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-	18	9	11
1.1.Cargos Natureza Especial	-	-	-	-

1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	18	9	11
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	15	8	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	2	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	1	1	1
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	-	1	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	1	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	19	9	11

Fonte: SIAPE/Extrador de dados/ RH SR-12

QUADRO A.5.4 ó Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	7	22	47	185	94
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	7	22	43	147	63
1.3. Servidores Celetistas Anistiados Colone	-	-	4	38	31
2. Provedimento de cargo em comissão	1	7	2	8	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	6	2	8	1
2.3. Funções gratificadas	-	1	-	-	-
3. Totais (1+2)	8	29	49	193	95

Fonte: SIAPE/Extrador de dados/ RH SR-12

QUADRO A.5.5 ó Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	-	-	47	-	190	118	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	28	-	148	106	-	-	-
1.3. Servidores Anistiados Colone ó CLT	-	-	19	-	42	12	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	05	14	-	-	-

2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	04	14	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	01	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	47	-	195	132	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ó Mestrado; 9 ó Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS /RH-SR-12

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	125	15
1.1 Voluntária	97	15
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	13	
1.4 Outras		
2. Proporcional	75	-
2.1 Voluntária	67	
2.2 Compulsória	6	
2.3 Invalidez Permanente	2	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	200	15

Fonte: SIAPE/ RH SR-12

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	89	5
1.1. Integral	32	3

1.2. Proporcional	20	2
2. Em Atividade	41	1
3. Total (1+2)	93	6

Fonte: SIAPE/ Extrato de dados/RH SR-12

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	09	10	10	14	R\$ 69.144,44
1.1 Área Fim	05	06	05	06	R\$ 35.363,95
1.2 Área Meio	04	04	05	08	R\$ 33.780,49
2. Nível Médio	12	12	08	04	R\$ 39.214,06
2.1 Área Fim	06	05	02	01	R\$ 15.329,13
2.2 Área Meio	06	07	06	03	R\$ 23.884,93
3. Total (1+2)	21	22	18	18	R\$ 108.358,50

Fonte: Siape/Extrator de dados/RH-SR-12

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

										Valores em R\$ 1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2009	-	-	-	-	-	-	-	-		
2010	-	-	-	-	-	-	-	-		-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2009	R\$ 17.228.316,80		R\$ 1.507.144,45	R\$ 485.465,68	R\$ 2.599.485,41	R\$ 1.204.953,70	R\$ 3.515,87	R\$ 12.027,75	R\$ 71.214,90	R\$ 23.112.124,56
2010	R\$ 17.342.079,42		R\$ 1.545.231,81	R\$ 582.458,69	R\$ 2.729.412,90	R\$ 2.543.322,86	R\$ -	R\$ 62.399,34	R\$ 33.606,80	R\$ 24.838.511,82
2011	R\$ 33.097.075,26		R\$ 2.956.415,53	R\$ 1.074.246,75	R\$ 1.009.533,61	R\$ 4.655.114,42	R\$ 11.862,42	R\$ -	R\$ 25.502,41	R\$ 42.829.750,40
Servidores CLT (ANISTIADOS)										
2009	R\$ 1.085.419,23		R\$ 93.762,00		R\$ 0,00					1.179.181,23
2010	R\$ 2.095.659,62		R\$ 192.990,83		R\$ 0,00					2.288.650,45
2011	R\$ 2.344.852,02		R\$ 193.056,31		R\$ 81.673,88					2.619.582,21
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2009	-	-	-	-	13.437,45	-	-	-	-	13.437,45
2010	-	-	-	-	8.118,50	-	-	-	-	8.118,50
2011	-	-	-	-	4.391,68	-	-	-	-	4.391,68
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2009	-	363.193,88	-	-	141.129,33	-	-	-	-	504.323,21
2010	-	359.816,82	-	-	123.262,65	-	-	-	-	483.079,47
2011	-	344.994,90	-	-	103.589,62	-	-	-	-	448.584,52
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2009	-	5.052,12	-	-	10.554,15	-	-	-	-	15.606,27
2010	-	5.052,12	-	-	19.940,89	-	-	-	-	24.993,01
2011	-	5.052,12	-	-	10.302,32	-	-	-	-	15.354,44
Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.										
Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:										
ANO	VALOR									
2009	R\$ 37.554,31									
2010	R\$ 116.295,56									
2011	R\$ 85.697,33									

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
<i>NÃO HÁ CARGO E ATIVIDADES INERENTES A ATIVIDADES FUNCIONAIS OCUPADAS POR TERCEIRIZADOS</i>	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<i>NÃO HÁ CARGO E ATIVIDADES INERENTES A ATIVIDADES FUNCIONAIS OCUPADAS POR TERCEIRIZADOS</i>					

Fonte: RH/Adm. SR-12

Quadro A.5.11 é Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
<i>NÃO HÁ ESTA SITUAÇÃO</i>	-	-
-	-	-

Fonte: RH/Adm. SR-12

Quadro A.5.12 é Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
<i>NÃO HÁ ESTA SITUAÇÃO</i>			

Fonte: RH/Adm. SR-12

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA/MA													
UG/Gestão: 373040/37201							CNPJ: 00.375.972/0015-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	EME-6.000/2008	00.875.943/0001-68	01/01/2011	31/12/2011	-	-	7	7	-	-	P
2008	L	O	MAFRA -16.000/2008	08.779.593/0001-48	28/10/2010	27/10/2011	28	28	3	3	-	-	P
					28/10/2011	27/10/2012							
2011	V	O	MASV- 3.000/2011	04.673.864/0001-25	01/02/2011	31/01/2012	-	-	3	3	-	-	A
Observação:													
No que trata o Acórdão TCU nº 1.520/2006-P. Não temos contratações de terceirizados irregular no âmbito desta Superintendência Regional-SR(12).													
EME- Contrato 6.000/2008 - Limpeza e conservação das Unidades Avançadas Jurisdicionadas á SR-12/MA													
Mafra- Contrato 16.000/2008 - Limpeza e conservação da Superintendencia do MA													
Masv- 3.000/2011 - Serviços de Vigilância Armada da Sede e Unidades Avançadas de Bacabal/B.Corda/IPZ e Pindaré.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Promogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Fonte: Divisão de Administração SR-12													

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:Superintendencia Regional do Incra/Ma													
UG/Gestão:373040/37201							CNPJ: 00.375.972/0015-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	1	O	Linuxell-18.000/05	02.539.643/0001-33	01/08/2005	30/06/2011	-	-	2	2	-	-	E
2005	2	O	Mc Ar. Conc 23.000/2005	63.586.770/0001-88	04/08/2005	03/08/2011	-	-	4	4	1	1	E
2009	1	O	Mafra 10.000/2009	08.779.593/0001-48	01/07/2009	30/06/2012	-	-	32	32	-	-	P
2009	1	O	Mafra 11.000/2009	08.779.593/0001-48	01/07/2009	30/06/2012	5	5	-	-	-	-	P
2010	1	O	L.S. Silva 9.000/2010	04.605.778/0001-85	01/10/2010	30/12/2011	-	-	2	2	-	-	E
2010	1	O	O.S.Sousa 10.000/2010	00.375.972/0015-66	19/11/2010	18/11/2012	-	-	14	14	-	-	p
2011	2	O	Polo - Ref. 15.000/2011	03.202.674/0001-67	09/11/2011	08/11/2012	-	-	3	3	-	-	A
2011	1	O	Linuxell-16.000/2011	02.539.643/0001-33	09/11/2011	08/11/2012	-	-	4	4	1	1	A
Observação:													
No que trata o Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P. Não temos contratações de terceirizados irregular no âmbito desta Superintendência Regional-SR(12).													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo ó Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Fonte: Divisão de Administração SR-12													

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Esta Superintendência no Estado do Maranhão não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, e também não há previsão de desenvolvê-los.

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Valores em R\$ 1,00										
Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/MA										
CNPJ: 00.375.972/0015-66										
UG/GESTÃO: 373040/37201										
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados			Vigência		Sit.
			REPASSE RS	Contrapartida RS	No exercício RS	Acumulado até exercício RS	em exercícios anteriores RS	Início	Fim	
CONVÊNIO	510281	ASSOCIACAO SANTA LUZIA DOS PEQUENOS PR	4.670.981,00	513.843,00	212.800,00	4.363.026,00	3.937.426,00	10/set/04	09/fev/12	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	600136	FUNCEMA - FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO	2.012.281,00	20.122,81	-	2.012.281,00	2.012.281,00	11/dez/07	11/jul/11	A COMPROVAR
CONVÊNIO	601789	PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO NOVO DO	1.408.441,70	156.493,52	469.480,68	1.408.441,70	938.961,12	24/dez/07	31/dez/11	A COMPROVAR
CONVÊNIO	602109	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODO	1.736.211,46	192.552,38	432.856,38	1.303.355,08	870.498,70	01/jun/09	31/jul/12	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	636752	PASSAGEM FRANCA-PREFEITURA MUNICIPAL	1.563.589,60	173.732,18	-	781.794,80	781.794,80	02/jul/09	30/jun/12	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	637472	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PA	302.443,64	33.604,85	-	151.281,82	151.281,82	30/jun/08	31/jul/11	A COMPROVAR
CONVÊNIO	637804	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ DO	509.444,82	56.604,98	-	169.814,94	169.814,94	03/07/2008	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	637830	MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM - PREF	826.000,00	92.072,00	-	-	-	03/07/2008	30/09/2011	A LIBERAR
CONVÊNIO	638028	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNCO DO MARAÍ	519.129,78	27.322,62	-	346.086,52	346.086,52	02/jul/08	30/jun/12	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	638480	PREFEITURA MUNICIPAL DE PERITORO	663.284,27	34.909,70	-	442.189,51	442.189,51	03/jul/08	30/jun/12	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	601867	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU	1.440.000,00	161.857,45	-	1.007.234,38	1.007.234,38	02/jan/08	30/jun/12	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	700815	COOPERATIVA DE SERVIÇOS, PESQUISA E ACESSORIA T	4.127.341,79	41.690,32	1.277.084,83	3.901.876,68	2.624.791,85	15/12/2008	29/02/2012	A COMPROVAR
CONVÊNIO	700900	COOSERT - COOPERATIVA DE SERVIÇOS TÉCNICOS	8.273.131,80	118.800,00	2.329.414,90	7.219.325,10	4.889.910,20	31/12/2008	31/05/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	700926	ASSOCIACAO AGROECOLOGICA TIJUPA	1.716.376,80	25.380,00	514.124,50	1.339.998,50	825.874,00	31/12/2008	31/08/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	700948	ASSOCIACAO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABACU - AMIQCB	1.214.295,04	13.352,97	532.147,50	1.214.295,04	682.147,54	31/12/2008	30/04/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	701313	ETHOS-ASSESSORIA, CONSULTORIA E CAPACITACAO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTAVEL	1.119.730,79	11.310,41	140.645,14	733.630,57	592.985,43	31/12/2008	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	701462	BIO-TERRA	1.010.327,06	10.205,34	159.354,86	690.542,68	531.187,82	30/12/2008	31/08/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	701517	PLANEJA-ASSESSORIA, CONSULTORIA E CAPACITACAO EM	5.265.211,16	129.360,00	2.013.513,24	5.265.211,16	3.251.697,92	31/12/2008	31/05/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704457	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO	377.300,00	7.700,00	-	377.300,00	377.300,00	25/11/2009	31/03/2011	A APROVAR
CONVÊNIO	704458	PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO DO GUILHERME	2.926.714,12	88.372,48	-	2.926.714,12	2.926.714,12	21/11/2009	31/08/2011	A APROVAR
CONVÊNIO	704554	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA	1.304.725,39	54.000,00	-	684.638,39	684.638,39	24/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704568	PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA DO MATO	705.710,40	29.404,60	352.855,20	705.710,40	352.855,20	28/11/2009	31/12/2011	Prestação conta em complementação
CONVÊNIO	704613	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVA	1.250.000,00	38.779,60	-	437.500,00	437.500,00	28/11/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704649	PREFEITURA MUNICIPAL DE ZE DOCA	1.540.001,00	64.166,68	-	1.155.000,75	1.155.000,75	25/11/2009	30/06/2009	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704652	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO	1.324.259,78	55.177,52	-	1.324.259,78	1.324.259,78	25/09/2009	30/09/2010	P. Conta Enviada P/Análise
CONVÊNIO	704658	ACAILÂNDIA PREFEITURA MUNICIPAL	1.859.098,23	161.660,72	-	1.487.278,59	1.487.278,59	01/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704677	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNCO DO MARANHÃO	308.559,05	6.297,12	154.279,53	308.559,05	154.279,52	28/11/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704678	MUNICÍPIO DE PARNARAMA - PREFEITURA MUNICIPAL	1.463.946,92	30.000,00	-	1.463.946,92	1.463.946,92	25/11/2009	31/03/2011	P. Conta Enviada P/Análise
CONVÊNIO	704680	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO	2.351.242,79	123.749,62	-	1.403.432,09	1.403.432,09	20/12/2009	31/07/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704681	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPEMAS	649.703,81	20.093,93	324.851,91	324.851,91	-	28/11/2009	31/07/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704690	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNCO DO MARANHÃO	719.140,66	14.676,34	-	359.570,33	359.570,33	28/11/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704691	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES	831.663,86	34.652,66	-	415.831,93	415.831,93	30/04/2011	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704692	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA	1.627.480,00	141.520,00	-	-	-	30/11/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO

CONVÊNIO	704696	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇAO	1.042.017,05	32.227,33	-	842.173,08	842.173,08	22/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704699	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO VERDE - MARANHÃO	903.556,62	18.439,94	300.000,00	300.000,00	-	07/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704700	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA	929.851,36	80.856,64	-	-	-	30/11/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704702	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE	894.720,00	37.280,00	447.360,00	894.720,00	447.360,00	01/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704718	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU	1.083.411,38	57.021,65	541.705,70	541.705,70	-	01/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	704722	PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDELANDIA	409.854,72	17.077,28	-	204.927,36	204.927,36	25/11/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	705520	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE	711.000,00	14.549,82	-	328.262,87	328.262,87	01/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	705734	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE	786.165,81	16.500,00	-	230.000,00	230.000,00	01/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	706958	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURIACU	2.768.806,03	56.506,25	400.000,00	400.000,00	-	07/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	707008	PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDELANDIA	974.752,70	40.614,70	-	774.752,70	774.752,70	01/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	707745	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME	1.430.000,00	41.086,85	-	-	-	30/11/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	708383	PASSAGEM FRANCA-PREFEITURA MUNICIPAL	832.926,60	25.760,62	-	569.142,89	569.142,89	25/11/2009	31/07/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	709318	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE DO MARANHÃO	784.000,00	16.000,00	-	784.000,00	784.000,00	25/11/2009	31/03/2011	prestação de contas
CONVÊNIO	719010	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU-MA	599.999,99	81.033,83	-	359.999,99	359.999,99	21/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	719160	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANHÃOZINHO	2.944.981,99	122.707,58	1.414.800,00	2.058.300,00	643.500,00	24/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	719246	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANA	983.920,13	20.080,00	332.720,13	983.920,13	651.200,00	24/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	719332	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO	1.780.651,59	74.193,83	534.195,49	1.410.690,98	876.495,49	21/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	720178	SITIO NOVO PREFEITURA MUNICIPAL	2.478.982,87	76.669,57	500.000,00	500.000,00	-	24/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	720197	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIZAL	895.215,30	18.269,70	-	-	-	24/12/2009	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	720515	ASSOCIACAO EDUCACAO E MEIO AMBIENTE - ASSESSORIA, CONSULTORIA E PROJETOS	5.227.628,25	166.222,75	2.863.819,50	3.834.079,50	970.260,00	16/12/2009	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	724063	INSTITUTO DE COLONIZACAO E TERRAS DO MARANHÃO-ITE	1.757.204,00	321.600,00	-	-	-	31/12/2009	31/12/2011	CANCELADO
CONVÊNIO	733698	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANA	1.358.628,00	27.727,44	-	-	-	21/06/2010	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	733699	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO	2.000.000,00	45.000,00	800.000,00	1.600.000,00	800.000,00	21/06/2010	29/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	733712	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO	882.836,18	18.017,07	582.836,18	882.836,18	300.000,00	01/06/2010	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	734063	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI BRAVO	2.629.189,40	82.599,56	795.773,21	1.591.546,42	795.773,21	21/06/2010	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	736983	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA	1.539.384,75	31.416,02	461.815,43	461.815,43	-	01/12/2010	30/07/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	738418	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRANDIA	1.500.000,00	46.392,02	-	-	-	28/06/2010	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	752584	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA	199.998,40	4.081,60	-	-	-	27/12/2010	30/11/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	752653	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÁ	441.000,00	9.000,00	441.000,00	441.000,00	-	27/12/2010	29/02/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	752710	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÁ	441.000,00	9.000,00	441.000,00	441.000,00	-	27/12/2010	29/02/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	752760	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES	1.250.000,00	25.510,20	500.000,00	500.000,00	-	27/12/2010	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	755910	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM	1.805.430,23	36.845,52	450.000,00	450.000,00	-	01/09/2011	30/06/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	759553	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA NOVA DO MA	652.614,57	20.000,00	-	-	-	20/12/2011	31/08/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	759791	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO	1.249.966,91	25.509,53	-	-	-	28/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	762692	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA	782.266,86	15.964,63	-	-	-	26/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	763223	PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILANDIA	2.000.000,00	98.994,00	-	-	-	26/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	763337	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDSON LOBÃO	1.440.000,00	60.000,00	-	-	-	26/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	763366	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE	2.000.000,00	40.816,33	-	-	-	26/12/2011	30/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	763381	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO	2.665.384,51	231.772,57	-	-	-	26/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	764044	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DO ROSARIO	1.943.142,73	168.968,93	-	-	-	26/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	764060	PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA	1.145.253,22	30.000,00	-	-	-	26/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	764470	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO	757.164,39	31.548,51	-	-	-	26/12/2011	30/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	764672	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM	1.787.392,45	36.477,40	-	-	-	26/12/2011	30/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	764718	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM	1.752.131,71	35.757,79	-	-	-	26/12/2011	30/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	764805	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE	1.960.000,00	40.000,00	-	-	-	29/12/2011	30/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	766337	PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO DO GUILHERME	3.227.280,67	65.862,87	-	-	-	31/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	767508	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINOPOLIS	1.470.000,00	30.000,00	-	-	-	30/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	767832	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO	1.485.007,13	61.875,30	-	-	-	30/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	768891	PREFEITURA MUNICIPAL DE APICUM ACU	1.363.825,59	27.833,18	-	-	-	30/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
CONVÊNIO	768895	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES	2.042.249,88	50.000,00	-	-	-	31/12/2011	31/12/2012	EM EXECUÇÃO
TOTAL GERAL			131.608.561,69	5.425.134,61	20.720.434,21	67.109.852,97	46.176.618,76			
Fonte: SIAFI OPERACIONAL, SICONV e CONTROLES INTERNOS										

QUADRO A.6.2 ó Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA						
CNPJ:00.375.972/00015-66				UG/GESTÃO: 373040/37201		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	19	10	46	20.720.434,21	33.114.149,97	45.543.211,62
Contrato de Repasse				-	-	-
Termo de Parceria				-	-	-
Termo de Cooperação				-	-	-
Termo de Compromisso				-	-	-
Totais	19	10	46	20.720.434,21	33.114.149,97	45.543.211,62

Fonte: SIAFI OPERACIONAL/CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA					
CNPJ:00.375.972/0015-66			UG/GESTÃO: 373040/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	83	131.608.561,69	67.109.852,97	64.498.708,72	50,99
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	83	131.608.561,69	67.109.852,97	64.498.708,72	50,99

Fonte: SIAFI OPERACIONAL/CONTROLES INTERNOS

6.2 Análise Crítica

Convênios ó Visando sanar as pendências com convênios da situação ãAPROVARö e ãA COMPROVARö no sistema SIAFI, foi criado um Grupo de Trabalho por determinação do Sr. Presidente do Incra através da Portaria INCRA/P Nº 522 DE 16/08/2010, obedecendo recomendação do TCU em seu acórdão nº 578/2010, no qual resultou na Ordem da Serviço Incra/ma nº 166/2010, especialmente, para analisar as prestações de contas dos mesmos. Grupo este que desempenhou de forma considerável os prazos estabelecidos na Portaria 522 e OS nº 166/2010, com objetivo de zerar o estoque de convênios celebrados pela In nº 01/97.

Em que pese a nova sistemática estabelecida pela Portaria Interministerial 127/2008 que cria o novo sistema de convênios (SICONV), obrigando a proposta, celebração, execução e prestação de contas através desse portal, o INCRA/MA ainda possui um estoque muito grande de convênios celebrados anteriormente à referida portaria, através da IN STN 01/97, e que necessita de solução de análise, re-análise visando aprovação, notificação para sanar as pendência e/ou instauração de TCE, conforme abaixo:

- 20 Convênios estão na situação de ãA APROVARö no SIAFI, carecendo de análise, re-análise ou notificação para sanar as pendências
- 07 Convênios estão na situação de ãA COMPROVARö no SIAFI,
- 20 Convênios encontram-se em Inadimplência Suspensa no SIAFI
- 23 Convênios encontram-se em Inadimplência no SIAFI

OBSERVAÇÕES:

1. Todos os convênios na situação ãAPROVARö deverão ser analisados ou reanalisados pelo setor de Contabilidade;

2. Todos os convênios na situação ãA COMPROVARö, após a apresentação da prestação de contas, deverão ser analisados ou futuramente re-analisados pelo Setor de Contabilidade;
3. Os convênios nas situações ãINADIMPLÊNCIA SUSPENSAö e ãINADIMPLÊNCIAö poderão ser futuramente analisados ou re-analisados pela Contabilidade, desde que seja apresentada a prestação de contas ou apresentada nova documentação pela Conveniente notificada a sanar pendências;
4. Os convênios de ATES e PRONERA possuem vários volumes de processos, sendo assim sua análise mais trabalhosa e complexa.

OBSERVAÇÃO: Todos os convênios celebrados pelo SICONV serão futuramente analisados pelo setor de Contabilidade, após conclusão do estoque de convênios celebrados pela IN STN 01/97. Porém, os servidores desta Superintendência ainda não foram devidamente capacitados para realizar as análises das prestações de contas, bem como ainda não foram estabelecidos os procedimentos pelo INCRA/SEDE para realização de tais análises.

Como pode ser observado pelos números acima, podemos considerar crítica a situação dos convênios no INCRA/MA, uma vez que temos um grande estoque de convênios celebrados pela IN STN 01/97 e também uma grande quantidade de convênios celebrados pelo SICONV, e em contrapartida esta Superintendência não dispõe de equipe técnica suficiente para realizar os devidos acompanhamentos dos convênios em execução e elaboração de relatório técnico dos convênios vencidos, bem como o setor de contabilidade não possui corpo técnico suficiente para analisar ou reanalisar as prestações de contas. Possui duas servidoras lotadas no Setor de Contabilidade para análise das prestações de contas.

A solução encontrada por esta Superintendência, para que seu estoque não se acumule mais ainda, é a formação de forças-tarefas com servidores do INCRA/SEDE e/ou de outras Superintendências.

Em Set/2010 o presidente do INCRA baixou a Portaria 522/2010 determinando a todas as Superintendências a formar grupos de trabalhos com servidores da própria Superintendência que trabalhassem nas áreas relacionadas a convênios para analisarem até 30/11/2010 as prestações de contas do estoque de convênios da IN STN 01/97 que estavam pendentes, visando zerá-lo ou reduzi-lo ao máximo. Assim, os trabalhos foram

desenvolvidos, e conseguimos reduzir um pouco o nosso estoque de convênios, porém surgiram alguns problemas no decorrer dos trabalhos, conforme abaixo:

Curto espaço de tempo para conclusão dos trabalhos. Nossa portaria foi emitida em 09/09/2010, e os trabalhos deveriam ser concluídos em Nov/2010;

Resistência inicial dos servidores em realizar os trabalhos, alegando desvio de funções, ser atividade específica de contadores, prejuízo das atividades normais, e até uma representação junto ao ministério público federal;

Devolução de processo por membro do grupo, alegando incompetência para analisá-lo;

Resistência em analisar processos de ATES e PRONERA, de maior complexidade e maior volume, querendo os servidores analisar somente de prefeituras;

Morosidade no encaminhamento dos processos ao grupo pelos setores;

Desconhecimento dos servidores sobre a legislação de convênios;

Falta de prática dos servidores em relação à atividade de análise de prestação de contas;

Falta de servidor no grupo que já atua ou atuou realizando essa atividade.

Dificuldade em notificar às convenientes. Para agilizar os processos, optamos pelo fax e pelo e-mail cadastrados no SICONV. Porém, esse tipo de notificação não se mostrou 100% positivo, e posteriormente foi indeferida pela Procuradoria, e assim as Inadimplência já efetivadas tiveram que ser suspensas, e realizadas novas notificações ôin locoö;

Falta de atendimento pelo INCRA/SEDE ao pedido de reforço de servidor experiente na atividade pertencentes a outras Superintendências.

Apesar do grande número de convênios existente e da falta de equipe técnica para acompanhamento e, principalmente, para análise de prestações de contas, esta Superintendência no intuito de cumprir as suas metas programadas, acabou celebrando novos convênios, pois: foram celebrados 23 convênios no exercício de 2008, 46 no exercício de 2009 e 10 no exercício de 2010 e 19 no exercício de 2011.

Análise Crítica

A Gestão das Transferências, tem como foco principal atingir os objetivos sociais no que tange respeito a Infra-estrutura básica nos Projetos de Assentamentos do INCRA, com o intuito de beneficiar inúmeras famílias assentadas, buscando a melhoria de vida das

comunidades rurais, com o escoamento da produção proporcionando uma melhor valorização de seus produtos.

A importância dos municípios como destinatários das transferências voluntárias de recursos, dar-se-á em função de aproximar a municipalidade aos seus munícipes envolvendo assim, comunidade e poder público municipal, gerando uma assim, uma responsabilidade ao gestor municipal em conservar as obras objetos dos Convênios celebrados com aquelas instituições.

E a crescente participação das ONGs nos repasses tornou a concepção de uma estratégia de uso dos recursos federais na Assistência Técnica Ambiental e Social aos assentados, uma vez que o Estado do Maranhão não oferece esse tipo de atividade às Comunidades rurais.

7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv

QUADRO A.7.1 ó Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Cláudio Roberto Santos Silva**, CPF nº 9049033803-44, **Contador**, exercido na **UG 373040 ó Superintendência Regional do Incra/Ma**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais ó SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria ó SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Luis-MA, 24 de Março de 2012.

Cláudio Roberto Santos Silva

Contador SR-12

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 ó Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	01		
	Entregaram a DBR	01		
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	18		
	Entregaram a DBR	18		
	Não cumpriram a obrigação	0		

Fonte: RH-SR/12

Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos desta SR-12, tem o controle sobre as entregas das Declarações de Bens dos Servidores.

As Declarações são entregues em papel, junto ao setor de Recursos Humanos.

As DBRs são guardadas em pastas individuais de cada servidor, com a finalidade de manter atualizados os registros e principalmente para manter o sigilo das informações prestadas.

As comunicações são feitas por email/Memorandos a todos os servidores, alertando da obrigação da entrega da DBR.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 6 Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Considerações gerais:</p> <p>O controle interno da Superintendência Regional do INCRA no Maranhão é coordenado pelo Gabinete, com apoio da assessoria de Planejamento.</p> <p>No entanto o Chefe da Administração e o Setor de Contabilidade, geralmente, são as pessoas responsáveis para atender eventuais diligências de Órgãos de Controle Externo, bem como garantir a execução das atividades gerenciadas por meio de transferências voluntárias (Convênios). E Cada Divisão é responsável por responder as Demandas Internas e Externas a que lhes dizem respeito.</p> <p>A metodologia de trabalho utilizada para o alcance do resultado apresentado foi a reunião do Comitê de Decisão Regional (CDR) desta Superintendência Regional, composto pela Chefias das Divisões, Assessores do Gabinete e Superintendente Regional/Planejamento.</p> <p>Entendemos que há uma necessidade de promover uma política de capacitação dos servidores da SR-12 envolvidos nos procedimentos de Controle Interno para que a avaliação dos seus aspectos obtenha melhores índices.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p>					

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>Observação da UJ: A UJ 373040 não tem tido condições de observar, em seus procedimentos licitatórios, todos os critérios de sustentabilidade ambiental, devendo-se tal fato, à necessidade da promoção de capacitação dos servidores envolvidos na elaboração dos Projetos Básicos e Termos de Referência, além da excessiva demanda de tarefas e atribuições, em relação ao reduzido corpo funcional nas atividades licitatórias e de contratação.</p>			X		
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <p>Observação da UJ: Nos últimos 05 (cinco) anos, a UJ 373040 adquiriu alguns produtos que contemplam menor uso de matéria prima e maior grau de material reciclável. Cita-se, como recarga/reaproveitamento de tonners e cartuchos de impressão. Todavia, tais ações, em 2011, foram limitadas a tais itens.</p>			X		
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> <p>Observação da UJ: A UJ 373040 ainda não fez avaliação interna sobre as aquisições/contratos que possam contemplar tais critérios</p>			X		
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p>Observação da UJ: IDEM MANIFESTAÇÃO APRESENTADA PARA O ITEM 01 DESTE QUADRO.</p>			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p>					

<p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p> <p>Observação da UJ: As últimas aquisições de alguns materiais/equipamentos elétricos (lâmpadas e condicionadores de ar, por exemplo), proporcionaram redução nas despesas de energia elétrica. Contudo, por falta de maior dotação orçamentária específica, não possível a substituição de torneiras convencionais por torneiras automáticas. Por outro lado, a UJ 373040 vem efetuado, ao longo dos últimos 05 anos, a substituição gradativa de condicionadores de ar do tipo ôJanelaô, por aqueles do tipo ôSplitô.</p>			X		
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p> <p>Observação da UJ: Desde o exercício de 2007 a UJ 373040, vem adquirindo tonners/cartuchos reciclados ou remanufaturados, além da recarga de tais materiais.</p>			X		
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p> <p>Observação da UJ: No exercício de 2011 a UJ 373040 não adquiriu nenhum veículo, todos os veículos adquiridos foram feitos pela SEDE/DF. Por outro lado, vários abastecimentos de viaturas que formam a frota oficial desta UJ 373040, contemplam o uso de combustíveis menos poluentes, a exemplo de etanol e biodiesel.</p>			X		
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p> <p>Observação da UJ: Desde o exercício de 2007 a UJ 373040, vem adquirindo tonners/cartuchos reciclados ou remanufaturados, além da recarga de tais materiais.</p>			X		
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p> <p>Observação da UJ: Em todos os procedimentos de compras de bens/produtos, tem-se a preocupação de se adquirir materiais de satisfatória qualidade e durabilidade</p>				X	
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>Observação a UJ: A UJ 373040, Os processos licitatórios que contemplam tais projetos são submetidos à análise do Núcleo de Meio Ambiente da SR-12/MA, visando a emissão de parecer sobre os possíveis impactos ambientais de determinadas obras. Porém em 2011, não houve processos licitatórios para contratação de obras e serviços de engenharia.</p>			X		
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>			X		

<p>Observação da UJ: Desde o exercício de 2008 ocorre na UJ 373040 a separação, e devida destinação, de resíduos descartáveis (lixo, papel, plástico), mediante o uso de lixeiras e recipientes específicos, que fica disponível na garagem para coleta por cooperativa de reciclagem.</p>				
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>Observação: esta Superintendência vem adotando medidas de conscientização dos servidores através de: Informativos, email institucional, folders, palestras e etc.</p>			X	
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>Observação: esta Superintendência vem adotando medidas de conscientização dos servidores através de: Informativos, email institucional, folders, palestras e etc.</p>			X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Itens 1, 2, 3 e 4: - Aspectos sobre a gestão ambiental -</p> <p>✓ Nos últimos anos as licitações para aquisições de bens e serviços de equipamentos de TI para uso corporativo foram de realizadas de maneira centralizada, pela Coordenação Geral de Tecnologia.</p> <p>✓ As aquisições realizadas nos exercícios 210/211, levaram em consideração o disposto da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, e o Decreto nº 5.940/2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta</p>				
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p>				

<p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					
--	--	--	--	--	--

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como Bens de Uso Especial, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF - MARANHÃO	12	12
	município 1- SÃO LUÍS	02	02
	município 2 ó BARRA DO CORDA	01	01
	município 3 - GRAJAU	07	07
	município 4 - AÇAILÂNDIA	01	01
	município 5 - IMPERATRIZ	01	01
	UF ãoõ		
	município 1		
	município 2		
	município ãoõ		
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ãoõ		
	PAÍS ãoõ		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ãoõ		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		12	12
Fonte:	SPIUNET		

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF ó MARANHÃO	02	02
	município 1 ó BACABAL	01	01
	município 2 ó PINDARÉ MIRIM	01	01
	município ãõö		
	UF ãõö		
	município 1		
	município 2		
	município ãõö		
	Subtotal Brasil	02	02
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ãõö		
	PAÍS ãõö		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ãõö		
	Subtotal Exterior		
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte: Setor de Patrimônio SR-12

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373040	0731.00064.500-6	21	04	100.426,38	25/04/2001	-		
373040	0793.00024.500-8	12	NÃO INFORMADO	33.390,00	09/05/2000	-		
373040	0793.00025.500-3	12	NÃO INFORMADO	479.215,00	09/05/2000	-		
373040	0793.00027.500-4	GUARDA PROVISÓRIA	NÃO INFORMADO	398.552,70	03/05/2000	-		
373040	0793.00028.500-0	GUARDA PROVISÓRIA	NÃO INFORMADO	661.500,00	03/05/2000	-		
373040	0793.00029.500-5	GUARDA PROVISÓRIA	NÃO INFORMADO	688.500,00	02/05/2000	-		
373040	0793.00030.500-0	12	NÃO	154.627,50	09/05/2000	-		

			INFORMADO					
373040	0793.00031.500-6	12	NÃO INFORMADO	580.000,00	10/05/2000	-		
373040	0921.00386.500-2	21	5	CR\$ 35.008.632,90	26/04/2001	2.283.255,13	236.684,13	
373040	0921.00387.500-8	21	5	NCR\$ 40.000,00	26/04/2001	43.591,74		
133086	0803.00037.500-0	21	4	182.753,75	04/05/2001	-		
133085	0803.00036.500-4	21	4	382.745,43	11/05/2001	-		
Total							236.684,13	
Fonte:	SPIUNET /Setor de Patrimônio/Adm.SR-12							

Análise Crítica:

A Superintendência Regional do INCRA no Estado do Maranhão - UJ 373040 possui sob sua responsabilidade, 07 (sete) imóveis de uso especial, entre eles um localizado na Av. Santos Dumont, nº 18- Bairro Anil- nesta capital de São Luis-MA, sendo tal propriedade utilizada para o funcionamento da Sede Administrativa desta Autarquia no Maranhão.

O citado imóvel, devido à sua antiguidade, vez ou outra apresenta a necessidade de realização de pequenos reparos, assim como de demandas de ampliação de espaços físicos, seja pelo acréscimo pela busca de serviços institucionais, oriunda do público externo, seja pela necessidade de atendimento e recepção a novos servidores públicos, aprovados em concursos públicos e já em exercício na instituição.

Em 2010, foi elaborado um projeto básico para reformar do prédio, porém devido às restrições impostas pelo Decreto 7.446/2011, não houve a descentralização do recurso para a elaboração do processo licitatório.

Em, em 30/12/2011 foi expedido pela Diretoria Administrativa/Sede o Memo Circular de nº 643/2011/DA ó que trata da Extinção da Unidades Avançadas e no Maranhão foi relacionada Unidades Avançadas de Bacabal e Pindaré Mirim. E que está em processo de encerramento das atividades.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. Obs: os funcionários terceirizados na área de TI, pode variar de acordo com a demanda da UG, conforme o processo licitatório instruído baseado na IN 02/08 e 04/10 MPOG/SLTI.	01 servidor e 05 Terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
<p>Considerações Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Itens 01 a 03 - ,são políticas definidas pelo Órgão Central em Brasília. • Item 05 - No Plano de carga e carreira do Incra existe a carreira na área de TI, centralizado na Sede/Brasília. Porém, na Uj não possui servidor com a formação de TI. • Item 07 ó o documento em vigência foi elaborado a nível de Órgão Central. • Itens 08 a 11 ó os sistemas são desenvolvidos a nível do Órgão Central. • Item 12 ó As ações de contratação de serviços e bens de informática a nível de UJ é definida entre a Divisão de • Administração, Núcleo de Tecnologia da Informação e Órgão Central. • Item 13 ó A Uj possui um setor específico na área de Informática, tanto nas Regionais quanto na Sede. • Item 14 ó Conforme o contrato de TI, há sim a transferência de conhecimento de tecnologia, durante a contratação. 					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p>					

(4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 ó Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Em 2011 foram concedidos **64** processos de Suprimentos de Fundos através de Cartão Corporativos.

CODIGO DA UG: 373040

Valores

R\$ 1,00

Quadro A.13.2 ó Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	37	19.770,00	64	R\$ 89.730,00	R\$ 109.500,00
2010	53	R\$ 24.862,00	117	R\$ 164.078,00	R\$ 188.940,00
2009	71	R\$ 29.480,00	119	R\$ 159.340,00	R\$ 188.820,00

Fonte: Siafi Operacional/Controles Internos

Os principais gastos com cartão corporativo no INCRA/MA são:

1º) Gastos com combustíveis em viagens a serviço;

2º) Compras de materiais de consumo de pequeno vulto, não existente no almoxarifado;

3º) Outros gastos em viagens (peças e serviços automotivos, travessia de ferry boat, etc.)

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15. **Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.** (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ó Incra/Ma					4037
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-026.935/2009-3	79/2011	1.4	DE	Ofício
02	TC-000.185/2008-9	704/2011	9.2	DE	Ofício
03	TC 025.142/2008-1	2307/2011	9.8 9.9	DE RE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ó Incra/Ma					4037
Descrição da Deliberação:					
<p><u>Acórdão: 79/2011:</u></p> <p>1.4. Determinar à Superintendência Regional do INCRA no Maranhão que:</p> <p>1.4.1. providencie junto ao conveniente o ressarcimento das despesas indevidamente pagas, conforme demonstrativo apresentado no item 2.1 da instrução;</p> <p>1.4.2. adote, no prazo de 90 (noventa) dias, as providências judiciais cabíveis, a fim de recuperar a posse das áreas invadidas no Assentamento Barro Duro, no Município de Tutóia/MA;</p> <p>1.4.3. alocue, no prazo de 90 (noventa) dias, servidores no setor de prestação de contas em número suficiente para dar vazão à análise da prestação de contas de forma tempestiva;</p> <p>1.4.4. providencie, no prazo de 90 (noventa) dias, a devolução por parte da conveniente, aos cofres do Tesouro Nacional do valor original de R\$ 8.800,00, a partir de 4/1/2005, correspondente à elaboração do PDA Pé da Ladeira.</p> <p><u>Acórdão: 418/2011:</u></p> <p>1.6.1. à Superintendência Regional do Incra no Maranhão que promova, no prazo de 90 (noventa) dias, o recolhimento dos valores cuja utilização não esteja devidamente comprovada, comunicando, ao final do prazo estabelecido, as providências adotadas.</p> <p><u>Acórdão: 704/2011:</u></p> <p>9.2. determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MA - SR-12 que, no prazo de noventa dias, ultime as providências necessárias à conclusão da TCE autuada sob o nº 54230.002488/2008, atinente ao Convênio CRT/MA 6000/2006 (Siafi 560093), e a encaminhe à Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão, devendo cuidar para que, na apuração dos valores a serem restituídos aos cofres públicos, também seja levado em conta eventual saldo existente na conta específica do convênio referido;</p>					

Acórdão: 2307/2011:

9.8. determinar ao Incra/MA, nos termos dos arts. 241 e 242 do RITCU, que:

9.8.1. informe no próximo relatório de gestão apresentado ao TCU:

9.8.1.1. os resultados das medidas de apuração, incluindo eventual tomada de contas especial, referente ao Convênio nº 6.000/2006, Siafi nº 560093 (subitem 1.2.2.1 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.8.1.2. as providências adotadas no sentido de esclarecer eventuais prejuízos na execução das transferências referentes aos Processos nºs 54230.00002377/2007-01, 54230.004324/2005-55 e 54230.003250/2007-00, com o objetivo de recompor eventuais prejuízos ao erário e aplicar, aos responsáveis, as sanções cabíveis (subitem 1.5.4.2 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.8.1.3. as providências adotadas para promoção dos acertos referentes ao cadastro da associação e do Projeto de Assentamento referentes ao Processo nº 54230.002068/2007-23 (subitem 2.1.4.2 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.8.1.4. as providências adotadas para cumprimento da determinação constante do item 9.3 do Acórdão 2.143/2007-Plenário, no sentido de efetuar o desconto na folha de pagamento dos servidores para os quais foram aplicadas as multas correspondentes;

9.8.2. faça constar dos relatórios de gestão e/ou das prestações de contas apresentados ao TCU as respectivas demonstrações contábeis, nos termos das orientações expedidas para o exercício respectivo;

9.8.3. inclua no processo de tomada de contas especial consubstanciado no Processo nº 54230.004114/2007-29, caso ainda não tenha feito, informações sobre a efetiva realização da Tomada de Preços nº 009/2006, cujo extrato de publicação do aviso de licitação não foi validado por consulta à edição correspondente do Diário Oficial do Estado, disponível na **internet**, em inobservância ao art. 21, incisos I e III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sugerindo simulação da licitação (subitem 1.2.1.1 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.9. alertar ao Incra/MA, nos termos sugeridos no item 2 da Portaria-Segecex/TCU nº 9, de 31 de março de 2010, para a necessidade de:

9.9.1. incluir na formalização de convênio a garantia de apresentação pelo conveniente de informações necessárias a comprovar o início das obras objeto da avença, assim como a verificação da emissão do ART correspondente (subitem 1.2.2.5 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.9.2. atualizar semestralmente a Planilha de Preços de Referência de Terras e Imóveis Rurais 6 PPRTIR/MA, como determina o Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial (subitem 1.3.2.1 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.9.3. aperfeiçoar o sistema de planejamento, de modo que as metas físicas possuam a adequada correspondência às metas financeiras (subitem 1.4.1.1 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.9.4. realizar prévia pesquisa de preços exigida para a devida aplicação do Crédito Instalação (subitens 1.5.4.1 e 2.1.3.1 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.9.5. orientar os convenientes para que apliquem os recursos financeiros temporariamente não utilizados na execução do convênio em conta de poupança mantida por instituições financeiras credenciadas (subitem 1.5.5.6 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.9.6. providenciar o recolhimento dos saldos de processos abertos até dezembro de 2004, em cumprimento às Normas de Execução Incra/DD nº 53/2006 e Incra/DD nº 63/2007 (subitem 1.5.5.7 do

Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.9.7. promover a juntada dos processos acessórios de processamento de pagamento aos processos principais de concessão dos convênios, a fim de permitir o devido acompanhamento e controle (subitem 1.5.5.5 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.9.8. registrar a avaliação do mérito das justificativas para uso da modalidade de saque do cartão corporativo, a fim de legitimá-las por ocasião da apreciação das respectivas prestações de contas (subitem 2.2.1.1 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029);

9.9.9. registrar a avaliação das justificativas para concessão de diárias, incluindo as solicitações para finais de semana, como condição para autorizar o seu pagamento (subitens 1.4.2.1, 1.5.3.1, 4.1.1.1 e 4.2.1.1 do Anexo I ao Relatório CGU nº 208029); e

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	

Síntese da providência adotada:

Acórdão 79/2011

1.1.4.6

Foi solicitado ao TCU através do OFÍCIO/INCRA/SR(12)G/Nº 419 de 04.abr.2011, o respectivo demonstrativo citado acima. OFÍCIO/INCRA/SR(12)G/Nº 587 de 02.mai.2011, reiterou o pedido do demonstrativo citado no item 1.4.1.

Após o recebimento do demonstrativo, constatou-se que eram irregularidades apontadas na execução financeira do Convênio assinado entre esta Autarquia e a Sociedade Maranhense de Direito Humanos ó SMDH. A conveniente foi devidamente notificada e prontamente devolveu aos cofres públicos a quantia atualizada de R\$ 5.582,31, conforme informação prestada pelo Núcleo de Ates, representada pela responsável a Sra. Laurilene Muniz, conforme informação constante dos autos de nº 54230.002255/2011-93.

1.4.2.

Foi informado ao TCU através do OFÍCIO/INCRA/SR(12)G/Nº 419 de 04.abr.2011, as medidas administrativas iniciais no sentido de sanar a irregularidade apontada no item 1.4.2, quer sejam, a constituição de um Comissão, através da Ordem de Serviço nº 26/2011, tendo como objetivo, o levantamento prévio das áreas invadidas, no intuito de fornecer elementos necessários à Procuradoria Federal Especializada ó PFE/ICNRA/SR(12) para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

O Superintendente o Sr. Luiz Alfredo Soares da Fonseca, também, com base no relatório fornecido pela Comissão expediu 15 NOTIFICAÇÕES, para que as áreas ocupadas irregularmente fossem voluntariamente desocupadas, ficando as mesmas disponíveis aos trabalhadores rurais do PA Barro Duro.

De posse das informações necessárias, o Superintendente encaminhou os autos de nº 54230.002255/2011-93 à Procuradoria Federal Especializada ó PFE/ICNRA/SR(12) para que fossem tomadas as providências judiciais cabíveis.

1.4.3

Foi informado ao TCU através do OFÍCIO/INCRA/SR(12)G/Nº 419 de 04.abr.2011, as medidas administrativas iniciais no sentido de sanar a irregularidade apontada no item 1.4.3. Foram alocados no setor de análise de prestação de contas, mais dois servidores CLAUDIO ROBERTO SANTOS SILVA e ILNAR FEITOSA FERNANDES, com dedicação exclusiva ao setor de análise de prestação de contas.

1.4.4.

De acordo com Parecer Técnico do Núcleo de ATES (MEMO/INCRA/SR(12)D/Nº 19 de 30.mar.2011), enviado ao TCU através do OFICÍO/INCRA/SR(12)G Nº 419 de 05.abr.2011, ficou devidamente demonstrado, no citado parecer, que o valor de R\$ 8.800,00 não era devido pela conveniente, pois de acordo com a responsável pelo setor de ATES o valor referente ao PDA não foi repassado à entidade, não sendo, portanto, caso para devolução de recurso.

Acórdão: 704/2011:

9.2. A determinação foi cumprida tempestivamente conforme Relatório do Tomador de Contas nº 04/2011, assim como também pode ser verificado nos sistemas de controles internos do INCRA. Segue abaixo resumo cronológico do trâmite do processo:

- Relatório nº 04/2011 do Tomador de Contas datado de 13.jul.2011;
- Relatório de Auditoria nº 256736/2011 expedido pela Controladoria Geral da União datado de 16.ago.2011;
- Certificado de Auditoria nº 256736/2011 expedido pela Controladoria Geral da União datado de 16.ago.2011;
- Parecer do dirigente do órgão de Controle Interno nº 256736/2011 datado de 17.ago.2011;
- Processo encaminhado em 28.set.2009 à 8ª SECEX através do OFÍCIO/AECI/MDA Nº 365/2011.

Acórdão: 2307/2011:

9.8.1.1Foram tomadas várias medidas administrativas no sentido de apurar possíveis irregularidades na execução do convênio assinado entre a Prefeitura Municipal de Coroatá e a Superintendência Regional do INCRA/MA. O não atendimento por parte daquela municipalidade aos expedientes produzidos por esta SR(12)MA, culminou com a medida excepcional de Tomada de Contas Especial de nº 54230.002488/2008-91. Processo este que, por determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão: 704/2011) foi tempestivamente encerrada no âmbito da SR(12)MA, conforme resumo cronológico do trâmite do processo abaixo:

- Relatório nº 04/2011 do Tomador de Contas datado de 13.jul.2011;
- Relatório de Auditoria nº 256736/2011 expedido pela Controladoria Geral da União datado de 16.ago.2011;
- Certificado de Auditoria nº 256736/2011 expedido pela Controladoria Geral da União datado de 16.ago.2011;
- Parecer do dirigente do órgão de Controle Interno nº 256736/2011 datado de 17.ago.2011;
- Processo encaminhado em 28.set.2009 à 8ª SECEX através do OFÍCIO/AECI/MDA Nº 365/2011.

9.8.1.4 Os servidores relacionados no Acórdão 2.143/2007, fizeram junto ao TCU o parcelamento de seus débitos.

9.8.2 Todas as demonstrações contábeis estão anexadas a este Relatório de Gestão 2011

9.8.3 De acordo com a informação constante do MEMO/INCRA/CPTCE/Nº 16/2011, o processo de Tomada de Contas Especial de nº 54230.004114/2007-09, oriundo do processo de convênio nº 54230.008070/2005-44, após ter sido enviado à Controladoria Geral da União, retornou para adoção de medidas complementares. Consta deste processo de contas, o OFÍCIO/INCRA/CPTCE/Nº 11/2008, onde, foi encaminhado à Prefeitura Municipal de Rosário, cópia do Relatório Final de Auditoria da CGU, indicando que houve simulação por parte daquela municipalidade, no tocante a realização de tomada de preços. Existe ainda Relatórios de Execução Físico-financeiro realizados por setor competente desta SR(12),

mantendo o entendimento da não existência do extrato de licitação da Prefeitura Municipal de Rosário, anexando inclusive cópia do Diário Oficial do Estado, Publicação de Terceiros retirada do site oficial de 09.mar.2006. informamos ainda que todos os documentos citados foram incluídos no processo de Tomada de Contas Especial.

9.9.1. Em todos os processos de formalização de convênios, todas estas exigências de garantias estão contempladas no contrato a ser assinado.

9.9.2. Atualmente a Planilha de Preços de Referência de Terras e Imóveis Rurais ó PPRTIR/MA, está sofrendo constantes atualizações, vigendo neste momento a planilha atualizada no segundo semestre de 2011. Convém salientar, que, atualmente já estão sendo levantados novos preços de referências em vários Municípios do Estado, no intuito de atualizar ou mesmo revalidar (caso a variação de preços no cenário atual seja pequena) os preços da tabela vigente.

9.9.3 O INCRA tem promovido atualmente várias oficinas de planejamento tanto em nível nacional como também em nível regionalizado, visando sempre um melhor planejamento para o órgão. De imediato podemos informar que já se encontra em pleno vigor um plano de aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e avaliação de metas físicas e financeiras.

9.9.4 . A realização de pesquisas de preços está sendo amplamente utilizada no âmbito desta SR(12) na aplicação de Créditos de Instalação. Sendo uma exigência (desde 2009) para o bom andamento do processo. A pesquisa de preços realizada através dos meios legais possíveis, passa ainda por um processo de homologação tudo descrito em Atas.

9.9.5. A aplicação de recursos financeiros decorrentes de convênios, é uma exigência contemplada no ato da no contrato de execução do convênio. A conveniente no ato da assinatura do contrato toma ciência da importância de se aplicar temporariamente recursos do convênio em instituições financeiras. Tais aplicações são de observância obrigatório (com amparo legal) para uma boa e regular prestação de contas, e caso seja constatada a não aplicação, a conveniente será notificada a devolver os recursos que estavam sob sua guarda.

9.9.7. Na assinatura de contratos de aplicação de créditos, não há mais a separação dos processos, apelidados de processo-mãe e processo de prestação de contas. Visto que tal separação causava grandes problemas na execução destes contratos. O processo hoje é único, não sendo mais um apensado ao outro. Hoje o processo de prestação de contas e o processo de pagamento é único.

9.9.8 Todo o processo de Suprimento de Fundos prevê ou não limite para a modalidade de saque, e o mesmo prevendo o limite, o suprido não pode usá-lo indevidamente, sendo que, todo saque efetuado via Cartão Corporativo ser obrigatoriamente motivado, cabendo ao suprido, o ônus da prova de que tal modalidade foi utilizada por necessidade. As justificativas são prontamente analisadas pelo setor competente e se for o caso submetido à apreciação do ordenador de despesas para posterior aprovação ou não.

9.9.9 As justificativas para concessão de diárias, em dias e horários fora do expediente normal de trabalho, são obrigatoriamente justificadas no próprio Sistema de Concessão de Diárias e Passagens ó SCDP, por exigência do próprio sistema, sendo condição obrigatória para o cadastramento de propostas de concessão de diárias.

Síntese dos resultados obtidos

Substancial melhora no acompanhamento de processos de créditos e acompanhamento de convênios.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não há registros

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra			4037
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201109232	2.1.1.1	Ofício
02		3.1.2.1	
03		3.2.2.1	
04		4.1.4.1	
05		4.1.5.1	
06		4.1.6.1	
07		4.1.7.2	
08		4.1.7.3	
09		4.1.7.6	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ó Incra/MA			4037
Descrição da Recomendação:			
Ord. 01: 01 - Recomendação 01: Dotar os setores responsáveis pela análise e aprovação das prestações de contas, de quantitativo adequado de pessoal, na perspectiva de concluir a análise ou re-análise das prestações de contas na situação "a aprovar", por mais de 60 dias. 02 - Recomendação 02: Adotar, de imediato, as medidas necessárias para regularizar a situação dos convênios citados nesta constatação.			
Ord. 02: 03 - Recomendação 01: Que determine a apuração de responsabilidades pelas irregularidades apontadas no presente relatório, notadamente quanto à complementação irregular do valor dos créditos e à autorização de pagamento sem a documentação suporte suficiente para comprovação dos gastos. 04 - Recomendação 02: Em obediência aos princípios da impessoalidade, da economicidade e ao art. 26 da Norma de Execução INCRA nº 79/2008, que oriente as Associações ou representante dos assentados a efetivar pesquisas de preços com três empresas para a escolha do melhor valor para execução das obras, e abstenha-se de efetivar pagamentos de empresas contratadas com base em pesquisas de preços montadas ou simuladas. 05- Recomendação 03: Que constitua regularmente a comissão de crédito consoante determina o art. 23 da Norma de Execução nº 79/2008 e oriente os integrantes dessa comissão para que instruem os processos de solicitação de pagamentos/prestação de contas com informações que demonstrem/provem a efetiva execução do crédito, por meio de relatórios de vistoria, com fotografias individualizadas em que fique demonstrada, por cada assentado, a aplicação dos materiais e serviços objetos do crédito. 06- Recomendação 04: Que se abstenha de efetivar pagamentos de processos não instruídos adequadamente de forma a demonstrar a efetiva aplicação/entrega dos materiais e serviços do crédito de instalação.			

07 - **Recomendação 05:** Que se abstenha de efetivar complementação do crédito após o início das obras, em obediência ao que determina o art. 3º, § 3º, da Instrução Normativa INCRA nº 54/2009.

08 - **Recomendação 06:** Que instrua as concessões de complementação do crédito com a comprovação de que as obras ainda não haviam sido iniciadas na data da complementação.

09 - **Recomendação 07:** Que se abstenha de autorizar pagamentos de despesas sem comprovação.

10- **Recomendação 08:** Que efetive levantamento de todas as complementações de crédito ocorridas nos exercícios de 2009 e 2010 e apure, caso a caso, quais ocorreram após o início das obras para fins de devolução ao erário dos valores complementados indevidamente.

Ord.03:

11- **Recomendação 01:** Que a entidade providencie, sempre que houver celebração de convênios, a consulta ao CAUC, em atendimento à Portaria Interministerial nº 127/2007, art. 24, § 4º, na data de assinatura dos instrumentos, e realize a juntada dessas consultas aos respectivos processos, abstendo-se de 46 de 58 celebrá-los quando houver restrição nesse cadastro.

Ord.04:

12- **Recomendação 01:** Recomendamos ao Incra/MA que proceda à estruturação de uma unidade de controle, de preferência com o aproveitamento do Setor de Patrimônio já existente, prevendo atividades como: i) capacitação de servidores para a utilização da base de dados constante do SPIUNET; ii) estabelecimento de processos de trabalho relativos à gestão dos bens de uso especial; iii) adoção de rotinas de programação e acompanhamento da manutenção desses imóveis; iv) estabelecimento de rotinas com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que se encontram os imóveis sob responsabilidade da UJ, assim como rotinas que garantam que esses imóveis sejam apenas ocupados por pessoas autorizadas para tal.

13 - **Recomendação 02:** Recomendamos ao Gestor que proceda à atualização das avaliações vencidas no SPIUNET.

Ord. 05:

14 - **Recomendação 01:** Recomendamos ao Gestor que passe a adotar indicadores gerenciais sobre os recursos humanos da Unidade, de maneira que se atenda ao disposto na Portaria TCU nº. 277/2010.

Ord.06:

15 - **Recomendação 01:** Recomendamos ao Gestor que proceda à implementação de rotinas internas de controle visando ao atendimento dos dispositivos constantes da Lei nº 8.730/93, quais sejam, a necessidade de controle acerca da entrega anual à unidade de pessoal das cópias das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física (ou das autorizações de acesso eletrônico dessas no site da Receita Federal do Brasil).

Ord. 07:

16 - **Recomendação 01:** Recomendamos ao Gestor que, quando da utilização do instrumento da adesão à Ata de Registro de Preços, proceda à correta instrução do processo, com a inclusão das justificativas assim como a exposição da necessidade da aquisição do bem/serviço em questão.

Ord. 08:

17 - **Recomendação 01:** Recomendamos ao Gestor que, nos casos em que a inexigibilidade de certame se fizer presente, instrua os processos de maneira que se torne evidente o atendimento aos requisitos necessários a esse tipo de contratação: i) contratação de serviço técnico especializado; ii) natureza singular do serviço; e por fim, iii) notória especialização do contratado.

Ord: 09:

18-**Recomendação 09:** Recomendamos ao Gestor do Programa que passe a adotar critérios de sustentabilidade ambiental nos seus processos de aquisição de bens e serviços.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

Item 01 a 04, 10 ó Superintendente Regional Item 05 a 11 ó Divisão de Desenvolvimento Item 12 a 18 - Divisão de Administração	4037
Síntese da providência adotada:	
<p>Item 01 a 02 - Visando sanar as pendências com convênios da situação ãAPROVARõ e ãA COMPROVARõ no sistema SIAFI, foi criado um Grupo de Trabalho por determinação do Sr. Presidente do Incra através da Portaria INCRA/P Nº 522 DE 16/08/2010, obedecendo recomendação do TCU em seu acórdão nº 578/2010, no qual resultou na Ordem da Serviço Incra/ma nº 166/2010, especialmente, para analisar as prestações de contas dos mesmos e com objetivo de zerar o estoque de convênios celebrados pela In nº 01/97. E que no ano de 2011 os mesmos servidores foram responsáveis pela re-análise das prestações de contas. E mais uma servidora foi lotada no setor de análise de prestação de contas de convênios.</p> <p>Item 03 a 10 ó Foram criadas comissões especiais com servidores de outras Superintendências e Sede, para fazer um levantamento minucioso dos processos de concessão de créditos, a fim de ajustar os processos como também, orientar os assentados quanto a regular aplicação do crédito. Também foi feita reuniões com os associados e sindicatos, visando dar maior transparência nos processos de escolha de empresas para construção de casas.</p> <p>Também foi feito palestras e vídeos conferências promovida pela Diretoria de Desenvolvimento Brasília Sede, com os funcionários que aplicam créditos nesta SR. .</p> <p>Item 11 ó Já foi demonstrado no Relatório de Auditoria 2011, que o Incra sempre faz a consulta do CAUC quando da celebração de convênios, o que aconteceu neste item foi uma falha isolada, onde constava varias pesquisas do CAUC da prefeitura e que apenas no dia da assinatura não fora extraída o CAUC.</p> <p>Item 12 e 13 - O Setor de Patrimônio já está mais capacitado, junto ao SPU/Receita Federal, e portanto familiarizado com o sistema Spiunet.</p> <p>Item 14 e 15 - O Setor de Recursos Humanos desta SR, adotou o meio de comunicação interna através do email: comunidade@sls.incra.gov.br, para cobrar as DBRs.</p> <p>Item 16 a 17 ó O Setor de compras desta SR-12, já está adotando as recomendações da CGU, em instruir melhor seus processo de adesão e inexigibilidade.</p> <p>Item 18 - Esta Superintendência já adota alguns critérios de sustentabilidade, como por exemplo a recarga de cartuchos e tonner para impressoras.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p>Itens 01 a 02 ó Com a criação do Grupo de trabalho e a vinda de mais uma servidora para o setor de prestação de contas de convênios, houve uma redução consubstancial de prestações de contas a ãAPROVARõ e a ãA COMROVARõ.</p> <p>Itens 03 a 10 ó Com a criação da força tarefa com servidores de outras Superintendências, para analisar e capacitar os servidores desta SR, houve uma melhora nos controles dos processos de Concessão de Créditos.</p> <p>Item 11 a 13 - Houve uma melhora substancial no controle do Patrimônio desta Superintendência.</p> <p>Item 14 a 15 ó O Recursos Humanos está melhorando sua forma de controle de entrega de Declarações DBR.</p> <p>Itens 16 a 18 - Houve uma melhor no controle das compras diretas a partir do exercício de 2010, tantos que a cada ano está havendo uma diminuição considerável de Dispensas de Licitação, em virtude de um melhor planejamento nos processos de compras efetuadas pela SR, como também, uma maior realização de licitação na modalidade de pregão eletrônico, visando sempre a busca da eficiência e o zelo pelo erário.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

O INCRA tem dificuldades quanto ao acompanhamento da execução dos convênios da Unidade, principalmente devido à grande quantidade destes. E visando sanar este passivo, em 2010 foi criada uma força-tarefa com servidores da SEDE(Brasília) e outras Superintendências, analisando todos os convênios registrados no SIAFI, tomando as providências necessárias aos encaminhamentos das medidas quanto aos convênios que encontrarem-se na situação de COMPROVAR com mais de 30 dias e de APROVAR com mais de 60 dias.

E quanto aos convênios com vigência expirada e que não apresentaram ainda suas prestações de contas finais, esta Superintendência, está tomando todas as providências, Notificando os convenientes através de servidores da casa designados para tal finalidade, alertando-os quanto às penalidades que poderão sofrer pela não apresentação da prestação de contas.

Outro fato de fundamental importância para sanar os problemas desta superintendência é que foi realizado no período de 09 a 10/12/2010, uma capacitação ministrada por técnicos da Sede/Brasília, com a presença de todos os servidores da Sede/SR e Unidades Avançadas envolvidos com todas as ações finalísticas no que concernem a Divisão de Desenvolvimento.

Dificuldade em um acompanhamento sistemático das ações finalísticas desta Superintendência, por falta de capacidade operacional, ou seja, o reduzido número de técnicos para um melhor acompanhamento das referidas ações.

Visando suprir estas necessidades, foi realizado o Concurso Público em todas as áreas desta Superintendência, no entanto, ainda foi efetivada a nomeação dos candidatos aprovados por força de decisão judicial do Ministério Público, houve a suspensão das nomeações até ulterior deliberação. Fato este, ocorrido em todo o Brasil.

Maior agilização na elaboração dos processos licitatórios, buscando sempre a competitividade e concorrência para uma eficiência e transparência do serviço público.

Revezamento nas comissões de aplicações de créditos de instalação, em todas as suas modalidades, visando, preservar que as obras efetivamente cheguem ao público alvo da Reforma Agrária de forma eficiente.

Criação de um grupo de trabalho através de portaria a qual está identificando em campo todos os projetos de assentamentos onde existe denúncias de indícios de má aplicação dos referidos processos.

Criação da Delegacia Agrária, visando, dar cumprimento aos desmandos, porventura 182 detectados, nas ocupações irregulares nos Projetos de assentamentos do Incra/ma.

Aquisição de um caminhão Baú, para facilitar a entrega de cestas básicas às famílias carentes.

Aquisição de um ônibus equipados com computadores, mesas, internet, e etc (cedido pelo MDA), atualmente incorporado ao Patrimônio do Incra/MA para atender de forma eficiente o Programa da Documentação da Mulher, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, Ministério do Trabalho, INSS e CEF. Visando atender as solicitações dos Controles Externos, esta Superintendência criou um Grupo de Trabalho através da Ordem de Serviço de nº 152/2010, para que todas as solicitações sejam atendidas no prazo estipulado e/ou solicitar prorrogação do prazo quando necessário.

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não há registro

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 é Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício:

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	AUDI Nº 05/2011
Data do Relatório de Auditoria	13/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.2 - Dispensa de Licitação 1.3 - Inexigibilidade 2 – Gestão de Instrumentos de Convênios 3 – Gestão de Contratos Administrativos
Comunicação Expedida/Data	Ofício
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Inkra/Ma UG 373040



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
AUDITORIA INTERNA - AUD

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 05/2011

EXERCÍCIO DE 2010

Unidade Gestora: 373040 (SR-12/MA)

SÃO LUIZ/MA - MAIO/2011



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
AUDITORIA INTERNA - AUD**

Senhor Auditor-Chefe,

Trata o presente Relatório do resultado das atividades desenvolvidas pela Equipe de Auditoria designada por Vossa Senhoria, mediante a Ordem de Serviço nº 01/INCRA/AUD/Nº 01/2011, cujo enfoque tratou da análise de dados, informações e processos provenientes dos atos e fatos de gestão praticados na Unidade Gestora 373040 ó SR-12/MA, durante o exercício de 2010, sendo contemplados, como escopo dos trabalhos, informações registradas no Relatório de Gestão de 2010, processos licitatórios, execução de despesas por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, gestão de instrumentos de convênios, gestão de contratos administrativos, Suprimento de Fundos, qualidade dos controles internos administrativos, atendimento e cumprimento de recomendações e determinações oriundas dos Órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Oportuno mencionar que, apesar dos trabalhos de auditoria terem sido realizados sobre atos e fatos de gestão ocorridos durante o exercício de 2010, o presente relatório registra situações que poderão ser praticadas, de forma preventiva, a partir do exercício de 2011, possibilitando assim, a adoção de postura, por parte dos setores, direta e indiretamente envolvidos nos temas aqui tratados, no sentido de proporcionar maior segurança das operações e aprimoramento da qualidade e do nível dos controles internos respectivos.

1. GESTÃO DE LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES e SUPRIMENTO DE FUNDOS (Cartão de Pagamento do Governo Federal)

1.1. Dados Gerenciais

1.1.1. O quadro demonstrativo abaixo registra a execução orçamentária ocorrida no exercício de 2010, relativa a despesas enquadradas na lei 8.666/93 (Estatuto Federal das Licitações), subdividido nas diversas modalidades de gastos respectivos.

Execução Orçamentária ó Lei 8.666/93

Quadro Comparativo

Exercícios de 2009 e 2010 ????

TIPOS	VALORES 2009	Percentual Execução	VALORES 2010	Percentual Execução
Dispensas	302.890,13	3,28 %	202.476,25	2,77 %
Inexigibilidades	490.238,50	5,31 %	703.551,05	9,64 %
Pregão	6.956.473,77	75,32 %	4.716.597,50	64,60 %
Tomada de Preços	1.425.978,11	15,44 %	1.678.651,78	22,99 %
Concorrência	0,00	-	0,00	-
Convite	60.000,00	0,65 %	0,00	-
Concurso	0,00	-	0,00	-
TOTAIS	9.235.580,51	100 %	7.301.276,58	100 %

Fonte: SIAFI 2009 e 2010 e Relatório de Gestão – 2010 (Item 2.4.2.1)

1.1.2. Em análise à execução orçamentária da SR-12/MA, especificamente na realização de despesas decorrentes da aplicação da Lei 8.666/93 (Estatuto Federal das Licitações), verifica-se que no exercício de 2010, quando comparado com os valores executados no exercício de 2009, ocorreu a redução de gastos classificados como Pregão e Dispensa de Licitação.

1.1.3. Por outro lado, nos mesmos exercícios financeiros, os dados extraídos do SIAFI demonstram que a SR-12/MA apresentou acréscimo na utilização de despesas enquadradas como Tomada de Preços e Inexigibilidade de Licitação. Não obstante, no exercício de 2010 não foi executada despesa enquadrada na modalidade Convite.

1.2. DISPENSAS DE LICITAÇÃO (Art.24 6 Lei 8.666/93)

- Processos Analisados

PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR (R\$)
		Prestação de serviços de Capacitação de servidores do	

54230.012084/2010	Mar Eventos Ltda (Hotel Brisamar)	INCRA – sobre a aplicação do Crédito Instalação	6.140,00	
54230.007602/2010	Mar Eventos Ltda (Hotel Brisamar)	Prestação de serviços de Capacitação de servidores do INCRA – sobre Tomada de Contas Especial	6.895,00	
54230.003397/2010	A.L.R. da MOTA	Aquisição de Divisórias e Fiação Elétrica para atender a SR-12/D	7.950,00	

1.2.1. Em análise aos processos administrativos acima elencados foram verificadas situações que necessitarão da especial atenção dos agentes da SR-12/MA que atuam em instrumentos de contratação dessa natureza (Dispensa de Licitação), de forma a evitar, nas novas contratações, a reincidência das ocorrências que foram verificadas, conforme abaixo:

1.2.2. Foi verificada a ausência de comprovação de realização de consultas ao SICAF, ou verificação das certidões de regularidade fiscal e previdenciária das empresas contratadas, em momento prévio à emissão das Notas de Empenhos que foram emitidas em favor das mesmas.

1.2.3. Ausência de Parecer Técnico, ou Jurídico, que melhor retratasse as contratações efetuadas (justificativas, natureza dos serviços, necessidades, enquadramento orçamentário, preços praticados), bem como fundamentasse a legalidade das contratações que foram realizadas, via Dispensa de Licitação, conforme estabelecido no Inciso VI do Artigo 38 da Lei 8.666/93, já que a execução de gastos por Dispensa de Licitação é medida de exceção.

1.2.4. Diante do exposto, e com o intuito de que a SR-12/MA **adote medidas preventivas**, a partir deste exercício de 2011, de forma a evitar a reincidência das situações que foram verificadas, e com o objetivo de se buscar a diminuição dos riscos na gestão de assuntos dessa natureza, prudente **recomendar:**

- a) Atentar-se, quando da instrução de processos administrativos que objetivem a contratação de serviços/aquisição de materiais, por meio de Dispensa de Licitação, à observância e cumprimento dos requisitos legais correlatos, especialmente aqueles estabelecidos na Lei 8.666/93.
- b) Quando do surgimento da necessidade de contratação de serviços ou aquisição de bens, com aplicação de Dispensas de Licitação, uma das peças fundamentais dos respectivos processos administrativos é o Parecer Técnico, ou Jurídico, de forma que fique evidenciado, por meio de uma destas peças, o correto enquadramento legal das despesas, assim como a própria descrição dos serviços demandados, as

justificativas para a contratação, os preços praticados, dentre outros pontos relevantes.

Observação: Quando a contratação de serviços, mediante Dispensa de Licitação, resultar na celebração de instrumentos de contratos, as respectivas minutas deverão ser obrigatoriamente analisadas pela Procuradoria Federal Especializada junto à SR-12/MA, conforme estabelecido no Parágrafo Único do artigo 38 da Lei 8.666/93.

- c) Na instrução de processos administrativos que resultarem na contratação de serviços, ou aquisição de bens, a situação de regularidade fiscal das empresas deverá ser verificada previamente à emissão das respectivas Notas de Empenho, ou assinaturas dos termos de contratos.
- d) Que seja avaliada, pela SR-12/MA, a oportunidade e a pertinência da realização de capacitação, com instrutoria interna ou externa, com o objetivo de proporcionar melhor qualificação dos servidores responsáveis pela instrução de processos de contratação de serviços, ou aquisição de bens, levando em consideração, no caso específico, as situações detectadas nos processos de Dispensa de Licitação que foram analisados, pois, ainda que neste exercício de 2011 existam restrições orçamentárias e financeiras para realização de despesas de custeio, é necessário para a SR-12/MA a adoção de postura preventiva nas próximas contratações dessa natureza, de forma a evitar a reincidência daquilo que foi verificado.

1.3. INEXIGIBILIDADES (Artigo 25 da Lei 8.666/93)

- Processos Analisados

PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR (R\$)
54230.010678/2010	Centro de Educação Internacional Ltda	Prestação de serviços de Palestras durante a Semana do Servidor Público	2.000,00
54230.010460/2010	DANTAS Engenharia e Avaliações Ltda	Prestação de serviços de capacitação com o Curso Básico, à distância, de Engenharia de Avaliação para 14 Engenheiros Agrônomos da SR-12/MA	8.400,00

1.3.1. Na análise dos processos acima elencados, enquadrados pela SR-12/MA como Inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei 8.666/93), foram verificadas situações que também carecem de especial atenção por parte dos agentes responsáveis no âmbito da Regional, objetivando, em especial, **evitar a reincidência de casos análogos já a partir deste exercício de 2011**, conforme adiante:

1.3.2. Ausência de comprovação da inviabilidade de competição, que pudesse justificar o enquadramento dos gastos como Inexigibilidade de Licitação, e em consequência, a própria contratação dos prestadores dos serviços.

1.3.3. Não foram emitidos os Pareceres Técnicos, ou Jurídicos, nos termos do Inciso VI do Artigo 38 da Lei 8.666/93, visando a análise do correto enquadramento legal da modalidade de gasto ocorrida nos respectivos processos administrativos, assim como em relação às propostas de preços e conteúdos programáticos apresentados pelas empresas contratadas, no sentido de se obter a comprovação de que as mesmas, de fato, seriam as únicas no mercado comercial aptas à prestação dos serviços.

1.3.4. Não constam nos autos, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e previdenciária (SICAF ou certidões) das empresas contratadas, visando comprovar se, no ato da contratação dos serviços (emissão das Notas de Empenho), as mesmas estavam em situação regular.

1.3.5. Diante das situações verificadas nos 02 (dois) processos enquadrados pela SR-12/MA como Inexigibilidade de Licitação, que foram analisados pela Equipe da Auditoria Interna, **recomendamos:**

- a) Justificar a realização das despesas computadas nos processos **54230.010678/2010-04 e 54230.010460/2010-41**, e que foram enquadradas pela SR-12/MA no Artigo 25 da Lei 8.666/93 (Inexigibilidade de Licitação), sem que as peças dos respectivos processos, de fato, pudessem comprovar que o citado enquadramento legal foi o mais pertinente e adequado.
- b) Tendo em vista que nos processos não constam informações ou documentos que comprovem a inviabilidade de competição, a SR-12/MA deverá demonstrar quais foram os critérios utilizados pela mesma, que motivaram a contratação das empresas Centro de Educação Internacional Ltda e DANTAS ó Engenharia de Avaliações Ltda, com enquadramento no Artigo 25 da Lei 8.666/93.
- c) Que seja avaliada, pela SR-12/MA, a oportunidade e a pertinência da realização de capacitação, com instrutoria interna ou externa, com o objetivo de proporcionar melhor qualificação dos servidores responsáveis pela instrução de processos de contratação de serviços, ou aquisição de bens, levando em consideração, no caso específico, as situações detectadas nos processos de Inexigibilidades que foram analisados, pois, ainda que neste exercício de 2011 existam restrições orçamentárias e financeiras para realização de despesas de custeio, é imperioso para a SR-12/MA a adoção de postura preventiva nas próximas contratações dessa natureza, de forma a evitar a reincidência daquilo que foi verificado, e em consequência, obter diminuição nos riscos para a gestão da Regional.

Nota: No Item 2.3.4.1 do Relatório de Gestão – Exercício de 2010, elaborado pela SR-12/MA, consta, às fls. 77 e 78, a relação das capacitações realizadas no exercício de 2010, donde se verifica que, dos 190 (cento e noventa) servidores que foram capacitados, apenas 01 (um) servidor recebeu treinamento em Licitações e Contratos, com carga horária de 30 horas.

1.4. LICITAÇÕES

1.4.1. Devido ao reduzido tempo para realização dos trabalhos da Equipe da Auditoria Interna, foi analisado apenas 01 (um) processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando a contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares de Jardinagem, Reprografia, Arquivo e Almoxarifado, visando atender demandas da SR-12/MA, onde foi sagrada vencedora a empresa MAFRA ó Manutenção, Serviços de Conservação e Limpeza Ltda, onde, da análise do respectivo processo licitatório, foram verificadas situações de ordem formal, tais como: ausência de informação do Setor de Planejamento da SR-12/MA acerca da existência de dotação orçamentária para custeio da despesa, instrução de volumes processuais com mais de 200 (duzentas) folhas, ausência dos respectivos termos de encerramento e abertura de volumes processuais, por exemplo.

1.5. SUPRIMENTO DE FUNDOS

1.5.1. Através da Solicitação de Auditoria nº 01/2011, a Equipe da Auditoria Interna solicitou 03 (três) processos relativos a despesas realizadas mediante o uso de Cartões de Pagamento do Governo Federal ó CPGF, via concessão de Suprimento de Fundos, sendo disponibilizados, até o encerramento dos trabalhos, 02 (dois) processos. O processo relativo às despesas realizadas pelo servidor Lister Serra Caldas não foi disponibilizado à Equipe da Auditoria Interna.

- Processos analisados

PROCESSO	SUPRIDO	OBJETO	VALOR (R\$)
54230.009567/2010	Narciso Coelho Passos	Despesas c/materiais de consumo (combustível) em viagens a serviço	1.500,00
54230.006769/2010	Narciso Coelho Passos	Despesas c/materiais de consumo (combustível) em viagens a serviço	1.500,00

1.5.2. Após análise dos processos anteriormente elencados, foi verificado que a SR-12/MA adotou, para os mesmos, a rotina de lançamento dos dados e informações (comprovantes das despesas) dos gastos realizados, no módulo SCP ó Sistema de Cartão de Pagamento, no site do COMPRASNET (www.comprasnet.gov.br), não sendo detectadas, nos processos analisados, situações que pudessem comprometer a integralidade dos mesmos, constando inclusive, a indicação da Setorial Contábil da SR-12/MA para aprovação das respectivas prestações contas, conforme Pareceres Contábeis acostados aos autos.

2. GESTÃO DE INSTRUMENTOS DE CONVÊNIOS

Constituição Federal de 1988:

o Art. 70 - Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. o

Decreto 93.872/86:

o Art. 66 - Quem quer que receba recursos da União ou das entidades a ela vinculadas, direta ou indiretamente, inclusive mediante acordo, ajuste ou convênio, para realizar pesquisas, desenvolver projetos, estudos, campanhas e obras sociais ou para qualquer outro fim, deverá comprovar o seu bom e regular emprego, bem como os resultados alcançados. o

IN/Nº 01/STN/1997:

Art.28 - O órgão ou entidade que receber recursos, inclusive de origem externa, na forma estabelecida nesta Instrução Normativa, ficará sujeito a apresentar prestação de contas final do total dos recursos recebido (...)o

Portaria Interministerial nº 127/2008:

o Art. 56 - O órgão ou entidade que receber recursos na forma estabelecida nesta Portaria estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação (...)o

2.1. Instrumentos celebrados mediante a IN/STN nº 01/1997

2.1.1. No decorrer do exercício de 2010, a SR-12/MA, em cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo INCRA/Sede através da publicação da PORTARIA/INCRA/P/Nº 522/2010, implementou medidas visando a redução do passivo de seus convênios com prazos de vigência já expirados, classificados nas situações *de oA Comprovaro* e *oA Aprovaro*.

2.1.2. Em cumprimento à citada Portaria, a SR-12/MA, mediante a ORDEM DE SERVIÇO Nº 166/INCRA/SR-12/MA/2010, constituiu Grupo de Trabalho visando a análise e emissão de pareceres sobre processos dessa natureza.

2.1.3. O resultado dos trabalhos realizados pelo citado Grupo estão registrados em manifestação/despacho, sem título, cuja cópia foi apresentada à Equipe da Auditoria, em atendimento ao Item 01 da Solicitação de Auditoria nº 01/2011, donde, da análise, extraímos os principais pontos levantados pelo Grupo de Trabalho:

(...)

6 – CONCLUSÃO

Conseguimos reduzir em mais de 50 % o nosso estoque, mas ainda possuímos um total de 20 convênios na situação de "A Aprovar", porém:

- Continuamos somente com uma servidora na atividade de análise de prestação de contas de convênios;

- Muitos processos que foram analisados pelo Grupo, voltarão para re-análises, e as pessoas do Grupo não estão mais à disposição;

(...)

2.1.4. Ainda sobre o citado documento do Grupo de Trabalho, datado de 13/01/2011, consta, na parte final do mesmo, quadro demonstrativo retratando a situação final dos convênios da SR-12/MA, donde se destaca, além dos 20 (vinte) convênios vencidos registrados em *õA Comprovarõ* e *õA Aprovarõ*, a existência de outros 20 (vinte) instrumentos registrados em *õInadimplênciaõ*.

2.1.5. Conforme afirmado pelo Grupo de Trabalho, a SR-12/MA conseguiu reduzir o seu estoque de convênios problemáticos *õ em mais de 50 %õ*.

2.1.6. Por outro lado, será necessário, neste exercício de 2011, que a SR-12/MA retome as atividades relativas às análises dos demais convênios que ainda continuam com problemas, de forma a permitir a continuidade na redução do passivo respectivo.

2.1.7. Desta forma, e ainda que os trabalhos oriundos da ORDEM DE SERVIÇO Nº 166/INCRA/SR-12/MA/2010, tenha gerado resultados positivos para a SR-12/MA, conforme afirmado pelo Grupo de Trabalho, é **necessária a implementação** de novas medidas, que possibilitem uma maior concentração de esforços, por parte dos setores competentes, no sentido de que as prestações de contas dos convênios oriundos da IN/STN/nº 01/97, ainda pendentes, com vigências expiradas, registrados na situação de *õA Comprovarõ* e *õA Aprovarõ*, tenham prioridade em suas respectivas análises, de forma a acelerar a continuidade das ações visando a redução do passivo ainda existente na Regional.

2.1.8. **O alerta** em questão objetiva evitar o acúmulo do passivo, ainda existente, de instrumentos celebrados mediante a IN/STN/nº 01/97, com as prestações de contas provenientes das parcerias que foram celebradas mediante as regras fixadas na Portaria Interministerial nº 127/2008, que já estão na iminência de serem sistematizadas no Portal de Convênios.

2.2. Instrumentos celebrados mediante a Portaria Interministerial nº 127/2008

2.2.1. No exercício de 2010, a SR-12/MA celebrou 32 (trinta e dois) instrumentos de convênios com fundamento na Portaria Interministerial nº 127/2008 (Portal de Convênios), com um montante de recursos fixados em R\$ 47.298.788,63 (Quarenta e sete milhões, duzentos e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e três centavos).

2.2.2. Nos exercícios de 2009, foram celebrados, também por intermédio do Portal de Convênios, um total de 26 (vinte e seis) parcerias, movimentando à época, a quantia total de R\$ 40.338.030,55 (Quarenta milhões, trezentos e trinta e oito mil, trinta reais e cinquenta e cinco centavos).

2.2.3. Somando-se as ações pactuadas nos anos de 2009 e 2010, têm-se o quantitativo de 58 (cinquenta e oito)

instrumentos celebrados, com montante de recursos na ordem de R\$ 87.636.819,18 (Oitenta e sete milhões, seiscentos e trinta e seis mil, oitocentos e dezanove reais e dezoito centavos).

2.2.4. Nota-se, assim, um expressivo volume de recursos decorrentes das parcerias celebradas por intermédio do Portal de Convênios, uma vez que a Autarquia, pela própria natureza de suas atividades, opta por utilizar tais instrumentos para implementação de algumas suas Políticas Públicas.

2.2.5. Ocorre que, apesar do INCRA/Sede ter efetuado, ao longo dos exercícios de 2009 a 2010, um satisfatório investimento em capacitações vinculadas aos mecanismos de utilização do Sistema SICONV, o foco principal de tais eventos esteve vinculado às etapas de formalização e celebração dos instrumentos, ou seja, ainda não foram implementadas medidas que possibilitem a realização de investimentos de capacitação, que tenham como objetivo principal a preparação dos servidores que irão atuar na fase de prestação de contas dos recursos conveniados, via Portal de Convênios.

2.2.6. Assim sendo, **recomendamos** à SR-12/MA, que inclua em seu Plano de Capacitações para o ano de 2011, a realização de investimentos em treinamentos com enfoque especial nas etapas afetas aos procedimentos de prestação de contas dos recursos conveniados mediante as regras contidas na Portaria Interministerial nº 127/2008 (Portal de Convênios), de modo a se evitar o risco de novo acúmulo de convênios, com vigências expiradas, mas com pendências de prestação de contas, seja na fase de apresentação das mesmas, seja na fase de análise das contas, ressaltando que o acúmulo a que se refere, trata dos convênios oriundos da IN/STN/01/1997, que ainda estão pendentes de conclusão, com aqueles provenientes do Portal de Convênios.

3. GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

3.1. Contratos de Serviços Terceirizados

3.1.1. Foram analisados, pela Equipe da Auditoria, 04 (quatro) contratos de prestação de serviços, e seus respectivos processos de pagamento, que contemplaram a disponibilização de mão-de-obra terceirizada, durante o exercício de 2010, conforme dados abaixo:

PROCESSO	EMPRESA	OBJETO
54230.000414/2010-34	Empresa MAFRA óManutenção, Serviços de Conservação e Limpeza Ltda	Serviços terceirizados administrativos ó Informática/Digitação.
		Prestação de serviços de vigilância armada diurna/noturna na Sede

54230.000422/2010-81	CLASI ó Segurança Privada Ltda	Administrativa da SR-12/MA.
54230.000420/2010-91	BSI do Brasil Ltda	Prestação de serviços de Atividades Auxiliares ó mão-de-obra de 06 (seis) Motoristas
54230.000435/2010-50	EME ó Serviços Gerais Ltda	Serviços de Limpeza e Conservação a serem prestados em Unidades Avançadas da SR-12/MA

3.1.2. Da análise efetuada, foram verificadas situações que necessitam de medidas, de caráter preventivo e urgente, no sentido de dotar as rotinas de fiscalização e gestão contratual de instrumentos que permitam maior segurança das atividades desenvolvidas, e do próprio andamento dos serviços.

3.1.3. Foi verificado, por exemplo, que diversos preceitos estabelecidos nas IN/MPOG/SLTI/ Nº 02/2008 e IN/MPOG/SLTI/Nº 03/2009 não vem sendo observados durante os procedimentos de gestão dos contratos.

3.1.4. Não constam dos processos de pagamento, anteriormente elencados, os Relatórios Mensais de Fiscalização, cujo objetivo principal é retratar a situação dos serviços prestados pelas empresas contratadas, fornecendo ao contratante, quando necessário, a possibilidade de proposição de medidas para correções de rumo, identificar situações que possam comprometer negativamente a relação jurídica, e ainda, obter a certificação sobre a manutenção da situação de regularidade cadastral/fiscal das empresas, por intermédio de consultas ao sistema SICAF, ou certidões negativas dos órgãos respectivos (Receita Federal ó Receita Estadual ó Receita Municipal ó FGTS, por exemplo).

3.1.5. Outro ponto que merece especial destaque é a ausência de manifestações, dentro dos autos, a respeito dos aspectos vinculados à obrigatoriedade das contratadas no que tange ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, pois, em que pese a existência de alguns documentos e relatórios provenientes do INSS (GPS), da Caixa Econômica Federal (FGTS), não há a certificação, por parte do INCRA/Maranhão, de que tais documentos, de fato, salvaguardam a instituição do obrigatório cumprimento, por parte da contratada, de todas as obrigações contratuais, especialmente aquelas de natureza trabalhista e previdenciária. Não obstante, também estão ausentes nos autos os comprovantes bancários dos depósitos de Salários e Auxílio-Alimentação, assim como do pagamento do Auxílio-Transporte, dos funcionários que prestam serviços na SR-12/MA e em Unidades Avançadas (refere-se ao contrato celebrado com a empresa EME ó Serviços Gerais Ltda).

3.1.6. Ainda no que diz respeito à observância dos preceitos contidos na IN/MPOG/SLTI/Nº 02/2008 e IN/MPOG/SLTI/Nº 03/2009, foi constatado que o INCRA/Maranhão ainda não implementou a utilização das contas bancárias para depósitos vinculados, referentes aos contratos de

terceirização de serviços que foram analisados, sendo oportuno **alertar** sobre a importância da utilização de tal instrumento, cujo objetivo central é dotar tais avenças de reservas financeiras que irão permitir aos trabalhadores que prestam suas atividades laborais no INCRA/Maranhão, não correrem o risco, por exemplo, de terem alguns de seus direitos trabalhistas tolhidos (férias, 1/3 de férias, décimo terceiro salário, FGTS, e verbas rescisórias), ou não quitados pelas contratadas, justamente por eventuais deficiências financeiras que as mesmas possam apresentar, e que, em consequência, poderia comprometer o pacto jurídico.

3.1.7. É oportuno mencionar, ainda, que a atuação da SR-12/MA na gestão/fiscalização dos contratos terceirizados encontra-se atualmente fragilizada, pois, além dos motivos expostos anteriormente, existe também o fato de que em alguns contratos analisados, o gestor/fiscal designado no termo do contrato não é o mesmo servidor que analisa a documentação contratual e emite o *ôAtestoô* nas respectivas Notas Fiscais.

Observação: Esta situação foi constatada nos processos 54230.000414/2010-34 (contrato celebrado com a empresa MAFRA Manutenção e Serviços Ltda) e 54230.000420/2010-91 (contrato celebrado com a empresa BSI do Brasil Ltda)

3.1.8. Assim, prudente **alertar** para os riscos de emissão de *ôAtestosô*, em Notas Fiscais, sem que os requisitos basilares (tanto do próprio contrato, mas também da legislação correlata) estejam sendo minimamente observados e cumpridos, pois, conforme mencionado anteriormente, a atual forma de gerenciamento de contratos terceirizados na Regional não permite a certeza plena de que as etapas relativas ao cumprimento das rotinas e obrigações trabalhistas e previdenciárias estão sendo cumpridas, assim como a própria execução dos serviços, o que, em tese, poderá causar diversos transtornos para a instituição.

3.1.9. Pelo exposto anteriormente, **e pela necessidade de adoção de medidas urgentes e de caráter preventivo**, que permitam o aprimoramento da atuação dos agentes responsáveis, durante os processos de acompanhamento/fiscalização e gestão de contratos que envolvam mão-de-obra terceirizada, de forma a viabilizar a implementação da **gestão preventiva** de tais instrumentos, **recomendamos** à Superintendência Regional do INCRA no Maranhão:

- a) Que avalie, apesar das restrições orçamentárias e financeiras vigentes neste primeiro semestre do exercício de 2011, a oportunidade de realização de investimentos em capacitação, com instrutoria interna ou externa, que contemplem as atuais necessidades dos servidores que atuam direta e indiretamente na gestão de contratos administrativos, especialmente quanto aos requisitos e obrigações estabelecidas nas IN/MPOG/SLTI/Nº 02/2008 e IN/MPOG/SLTI/Nº 3/2009, sendo viável que, durante a fase de planejamento dos eventos de capacitação em comento, as áreas que atuam na gestão/fiscalização de contratos sejam convocadas previamente a prestarem as informações e as demandas específicas, de forma que a capacitação possa atender às reais necessidades existentes, e assim, o atendimento dos objetivos almejados, com a consequente otimização dos recursos.
- b) Nos termos da IN/nº 03/MPOG/SLTI/2009, que sejam adotadas medidas, **em caráter de urgência**, visando a abertura das contas bancárias para depósitos vinculados de cada contrato de mão-de-obra terceirizada, cujos valores deverão provisionar, preventivamente, os valores para cobertura de

obrigações trabalhistas, previdenciárias e rescisórias, relativos ao 13º salário, férias, 1/3 de férias, FGTS e eventuais rescisões trabalhistas sem justa causa, sendo que, tais contas vinculadas, somente poderão ser movimentadas mediante autorização expressa do órgão contratante, e tão somente para as finalidades citadas anteriormente.

- c) Que seja implementada a prática de elaboração de relatórios mensais de fiscalização/acompanhamento dos contratos de terceirização, levando-se em consideração as rotinas fixadas nas IN/Nº 02/MPOG/SLTI/2008 e IN/nº 03/MPOG/ SLTI/2009, e demais legislação correlata, de forma a possibilitar, para a Gestão da SR-12/MA, segurança mínima durante a execução dos serviços, e sobretudo, nas decisões que resultarão em desembolsos financeiros (pagamento mensal dos serviços), inclusive com as obrigatórias verificações da situação de regularidade cadastral/fiscal das contratadas.

4. INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM ãRESTOS A PAGARö

4.1. ã RP Processados a Pagarö e öRP Não Processados a Pagarö

4.1.1. Restos a Pagar Processados ó São as despesas empenhadas (1º Estágio da Despesa Pública - Empenho), em que o credor cumpriu com suas respectivas obrigações (materiais entregues ou serviços prestados), onde o direito líquido e certo do mesmo já foi devidamente reconhecido pelo órgão demandante (2º Estágio da Despesa Pública ó Liquidação), restando, porém, a efetivação do pagamento (3º Estágio da Despesa Pública - Pagamento). Comumente, são as despesas conhecidas como liquidadas e não pagas.

4.1.2. Restos a Pagar Não Processados ó São as despesas que, apesar de empenhadas, ainda dependem da prestação dos serviços ou da entrega do material, ou seja, o direito líquido e certo do respectivo credor ainda não foi reconhecido pelo órgão demandante. São as despesas conhecidas como não liquidadas a pagar.

4.1.3. Em análise ao sistema SIAFI 2010, na transação ãConrazãoö, conta-contábil 295110100 ó Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e conta-contábil 295210101 ó Restos a Pagar Processados a Pagar, ambas relativas ao mês de Dezembro de 2010, foi verificada a existência dos saldos de R\$ 38.120.345,24 (Trinta e oito milhões, cento e vinte mil, trezentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) e R\$ 229.643,76 (Duzentos e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos), respectivamente, inscritos nas citadas contas.

4.1.4. Em relação aos dados acima descritos, destaca-se especial atenção ao volume de recursos inscritos em RP Não Processados a Liquidar, onde, após a ocorrência da fase de liquidação das despesas, e efetivação dos respectivos pagamentos, poderá ocorrer comprometimento das programações operacionais a serem executadas com recursos do orçamento de 2011, uma vez que os valores financeiros que deverão ser desembolsados para pagamento dos gastos, cujo fato gerador ocorreu no próprio exercício de 2011,

serão provavelmente utilizados para quitação de saldos devedores gerados exercícios anteriores.

5. DILIGÊNCIAS - Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União

5.1. Em relação às diligências da Controladoria-Geral da União ó CGU importa registrar que Equipe de Auditoria do citado órgão de Controle Interno no Estado do Maranhão esteve realizando Auditoria de Avaliação da Gestão do exercício de 2010, sendo verificado que a SR-12/MA encontra-se adotando medidas visando atender as requisições de informações acerca da gestão, execução orçamentária, financeira e operacional visando subsidiar os ajustes no Relatório de Gestão e Processo de Contas ó Exercício de 2010 da Regional.

5.2. Em relação aos Acórdãos do Tribunal de Contas da União ó TCU, visando verificar o grau de atendimento às diligências oriundas daquela Corte de Contas, a Equipe da Auditoria emitiu a Solicitação de Auditoria nº 02, de 06/05/2011, onde foram solicitadas informações acerca das medidas que estão sendo adotadas, ou que se encontram em curso no âmbito da Superintendência Regional, acerca dos seguintes Acórdãos, cujas informações foram apresentadas através do Memo/INCRA/MA/G nº 229/2011, conforme segue:

- a) Representação formulada junto à Ouvidoria do Tribunal de Contas da União ó TCU sobre irregularidades praticadas na execução do Convênio nº 373040572007, Siafi nº 595724, celebrado com a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Maranhão/MA, no valor de R\$ 696.752,75, tendo como objeto serviços de obras de infra-estrutura em projetos de assentamento do Incra/MA (05 km de estradas vicinais e 01 ponte de madeira no PA Alto Alegre do Maranhão) - **Acórdão nº 175/2011/TCU - 1ª Câmara:** A SR-12/MA informou que o Convênio foi analisado e encaminhado para Notificação à Prefeitura Municipal através do Ofício GAB Nº 572/2011, de 27/04/2011, acerca das irregularidades referente a Prestação de Contas, inferindo que o não atendimento às diligências, no prazo de 30 dias, ensejaria a inscrição da municipalidade na situação de inadimplente junto ao SIAFI, e abertura de Tomada de Contas Especial ó TCE;
- b) Em relação ao **Acórdão nº 3568/2010/TCU ó 1ª Câmara:** A SR-12 informou que o processo já se encontra com a prestação de contas aprovada e registrada no SIAFI na situação de *õConcluídoõ*.

6. DA SITUAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

õ Controles Internos:

Conjunto de procedimentos, métodos e rotinas que objetivam a proteção do patrimônio institucional, a confiabilidade dos dados e informações, o estímulo à eficiência operacional, o resguardo aos gestores

durante o processo decisório, e o incentivo ao atendimento das diretrizes traçadas pela Direção.ö

6.1. Durante a realização dos trabalhos da Equipe da Auditoria Interna, no âmbito da Superintendência Regional do INCRA no Maranhão, foram verificadas as situações de alguns controles internos afetos aos assuntos que compuseram o escopo dos levantamentos que foram efetuados. Tais checagens objetivaram conhecer os tipos de controles internos adotados, e verificar se a aplicação dos mesmos vem proporcionando garantia e segurança mínima dos procedimentos e ações, de forma a evitar a ocorrência de riscos nos processos de gestão.

6.2. Desta forma, alguns levantamentos e análises efetuados resultaram na constatação da necessidade de reavaliação e readequação de algumas rotinas que estão sendo praticadas, onde, atualmente, os controles internos encontram-se fragilizados, necessitando de imediato aprimoramento. Citamos como exemplo, a ausência de aplicação integral das regras e preceitos fixados na IN/02/MPOG/SLTI/2008 e IN/03/MPOG/SLTI/2009, afetas à gestão/fiscalização de contratos administrativos de terceirização de serviços, onde, nos processos analisados, restou demonstrado que as ações de fiscalização e acompanhamento dos serviços e dos aspectos legais, não estão sendo realizadas a contento, conforme registrado no corpo do presente relatório.

6.3. Soma-se a tal fato, a ausência de comprovação da realização de consultas prévias, junto ao SICAF (ou certidões correlatas), visando a verificação da situação fiscal/cadastral de empresas, tanto no momento prévio à celebração de compromissos (emissão de Notas de Empenho, assinaturas de Termos de Contratos), mas também previamente à efetivação de pagamentos. Tais ocorrências também demonstram fragilidade nas rotinas de controles internos administrativos da SR-12/MA.

6.4. Outras situações que merecem destaque, e que denotaram a fragilidade dos controles internos correlatos aos temas tratados no presente relatório, reportam-se à gestão de recursos aplicados em contratações de serviços enquadrados como Inexigibilidade e Dispensa de Licitação, tendo em vista que os respectivos processos administrativos apresentaram deficiências em suas instruções.

6.5. Foram constatadas, também, situações de falhas na aplicação de alguns controles internos administrativos, porém com menor intensidade de riscos para a gestão. Citamos como exemplo, alguns aspectos de ordem formal, como a ausência de juntada, em alguns processos administrativos, dos extratos de publicação das Dispensas de Licitação, e ausência de assinaturas e datas em alguns documentos processuais, numeração equivocada de páginas de processos, por exemplo.

6.6. Sendo assim, a avaliação de alguns controles internos que foram aplicados nos processos administrativos e de gestão analisados pela Equipe da Auditoria, resultaram no seguinte demonstrativo:

Assuntos	Situação dos Controles Internos	Riscos de Gestão
----------	---------------------------------	------------------

Gestão de Licitações (Pregão Eletrônico nº 07/2009)	<u>Adequados,</u> <u>necessitando,</u> porém, <u>de aprimoramento</u> em alguns aspectos formais da instrução dos processos administrativos.	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiências e falhas na instrução regular de processos administrativos.
Gestão de Dispensas e Inexigibilidades de Licitação	<u>Fragilizados,</u> tendo em vista que aspectos e preceitos relevantes, estabelecidos principalmente na Lei 8.666/93, não foram observados e cumpridos pela SR-12/MA, nos processos analisados.	<ul style="list-style-type: none"> - Contratações sem embasamento legal adequado/correto. - Realização de despesas com valores superiores aos praticados no mercado. - Enquadramento legal indevido ou incorreto de despesas. - Deficiências e falhas na instrução regular de processos administrativos.
Gestão de Instrumentos de Convênios	<u>Adequados,</u> <u>porém fragilizados e necessitando de aprimoramento.</u> Apesar das ações que foram implementadas no exercício de 2010, que proporcionaram redução do passivo de convênios problemáticos provenientes da IN/Nº 01/STN/97, necessitam de continuidade, além do risco de acúmulo de tal passivo, com as prestações de contas oriundas dos instrumentos celebrados via Portal de Convênios.	<ul style="list-style-type: none"> - Acúmulo de prestações de contas provenientes da IN/STN/01/1997, e aquelas oriundas da Portaria Interministerial nº 127/2008. - Baixa capacidade operacional para analisar todas as prestações de contas registradas em <i>oA Aprovarô</i>.
Gestão de Contratos	<u>Fragilizados,</u> especialmente no que tange à ausência de cumprimento da IN/MPOG/SLTI/Nº 02/2008 e da IN/MPOG/SLTI/Nº 03/2009, assim como nos aspectos de instrução dos processos de pagamentos que foram analisados, e na emissão de <i>oAtestosô</i> por parte de servidor que não foi designado como	<ul style="list-style-type: none"> - SR-12/MA arrolada como responsável solidária/subsidiária em eventuais Ações Trabalhistas - Deficiência na comprovação da prestação dos serviços, conforme inicialmente contratado. - Pagamentos indevidos, por serviços não prestados

Administrativos	Fiscal/Gestor contratual.	integralmente. - Fragilidade na gestão documental dos contratos celebrados. - Manutenção de contratos com empresas em situações cadastrais/fiscais irregulares.
-----------------	---------------------------	---

6.7. No que diz respeito à política de capacitação da SR-12/MA, e em que pese as informações inseridas no Relatório de Gestão do ano de 2010, de que 190 (cento e noventa) servidores foram capacitados no exercício passado, mister frisar que somente 01 (um) servidor foi capacitado no tema "Licitações e Contratos".

6.8. Conforme mencionado neste relatório, alguns temas requerem especial atenção, e necessitarão ser priorizados no Plano de Capacitação da SR-12/MA para este exercício de 2011. Citamos, como exemplo, as questões afetas à gestão/fiscalização de contratos administrativos que envolvam mão-de-obra terceirizada (enfoque em eventos de capacitação que contemplem o estudo da IN/MPOG/SLTI/Nº 02/2008 e da IN/MPOG/SLTI/Nº 03/2009), assim como na instrução geral de procedimentos que envolvam a realização de despesas a serem enquadradas como Dispensa de Licitação (Artigo 24 da Lei 8.666) e Inexigibilidade de Licitação (Artigo 25 da Lei 8.666/93).

7. RELATÓRIO DE GESTÃO ó Exercício de 2010

7.1. Em análise amostral a alguns itens e dados registrados pela SR-12/MA no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2010, foram constatadas situações impróprias no preenchimento de alguns demonstrativos da citada peça.

7.2. Cita-se, como exemplo, o demonstrativo contido no Item 5.1.1 ó Composição do Quadro de Recursos Humanos ó Situação Apurada em 31/12/2010, onde apenas 03 (três) parâmetros foram preenchidos pela Regional.

7.3. Outros demonstrativos que apresentaram inconsistências no preenchimento foram aqueles contemplados no Item 5.1.2 ó Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária ó Situação Apurada em 31/12/2010 e no Item 5.1.3 ó Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade ó Situação Apurada em 31/12/2010, uma vez que apenas uma pequena parte dos respectivos parâmetros foi preenchido.

7.4. No Item 5.3 ó Composição do Quadro de Estagiários, especificamente nos campos destinados à informação acerca dos quantitativos de contratos vigentes no primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre do ano de 2010, a SR-12/MA registrou os valores praticados em tais períodos. Todavia, entende-

se que tais campos deveriam contemplar o quantitativo de vagas existentes e em vigência, já que a última coluna do citado demonstrativo foi destinada às informações acerca de valores e custos praticados.

8. CONCLUSÃO

8.1. Conforme demonstrado no corpo do presente relatório, o INCRA/MA deverá adotar medidas, **de natureza preventiva**, a partir deste exercício de 2011, visando readequar alguns procedimentos afetos aos temas tratados nos processos administrativos que foram analisados, de forma a evitar a repetição de situações ocorridas no ano de 2010, visando, por consequência, proporcionar maior segurança das ações e diminuição dos riscos de gestão.

8.2. Assim, necessário se faz que as autoridades da Unidade Gestora 373040 (INCRA/Maranhão), assim como os demais servidores que atuam nos processos e assuntos abordados no presente relatório, tomem ciência das situações aqui relatadas, de forma a possibilitar a adoção de medidas, **de natureza preventiva**, visando evitar, a partir de então, a repetição das ocorrências citadas, buscando viabilizar o aprimoramento da gestão.

8.3. Este é o relatório, que submetemos à consideração superior.

São Luiz/MA, em 13 de Maio de 2011

CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA
Coordenador de Equipe
OS/INCRA/AUD/Nº 01/2011

CALVERO MOREIRA XAVIER
Membro
OS/INCRA/AUD/Nº 01/2011

Providências adotadas pela unidade interna responsável

1.2 - Dispensas de Licitação: Conforme recomendação da AUDI:

- * Os processos de Dispensas de Licitação estão sendo encaminhados para a Análise Jurídica da Procuradoria Especializada-PFE.
- * O Setor de Administração está consultando o SICAF previamente, antes da emissão da Nota de empenho, como também instruindo melhor os processos de dispensas.
- * É notório que a cada ano, a SR- diminui cada vez mais o valor gasto com Dispensas, fazendo somente o estritamente necessário. No Exercício de 2011 R\$ foi empenhado o valor de R\$ 130.321,47, em 2010 foi empenhado R\$ 202.476,25, em 2009 foi empenhado R\$ 302.890,13. Houve uma redução de 57% em relação ao exercício de 2009. E 36% em relação ao exercício de 2010.

1.3 - Inexigibilidades: Conforme recomendação da AUDI:

* Está sendo adotadas medidas de justificativas visando comprovar o enquadramento legal da modalidade.

2 ó Gestão de Instrumentos de Convênios:

* No exercício de 2010, mediante a ORDEM DE SERVIÇO Nº 166/INCRA/SR-12/MA/2010, constituiu

<p>Grupo de Trabalho visando a análise e emissão de pareceres sobre processos dessa natureza.</p> <p>* Foi demonstrado que houve uma redução de 50% nos estoques de convênios celebrados na IN 01/97.</p> <p>* No exercício de 2011, a SR-12/MA manteve a mesma equipe para fazer as re-análises das prestações de contas de convênios visando dar continuidade na redução do passivo respectivo.</p> <p>* O Incra realizou capacitação dos servidores vinculados a área de convênios celebrados pela Portaria 127/2008.</p> <p>3 ó Gestão de Contratos Administrativos:</p> <p>* Foram adotadas algumas recomendações da AUDI, como: melhor acompanhamento e gestão dos contratos, porém, devido a restrição orçamentária no exercício de 2011, não foi possível a realização de capacitação satisfatoriamente aos servidores envolvidos na área.</p>
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação
Superintendencia Regional do Incra/MA – Div. de Administração
Síntese das providências adotadas
<p>Itens 05 a 12 ó Foram tomadas as devidas providências quanto as recomendações da AUDI, pois estamos sempre buscando o aprimoramento nos procedimentos licitatórios, e melhorando nossos controles de planejamento, tanto que no ano de 2011, um dos pontos fortes no exercício, e é notório que a cada ano, a SR- diminui cada vez mais o valor gasto com Dispensas, fazendo somente o estritamente necessário. No Exercício de 2011 R\$ foi empenhado o valor de R\$ 130.321,47, em 2010 foi empenhado R\$ 202.476,25, em 2009 foi empenhado R\$ 302.890,13. Houve uma redução de 57% em relação ao exercício de 2009. E 36% em relação ao exercício de 2010.</p> <p>Visando sanar as pendências com convênios da situação ãAPROVARõ e ãA COMPROVARõ no sistema SIAFI, foi criado um Grupo de Trabalho por determinação do Sr. Presidente do Incra através da Portaria INCRA/P N° 522 DE 16/08/2010, obedecendo recomendação do TCU em seu acórdão n° 578/2010, no qual resultou na Ordem da Serviço Incra/ma n° 166/2010, especialmente, para analisar as prestações de contas dos mesmos e com objetivo de zerar o estoque de convênios celebrados pela In n° 01/97.</p>
Síntese dos resultados obtidos
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição considerável de Dispensas de Licitação, em virtude de um melhor planejamento nos processos de compras efetuadas pela SR, como também, uma maior realização de licitação na modalidade de pregão eletrônico, visando sempre a busca da eficiência e o zelo pelo erário. • No ano de 2011, em virtude de um maior controle nas liberações de Transferências Voluntárias, no exercício de 2011 foram realizados apenas 19 (dez) convênios com Prefeituras Municipais. Evitando assim, celebrar convênios com Prefeituras Inadimplentes no sistemaCAUC.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
<p>O INCRA tem dificuldades quanto ao acompanhamento da execução dos convênios da Unidade, principalmente devido à grande quantidade destes. E quanto aos convênios com vigência expirada e que não apresentaram ainda suas prestações de contas finais, esta Superintendência, está tomando todas as providências, Notificando aos convenientes através de servidores da casa designados para tal finalidade, alertando-os quanto às penalidades que poderão sofrer pela não a apresentação da prestação de contas.</p> <p>Visando suprir estas necessidades, foi realizado o Concurso Publico em todas as áreas desta Superintendência, no entanto, ainda não foram efetivados todos os servidores aprovados, somente no exercício de 2012, será nomeados os servidores com formação de contadores para serem analistas de prestação de contas de convênios.</p> <p>Maior agilização na elaboração dos processos licitatórios, buscando sempre a competitividade e concorrência para uma eficiência e transparência do serviço publico.</p>

Revezamento nas comissões de aplicações de créditos de instalação, em todas as suas modalidades, visando, preservar que as obras efetivamente cheguem ao público alvo da Reforma Agrária de forma eficiente.

Criação de um grupo de trabalho através de portaria a qual está identificando em campo todos os projetos de assentamentos onde existe denúncias de indícios de má aplicação dos referidos processos.

A restrição orçamentária no exercício, principalmente, após a edição do Decreto 7.446/2011, foi um dos grandes empecilhos para uma melhor capacitação de servidores envolvidos na área de Contratos e licitações, visto a limitação de diárias aos servidores.

Quadro A.16.2 ó Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.

O Relatório de **Auditoria Interna nº 31/2011**, recebido na SR em 19/12/2011, no final do exercício, será adotado as devidas providencias no exercício de 2012. Segue o Relatório na íntegra.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
AUDITORIA INTERNA

SBN - Edifício Palácio Do Desenvolvimento - 9º Andar, Sala 905 - Brasília/DF (70057-900)
Tel. (61) 3411.7616 - 3411.7277 - FAX (61) - 3411-7879 - www.incra.gov.br

Mem. nº 640/AUD

Brasília 15 de dezembro de 2011.

Ao Senhor Superintendente Regional do INCRA no Estado do Maranhão – SR-12/MA

Assunto: Auditoria dos Dados inseridos no Módulo de Monitoriamente e Avaliação do Sistema de Informações da Reforma Agrária – SIR, referente ao exercício de 2010.

Levo ao conhecimento de Vossa Senhoria, em anexo, para as demais providências decorrentes, o **Relatório de Auditoria nº 31/2011**, cujo assunto contém o resultado dos trabalhos de Auditoria dos Dados inseridos no Módulo de Monitoriamente e Avaliação do Sistema de Informações da Reforma Agrária – SIR, referente ao exercício de 2010, realizados pela Equipe de Auditoria no âmbito da Unidade INCRA/SR-12/MA, razão pela qual solicitamos que sejam adotadas as medidas indicadas acerca das recomendações prescritas no aludido relatório.

Atenciosamente,

Lauro César de Vasconcelos
Auditor-Chefe

Aos chefes da SR(12)A, D, F e T.

Para adotar as medidas indicadas acerca das recomendações apresentadas no relatório.

Em, 27/12/2011.

Maria de Fátima Pessoa Santana
Superintendente Regional Substituta
Portaria/INCRA/P/H nº 558-VII/2011

RECEBIDO NA
SR(12)A às 9:30 hs.
Em: 28/12/11

INCRA / SR(12)MA
Recebido no Setor de Arquivo
EM: 19/12/11 15:10



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-
INCRA
AUDITORIA INTERNA - AUD**

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº31/2011

**Superintendência Regional do INCRA no Estado do Maranhão-
SR-12/MA
Unidade Gestora - 373040**

**AUDITORIA DOS DADOS DOS MÓDULOS DE
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE
INFORMAÇÕES DA REFORMA AGRÁRIA - SIR, REFERENTE
AO EXERCÍCIO DE 2010**



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-
INCRA
AUDITORIA INTERNA - AUD**

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº31/2011

Assunto: **Auditoria dos Dados dos Módulos de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações da Reforma Agrária - SIR, referente ao exercício de 2010.**
Local: **Superintendência do INCRA no Estado do Maranhão/ SR-12/MA**
Período: **04 a 10/12/2011.**

Senhor Auditor-Chefe,

Trata o presente Relatório do resultado das atividades desenvolvidas pela Equipe de Auditoria designada por Vossa Senhoria, mediante a OS/AUD/Nº 22, de 23/11/2011, cujo enfoque tratou da certificação dos Dados do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações da Reforma Agrária - SIR, relativa à gestão do exercício de 2010. Mencionado trabalho foi executado em conjunto com técnicos da DEA/DE na SR-12/Maranhão.

[Assinaturas] 2

Após lançados todos os dados comprovados nas Planilhas e comparando com os inicialmente enviados pela Superintendência, verificamos que em algumas ações a Regional apresentou números diferentes dos verificados "in loco". Nesse sentido, foram inseridos os dados verificados nos autos analisados, nas planilhas da equipe de Auditoria, das ações que executadas no ano de 2010.

Fazemos registro que, Ação de Crédito esta merecendo ainda melhor acompanhamento para que não ocorram possíveis irregularidades no futuro.

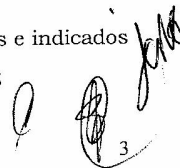
Por oportuno, informamos que os dados da ação 0427 encaminhados à DEA/DE no modulo SIR, foram severamente prejudicados, uma vez que, a superintendência informou que nesta ação não foi construída nem reformada nenhuma habitação, contrariando o que foi encontrado nos autos analisados.

O resultado apurado pela Auditoria, dos dados inseridos no SIR das ações relativos ao exercício de 2010, está anexo ao presente relatório e os percentuais apurados após os trabalhos na SR-12/MA, é apresentado a seguir:

Ação 8337 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis = 85;
Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária = 81%;
Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados = 60%;
Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às famílias Assentadas = 48%; e
Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Reforma Agrária = 52%.

Considerações e Recomendações à SR-12/MA:

- 1) Os documentos comprobatórios devem estar selecionados e indicados no processo as folhas que poderão ser obtidas as informações;



3

2) É necessário, que o responsável pela execução da ação esteja disponível e presente no ambiente de trabalho, a fim de dirimir dúvidas quanto à execução da ação;

3) Recomendamos observarem a numeração seqüencial e rubrica nas folhas e que as mesmas não contenham rasuras, constem Termo de abertura de volume e Termo de encerramento do volume de Processo Administrativo que contenha mais do que o número de folhas determinados pela Lei 9.784/1999, alterada pela Lei 11.417/2006, alterada pela Lei 12.008/2009;

4) Recomendamos a observância e providências da assinatura e datas nos instrumentos, informações, pareceres e que os mesmos sejam parte integrantes dos autos;

5) Em algumas Ordens bancárias não constavam a identificação do Crédito Complementação, o valor pago a cada beneficiário, nome do Projeto de Assentamento, Município e número correto das famílias na OB. Nesse sentido, recomendamos mais atenção no preenchimento do mencionado documento.

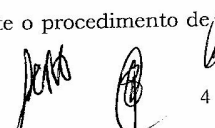
6) Recomendamos que sejam acostadas aos autos as Ordens Bancárias que por ventura tenham sido canceladas;

7) Recomendamos que nos contratos, convênios e outros instrumentos referentes à infraestrutura constem o número de famílias atendidas, bem como o quantitativo específico das obras, inclusive os constantes nos termos aditivos que vierem a ser celebrado;

8) Recomendamos que fossem acostados os relatórios técnicos para cada processo referente ao tema tratado, principalmente nos que tangem aos créditos concedidos e infraestrutura, facilitando assim sua verificação;

9) Sugerimos a alimentação correta no Modulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, sendo este uma ferramenta que irá facilitar sobremaneira a consecução do Relatório de Gestão do presente exercício.

11) Recomendamos a correção dos números da execução física da Superintendência, exercício 2010, no prazo de sessenta (60) dias, visto a apresentação de inconsistências apresentadas durante o procedimento de auditoria dos números.

Handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. There are three distinct marks: a signature that appears to be 'JMS', a circular stamp or initials, and another signature.


12) Recomendamos que a Ordem de Serviço no que tange a vistoria preliminar e vistoria de avaliação, sejam, expedidas uma para cada ação, mesmo que os imóveis objeto do trabalho estejam localizados em situação contígua;


13) Recomendamos que as informações de Infraestrutura tivessem um controle mais atualizado e permanente, ficando centralizadas em um único setor, com isto facilitará sobremaneira a disponibilização dos dados das obras executadas no exercício.


Finalizando, informamos que tivemos dificuldades em coletar os dados de algumas ações na SR-12/MA, vez que as orientações disponibilizadas pela DEA/DE, por meio de videoconferência, memorando e e-mail para a Superintendência não foram compreendidas pelos responsáveis dos setores daquela Regional, com isto acreditamos que um número considerável de dados não foram contabilizados, principalmente na Ação Crédito Habitação (número de casas construídas no exercício de 2010).

Este é o relatório, que submetemos à consideração superior.

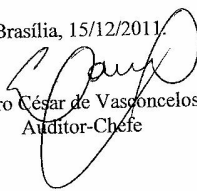
Brasília/DF, 15 de dezembro de 2011.


Eurisvaldo Andrade Silva
Economista - AUD


Luiz Carlos R. Cecílio
Médico Veterinário-AUD


Serafim Bezerra Cordeiro Neto
Assistente Adm.AUD

APROVO,
Encaminha-se a DEA/DE e a SR-12(MA) para conhecimento e providências.

Brasília, 15/12/2011.

Lauro César de Vasconcelos
Auditor-Chefe

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

Quadro B.1.1 ó Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA ó SR-12			373040
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	São Luis-MA	Data	29/03/2012
Contador Responsável	Cláudio Roberto Santos Silva	CRC nº	009175/O-9

Quadro B.1.2 ó Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	373040
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Equação 0004 - GRU A CLASSIFICAR X LIMITE SAQUE Valor R\$ 260,00</p> <p>b) Equação 0005 - GRU-VALORES EM TRANSITO X LIMITE SAQUE Valor R\$ 720,00</p> <p>c) Equação 092 - PASSIVO DE CONTRATOS INTERNOS X COMPENSADO com uma diferença de R\$ 60.209.000,00</p> <p>d) Equação 0115 - VALORES RECEBIDOS POR GRU Valor R\$ 5,60</p> <p>e) Equação 0147 - CONTROLE VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANCEIRO Valor R\$ 7.225.090,14</p> <p>f) Conta 122310000 - Empréstimo concedido, contas sem rotina de Amortização e/ou Provisão de Créditos de</p>	

<p>Liquidação Duvidosa (conta sem rotina)</p> <p>g) Conta 122491000 - Créditos a receber de Parceiros (conta sem rotina)</p> <p>h) UG 373040 - Conta 142120000 - Bens Móveis ó Divergências entre valores contábeis (SIAFI) com o Patrimônio Valor R\$ 458.500,39</p> <p>i) Conta 212110100 com saldo de R\$ 2.316,57</p> <p>j) Conta 212110200 com saldo de R\$ 930.450,96</p> <p>l) Conta 212196001 com saldo de R\$ 443,76</p> <p>m) UG 373041 com divergência na conta 142120000 - Bens Móveis em relação ao patrimônio.</p> <p>n) UG 373043 com saldo de R\$ 700,00 na conta 112440000 e divergência na conta 113180100.</p> <p>o) UG 133085 com divergência na conta 142120000 - Bens Móveis em relação ao patrimônio Valor R\$ 4.584,71</p> <p>p) UG 133086 com saldo na conta 112160400 de R\$ 4.145,36</p> <p>Nota Explicativa: (f)</p> <p><i>Está em elaboração no âmbito da Autarquia o SICCI – Sistema de Cobrança do Crédito, cuja implantação ainda não possui data definida, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase de desenvolvimento, não havendo previsão a curto prazo para sua operacionalização. A partir da entrada em funcionamento do software, os dados referentes aos créditos recebidos pelos parceiros serão alimentados no sistema, sendo em seguida iniciado o processo de envio da GRU – Guia de Recolhimento da União, destinada ao recebimento dos valores devidos pelos beneficiários.</i></p> <p><i>Dada à complexidade do tema, a cobrança do crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, foram abordados em reunião ocorrida no dia 17 de novembro de 2011, na Sede desta Autarquia, a qual contou com a participação de servidores da Diretoria de Gestão Administrativa, Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria Interna, além de técnicos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União. Na oportunidade foram apresentados a situação atual do desenvolvimento do SICCI, da cobrança do crédito, bem assim os demais esforços empreendidos para sanear com a maior brevidade possível as recomendações dos referidos Órgãos de Controle, inclusive as dificuldades para registrar a provisão.</i></p> <p><i>Enquanto não entrar em vigor da cobrança do crédito, suportada por aplicativo que evidencie o montante recebido, a receber e a inadimplência, não será possível estimar e registrar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, face a inexistência de série histórica evidenciando o comportamento dos valores a receber e recebidos dos assentados.</i></p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	São Luis-MA, 29/03/2012	Data	29/03/2012
Contador Responsável	Cláudio Roberto Santos Silva	CRC nº	009175/O-9

- 17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 26/03/2012	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	639.492,89	1.256.459,56	DESPESAS CORRENTES	14.443.179,99	19.213.557,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	639.492,89	1.256.459,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	236.463,63	228.132,89
RECEITA CAP. ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.873.146,94	18.879.031,55
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-50,00	OUTRAS DESPESAS	13.873.146,94	18.879.031,55
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	12.281.673,06	18.748.265,24	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	333.569,42	106.393,27
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	10.878.286,84	18.406.155,17	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333.569,42	106.393,27
SUB-REPASSE RECEBIDO	10.570.199,88	18.098.068,21	DESPESAS DE CAPITAL	57.094.511,08	195.666.347,92
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	10.570.199,88	18.098.068,21	INVESTIMENTOS	35.121.742,95	25.039.123,71
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	308.086,96	308.086,96	INVERSOES FINANCEIRAS	21.972.768,13	170.627.224,21
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.403.386,22	342.110,07	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	13.121.361,17	4.894.347,53
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	1.403.386,22	342.010,07	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	289.974,00	308.086,96
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.403.386,22	342.010,07	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	289.974,00	308.086,96
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00	100,00	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.831.387,17	4.586.260,57
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	667.267.133,43	665.838.787,66	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	12.191.894,28	3.329.751,01
VALORES EM CIRCULAÇÃO	248.856.665,93	161.253.553,68	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	670.494,28	1.318.395,01
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	248.856.665,93	161.253.553,68	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	11.521.400,00	2.011.356,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	289.974,00	308.086,96	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	639.492,89	1.256.509,56
VALORES DIFERIDOS	289.974,00	308.086,96	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	595.529.247,14	466.069.209,30
DEPÓSITOS	0,00	4.120,46	VALORES EM CIRCULAÇÃO	199.096.290,72	248.856.665,93
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	4.120,46	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	199.096.290,72	248.856.665,93
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	222.089.157,46	256.007.056,68	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	308.086,96	308.086,96
FORNECEDORES	3.743.194,43	360.853,89	VALORES DIFERIDOS	308.086,96	308.086,96
DO EXERCÍCIO	2.316,57	1.170,33	DEPÓSITOS	4.120,46	4.120,46
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	930.450,96	113,23	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.120,46	4.120,46
CONVENIOS A PAGAR	2.099.490,14	0,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	248.531.344,05	160.941.346,26
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	710.936,76	359.570,33	FORNECEDORES	360.853,89	3.222,00
RESTOS A PAGAR	158.124.304,08	140.338.381,27	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.283,56	3.222,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	134.844.939,77	132.862.668,64	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	359.570,33	0,00
CANCELADO	23.279.364,31	7.475.712,63	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	132.862.668,64	155.553.581,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	60.209.000,00	115.299.600,00	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	115.299.600,00	5.354.800,00
EM CONTRATOS	60.209.000,00	115.299.600,00	EM CONTRATOS	115.299.600,00	5.354.800,00
VALORES EM TRANSITO	12.215,19	7.777,76	VALORES EM TRANSITO	7.777,76	29.299,03
OUTROS DÉBITOS	443,76	443,76	OUTROS DÉBITOS	443,76	443,76
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	196.031.336,04	248.265.969,88	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	147.589.404,95	55.958.989,69
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	196.031.336,04	248.224.619,41	BAIXA DE DIREITOS	147.589.404,95	55.958.989,69
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	196.031.336,04	248.224.619,41	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	147.589.404,95	55.958.989,69
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	0,00	41.350,47			
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	41.350,47			
INGRESSOS	680.188.299,38	685.843.462,46	DISPÊNDIOS	680.188.299,38	685.843.462,46



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO 2011		MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHAO-INCRA/SR-12		EMISSAO 26/03/2012		PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO				
ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	199.096.290,72	248.856.665,93	PASSIVO FINANCEIRO	199.099.767,15	248.843.551,47
CREDITOS EM CIRCULACAO	199.096.290,72	248.856.665,93	DEPOSITOS	0,00	4.120,46
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	3.064.954,68	632.046,52	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	4.120,46
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	196.031.336,04	248.224.619,41	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	198.809.793,15	248.531.344,05
ATIVO NAO FINANCEIRO	1.078.458.370,99	948.199.501,06	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.743.638,19	361.297,65
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-121.526.913,62	-201.502.544,79	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	2.316,57	1.170,33
CREDITOS EM CIRCULACAO	-121.603.540,15	-201.601.749,77	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	930.450,96	113,23
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-196.031.336,04	-248.224.619,41	CONVENIOS A PAGAR	2.099.490,14	0,00
DIVERSOS RESPONSAVEIS	12.468.998,15	4.623.413,10	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	61.958.797,74	41.999.456,54	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	443,76	443,76
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	76.626,53	99.204,98	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	710.936,76	359.570,33
ESTOQUES	76.626,53	99.204,98	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	134.844.939,77	132.862.668,64
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.144.726.475,97	1.136.644.934,13	A LIQUIDAR	134.844.939,77	132.862.668,64
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.144.726.475,97	1.136.644.934,13	CREDORES DIVERSOS	60.209.000,00	115.299.600,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	863.550.413,53	855.723.813,53	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	12.215,19	7.777,76
CREDITOS A RECEBER	281.176.062,44	280.921.120,60	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	289.974,00	308.086,96
PERMANENTE	55.258.808,64	13.057.111,72	VALORES DIFERIDOS	289.974,00	308.086,96
IMOBILIZADO	55.258.808,64	13.057.111,72	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-134.775.495,54	-132.862.668,64
BENS MOVEIS E IMOVEIS	55.347.020,23	13.104.826,12	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-134.775.495,54	-132.862.668,64
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-88.211,59	-47.714,40	FORNECEDORES A PAGAR	69.444,23	0,00
ATIVO REAL	1.277.554.661,71	1.197.056.166,99	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
			RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-134.844.939,77	-132.862.668,64
			PASSIVO REAL	64.324.271,61	115.980.882,83
			PATRIMONIO LIQUIDO	1.213.230.390,10	1.081.075.284,16
			PATRIMONIO/CAPITAL	1.081.075.284,16	933.736.970,38
			PATRIMONIO	1.081.075.284,16	933.736.970,38
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-829,73	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	132.155.935,67	147.338.313,78
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.277.554.661,71	1.197.056.166,99
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-1.145.398.726,04	-1.049.717.853,21
ATIVO COMPENSADO	246.948.516,05	197.862.269,63	PASSIVO COMPENSADO	246.948.516,05	197.862.269,63
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	246.948.516,05	197.862.269,63	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	246.948.516,05	197.862.269,63
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	33.182,51	30.505,00	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	33.182,51	30.505,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	187.867.500,08	191.517.641,73	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	187.867.500,08	191.517.641,73
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	5.757.811,05	6.059.181,06	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	5.757.811,05	6.059.181,06
OUTRAS COMPENSACOES	53.290.022,41	254.941,84	COMPENSACOES DIVERSAS	53.290.022,41	254.941,84
ATIVO	1.524.503.177,76	1.394.918.436,62	PASSIVO	1.524.503.177,76	1.394.918.436,62



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS				EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHAO-INCR/SR-12				EMISSAO 26/03/2012	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO					
VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS			
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010	
ORCAMENTARIAS	118.346.457,25	225.201.421,91	ORCAMENTARIAS	71.856.682,67	215.267.828,24	
RECEITAS CORRENTES	639.492,89	1.256.459,56	DESPESAS CORRENTES	14.443.179,99	19.213.557,71	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	639.492,89	1.256.459,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	236.463,63	228.132,89	
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-50,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.873.146,94	18.879.031,55	
INTERFERENCIAS ATIVAS	10.878.286,84	18.406.155,17	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	333.569,42	106.393,27	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	10.878.286,84	18.406.155,17	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333.569,42	106.393,27	
SUB-REPASSE RECEBIDO	10.570.199,88	18.098.068,21	DESPESAS DE CAPITAL	57.094.511,08	195.666.347,92	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	308.086,96	308.086,96	INVESTIMENTOS	35.121.742,95	25.039.123,71	
MUTACOES ATIVAS	106.828.677,52	205.538.857,18	INVERSOES FINANCEIRAS	21.972.768,13	170.627.224,21	
INCORPORACOES DE ATIVOS	48.780.528,89	110.796.533,78	INTERFERENCIAS PASSIVAS	289.974,00	308.086,96	
AQUISICOES DE BENS	44.033.973,23	4.013.339,58	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	289.974,00	308.086,96	
INCORPORACAO DE CREDITOS	4.746.555,66	106.783.194,20	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	289.974,00	308.086,96	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	58.048.148,63	94.742.323,40	MUTACOES PASSIVAS	29.017,60	79.835,65	
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	508.465.620,61	614.223.165,34	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	29.017,60	79.835,65	
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.838.942,55	46.371.830,70	LIQUIDACAO DE CREDITOS	29.017,60	79.835,65	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	435.556,33	46.029.720,63	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	422.799.459,52	476.818.445,23	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.403.386,22	342.010,07	INTERFERENCIAS PASSIVAS	13.890.011,52	4.793.095,66	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00	100,00	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.058.624,35	206.835,09	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	506.626.678,06	567.851.334,64	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	12.191.894,28	3.329.751,01	
INCORPORACOES DE ATIVOS	483.347.313,75	560.334.271,54	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	639.492,89	1.256.509,56	
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	3.975.383,58	0,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	408.909.448,00	472.025.349,57	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	0,00	373.552,40	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	352.734.458,81	354.544.398,94	
INCORPORACAO DE DIREITOS	479.371.930,17	559.960.719,14	BAIXA DE BENS IMOVEIS	4.526.026,69	3.332.928,63	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	23.279.364,31	7.517.063,10	BAIXA DE BENS MOVEIS	385.704,60	1.392.327,46	
DEFICIT			BAIXA DE TITULOS E VALORES	254.941,84	44.493.669,55	
			BAIXA DE DIREITOS	347.567.785,68	305.325.473,30	
			AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	39.667,46	47.714,40	
			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	39.667,46	47.714,40	
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	56.135.321,73	117.433.236,23	
			RESULTADO PATRIMONIAL	132.155.935,67	147.338.313,78	
			SUPERAVIT	132.155.935,67	147.338.313,78	
VARIACOES ATIVAS	626.812.077,86	839.424.587,25	VARIACOES PASSIVAS	626.812.077,86	839.424.587,25	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 26/03/2012	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	71.835.544,04	71.537.691,07	297.852,97
					DESPESAS CORRENTES	0,00	14.740.481,56	14.443.179,99	297.301,57
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	277.431,34	236.463,63	40.967,71
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	14.463.050,22	14.206.716,36	256.333,86
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	57.095.062,48	57.094.511,08	551,40
					INVESTIMENTOS	0,00	35.121.742,95	35.121.742,95	0,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	21.973.319,53	21.972.768,13	551,40
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	71.835.544,04	71.537.691,07	297.852,97
TOTAL					TOTAL	0,00	71.835.544,04	71.537.691,07	297.852,97
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	71.537.691,07	-71.537.691,07	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	71.537.691,07	-71.537.691,07	TOTAL GERAL	0,00	71.835.544,04	71.537.691,07	297.852,97



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 26/03/2012	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-199.096.290,72	-248.856.665,93
			CREDITOS A RECEBER	-199.096.290,72	-248.856.665,93
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-199.096.290,72	-248.856.665,93
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-3.064.954,68	-632.046,52
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-196.031.336,04	-248.224.619,41
			DEPOSITOS	0,00	4.120,46
			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	4.120,46
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	198.809.793,15	248.531.344,05
			OBRIGACOES A PAGAR	138.588.134,20	133.223.522,53
			FORNECEDORES	3.743.194,43	360.853,89
			DO EXERCICIO	2.316,57	1.170,33
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	930.450,96	113,23
			CONVENIOS A PAGAR	2.099.490,14	0,00
			TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	710.936,76	359.570,33
			RESTOS A PAGAR	134.844.939,77	132.862.668,64
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	134.844.939,77	132.862.668,64
			CREDORES DIVERSOS	60.209.443,76	115.300.043,76
			OUTROS CREDORES	60.209.000,00	115.299.600,00
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	443,76	443,76
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	12.215,19	7.777,76
			VALORES A DEBITAR	5,75	0,00
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	12.209,44	7.777,76
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	289.974,00	308.086,96
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	289.974,00	308.086,96
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-3.476,43	13.114,46
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-195.744.838,47	-247.903.417,99
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	196.031.336,04	248.224.619,41
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	196.031.336,04	248.224.619,41
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-289.974,00	-308.086,96
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-289.974,00	-308.086,96
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 26/03/2012	PAGINA 1

TITULOS	2011	2010
DISPONIBILIDADE POR FR	-247.903.417,99	-247.903.417,99
DISPONIBILIDADE POR FR (SALDO INICIAL)	-247.903.417,99	-247.903.417,99
INGRESSOS	136.196.251,83	136.196.251,83
INGRESSOS EXERCICIO ANTERIOR	125.626.051,95	125.626.051,95
SUBREPASSE DIFERIDO RECEBIDO	308.086,96	308.086,96
ORDEN TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.403.386,22	1.403.386,22
CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADO	23.279.364,31	23.279.364,31
RECURSO DE LIMITE DE RP RECEBIDO	100.635.214,46	100.635.214,46
INGRESSOS EXERCICIO ATUAL	10.570.199,88	10.570.199,88
SUBREPASSE RECEBIDO	10.570.199,88	10.570.199,88
DISPENDIOS	-83.729.585,35	-83.729.585,35
DISPENDIOS EXERCICIO ANTERIOR	-12.191.894,28	-12.191.894,28
ORDEN TRANSFERENCIAS CONCEDIDA	-12.191.894,28	0,00
DISPENDIOS EXERCICIO ATUAL	-71.537.691,07	-71.537.691,07
DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA	-71.537.691,07	-71.537.691,07
DISPONIBILIDADE POR FR	-195.436.751,51	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR (SDO FINAL)	-195.744.838,47	0,00
DISPONIBILIDADE DIFERIDA RECEBIDA	308.086,96	0,00
TOTAL	0,00	0,00

**Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de
Gestão ó Superintendências Regionais do INCRA**

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Não há;
- b) Não há;
- c) Não há;
- d) Não há;

II ó Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação:

1. Elevado número de processos administrativos de fiscalização cadastral em fase de análise sob a responsabilidade de um servidor.
2. Sugerimos que no exercício de 2012 o serviço de fiscalização cadastral seja estruturado com mais servidores e até com independência do cadastro rural no qual se encontre um subordinado.

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Falta de divulgação pelo setor de comunicação desta Superintendência de divulgar no site do Incra as ações que esta SR vem adotando na atual gestão, visando sanar todas as pendências identificadas em alguns indícios de possíveis irregularidades cometidas em gestões anteriores referente as ações finalísticas. Para tanto, informamos que esta Superintendência através da Divisão de Desenvolvimento abriu alguns processos de sindicâncias visando apurar possíveis irregularidades de aplicações de créditos de instalação em projetos de assentamentos. Ainda foram motivos de coibir possíveis praticas de irregularidades, várias reuniões, emissão de memorandos aos técnicos alertando-os dos cumprimentos rigorosamente das normas de execução que regem a matéria.

Outro fato de fundamental importância para sanar os problemas desta superintendência foi a realização, uma capacitação ministrada por técnicos da Sede/Brasília, com a presença de todos os servidores da SR e Unidades Avançadas envolvidos com todas as ações finalísticas no que concernem a Divisão de Desenvolvimento.

Dificuldade em um acompanhamento sistemático das ações finalísticas desta Superintendência, por falta de capacidade operacional, ou seja, o reduzido numero de técnicos para um melhor acompanhamento das referidas ações. Visando suprir estas necessidades, foi realizado o Concurso Público em todas as áreas desta Superintendência, no entanto, ainda não foi efetivado a nomeação de todos os candidatos aprovados.

Também podemos destacar uma redução no quadro de funcionários provocada pela saída de servidores, principalmente os aprovados nos últimos concursos, uns por motivo de remoção, outros por aprovações em outros concursos. Como também a grande quantidade de servidores se aposentando e/ou em fase de aposentadoria no exercício de 2012.

Destacamos ainda, a falta de regularidade nas descentralizações de recursos para o cumprimento das obrigações contratuais, e a concentração de recursos descentralizados próximo ao final do exercício o que sempre prejudica a realização de novas contratações, porque os prazos são curtos para efetuar o empenho da despesa.